



A contabilidade criativa em Portugal: a perceção dos contabilistas
certificados

José Carlos Rodrigues Figueira

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2017

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



A contabilidade criativa em Portugal: a perceção dos contabilistas certificados

José Carlos Rodrigues Figueira

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do
Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças
sob orientação da Professora Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro**

Esta versão contém críticas e sugestões dos elementos do júri

Porto – 2017

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

As práticas de contabilidade criativa ocorrem como resultado da imprecisão do normativo contabilístico e no âmbito do quadro regulamentar contabilístico, mas também ocorrem pelo facto da criatividade humana desconhecer fronteiras (Gherai & Balaciu, 2011). Nem sempre as soluções encontradas pela contabilidade criativa estão erradas, mas a sua intenção e magnitude determina a verdadeira natureza e justificação da sua ocorrência (Shah, Butt & Tariq, 2011). A contabilidade criativa quando intencional distorce a informação contabilística e financeira, sendo possível, deste modo, manipular o comportamento dos *stakeholders*, influenciando o processo de tomada de decisão. Assim, prevê-se que as empresas portuguesas utilizem práticas de contabilidade criativa de modo a espelhar a imagem desejada e não a imagem real.

Neste contexto, esta investigação consiste em analisar, na perspetiva dos contabilistas certificados, a magnitude da contabilidade criativa no contexto português. O estudo visa ainda analisar se as características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da contabilidade criativa. Para alcançar os objetivos propostos, utiliza-se uma metodologia de natureza quantitativa.

Com base numa amostra de 160 contabilistas certificados, os resultados deste estudo indicam que a maioria dos contabilistas certificados considera que: a contabilidade criativa é legal, porque é desenvolvida no âmbito do normativo contabilístico; apesar de se desenvolver contabilidade criativa nas empresas e de estas distorcerem a informação é possível confiar nas demonstrações financeiras; as práticas mais frequentes estão relacionadas com a depreciação/amortização de ativos, com a antecipação ou adiamento do reconhecimento de gastos, rendimentos ou provisões e com a omissão de informação nas demonstrações financeiras; os principais intervenientes de contabilidade criativa são os gestores, estando as suas motivações associadas à redução do custo do capital e à minimização dos impostos, dado que as empresas mais afetadas por este fenómeno são micro e pequenas empresas (na área dos serviços); os principais prejudicados são o Estado e a empresa; apesar de ser fácil de implementar é desejada a mitigação da contabilidade criativa de forma a obter informação financeira com maior credibilidade. Os resultados deste estudo revelam ainda que estatisticamente: a perceção da legalidade, da facilidade de implementar e a necessidade de atenuar a contabilidade criativa é influenciada pelas habilitações literárias, experiência e área de formação do contabilista certificado e que a perceção deste relativamente à facilidade de identificar a contabilidade criativa nas demonstrações financeiras é influenciada pelas suas habilitações literárias, género e área de formação.

Este estudo revela-se importante para o desenvolvimento da literatura e para os usuários da informação contabilística e financeira.

Palavras-chave: Contabilidade Criativa; Contabilistas Certificados; Demonstrações Financeiras; Normativo Contabilístico;

Abstract

Creative accounting practices occur as a result of the imprecision of accounting regulations and within the scope of the accounting regulatory framework, but also because human creativity does not know boundaries (Gherai & Balaciu, 2011). The solutions found by creative accounting are not always wrong, but their intent and magnitude determines the true nature and justification of their occurrence (Shah, Butt & Tariq, 2011). Creative accounting, if intentional, distorts accounting and financial information, thereby manipulating stakeholder behavior, influencing the decision-making process. Thus, it is expected that Portuguese companies use creative accounting practices in order to mirror the desired image and not the real image.

In this context, this research consists of analyzing, from the perspective of certified accountants, the magnitude of creative accounting in the Portuguese context. The study also aims to analyze whether the individual characteristics of the certified accountant influence their perception about creative accounting. To achieve the proposed objectives, a quantitative methodology is used.

Based on a sample of 160 certified accountants, the results of this study indicate that most certified accountants consider that: creative accounting is legal because it is developed within the framework of accounting regulations; despite the fact that creative accounting is developed in companies and from these distortion of information it is possible to rely on the financial statements; the most frequent practices are related to the depreciation / amortization of assets, with the anticipation or postponement of the recognition of expenses, income or provisions and omission of information in the financial statements; the main actors in creative accounting are managers, with their motivations associated to the reduction of the cost of capital and the minimization of taxes, since the companies most affected by this phenomenon are micro and small companies (in the service area); the most affected are the State and companies; although it is easy to implement, it is desired to mitigate creative accounting in order to obtain more credible financial information. The results of this study also reveal that statistically: the perception of legality, the ease of implementation and the need to attenuate creative accounting is influenced by the literary qualifications, experience and area of training of the certified accountant and that the perception of identifying, easily, creative accounting in financial statements is influenced by their literacy, gender and area of training.

This study is important for the development of the literature and for the users of accounting and financial information.

Keywords: Creative Accounting; Certified Accountants; Financial Statements; Accounting Standards;

Agradecimentos

Durante a realização da presente dissertação surgiu algumas contrariedades, com ajuda de algumas pessoas estas foram ultrapassadas, o que possibilitou concluir mais um objetivo acadêmico. Face ao exposto, deixo as minhas sinceras e humildes palavras como forma de agradecimento. Agradeço:

À orientadora deste trabalho, Professora Doutora Albertina Monteiro, pelo apoio, disponibilidade, compreensão, motivação, competência e orientação, que se revelou fundamental para desenvolver e terminar esta investigação. Muito obrigada por ter aceite orientar esta dissertação.

Aos professores do mestrado em Contabilidade e Finanças pela partilha de conhecimento, especialmente à Professora Doutora Ana Maria Bandeira.

À Ordem dos Contabilistas Certificados pela divulgação *online* do inquérito por questionário.

À minha família, um agradecimento muito especial, nomeadamente, à minha mãe, às minhas irmãs e irmãos e às minhas primas, pelo apoio, ajuda e compreensão até à conclusão deste trabalho. Estes apoiam-me sempre na realização dos meus objetivos. Muito obrigada pelo apoio incondicional e por estarem sempre presentes.

Aos meus amigos e colegas, com quem partilhei experiências académicas e que me acompanharam ao longo do meu percurso académico.

Lista de abreviaturas

- CC – Contabilidade Criativa
- CEO – *Chief Executive Officer*
- CDCC – Código Deontológico dos Contabilistas Certificados
- CG – *Corporate Governance*
- CMP – Custeio Médio Ponderado
- CNC – Comissão de Normalização Contabilística
- DF – Demonstrações Financeiras
- EC – Estrutura Conceptual
- EF – Escândalos Financeiros
- EOCC – Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados
- EUA – Estados Unidos da América
- FC – Fraude Contabilística
- FIFO – *First In First Out*
- ICF – Informação Contabilística e Financeira
- IM – *Impression Management*
- MR – Manipulação de Resultados
- NC – Normativo Contabilístico
- NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
- NYSE – *New York Stock Exchange*
- OPI – Oferta Pública Inicial
- PC – Políticas Contabilísticas
- PCC – Práticas de Contabilidade Criativa
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- RC – Resultado Contabilístico
- SC – Sistema Contabilístico
- SEC – *Securities and Exchange Commission*
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística
- UGC – Unidades Geradoras de Caixa

Índice

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos.....	iv
Lista de abreviaturas	v
Índice	vi
Índice de tabelas	viii
Índice de figuras	x
Índice de gráficos	xi
Índice de apêndices	xii
Capítulo I – Introdução	1
1.1 – Enquadramento e justificação do tema.....	2
1.2 – Problema do estudo	2
1.3 – Objetivo do estudo e enquadramento metodológico	3
1.4 – Estrutura do trabalho	4
Capítulo II – Contabilidade criativa.....	5
2.1 – Definição de contabilidade criativa.....	6
2.1.1 – Contabilidade criativa vs fraude contabilista	8
2.2 – Partes interessadas e vantagens e desvantagens da contabilidade criativa	10
2.3 – Causas, objetivos e motivações subjacentes a contabilidade criativa	16
2.3.1 – Causas	16
2.3.2 – Objetivos e motivações	17
2.3.2.1 – Motivações associadas à contabilidade criativa no sistema contabilístico <i>common law</i>	18
2.3.2.2 – Motivações associadas à contabilidade criativa no sistema contabilístico <i>code law</i>	21
2.3.2.3 – Motivações associadas à contabilidade criativa em Portugal.....	23
2.4 – Práticas de contabilidade criativa.....	24
2.5 – Restrições à contabilidade criativa.....	31
2.5.1 – Sistema contabilístico.....	32
2.5.2 – <i>Corporate Governance</i>	33
2.5.3 – Ética.....	36
2.5.3.1 – Código Deontológico dos Contabilistas Certificados	37
2.6 – Estrutura Conceptual e a contabilidade criativa.....	39
2.6.1 – Estrutura Conceptual.....	39
2.6.1.1 – Pressupostos das demonstrações financeiras.....	39
2.6.1.2 – As características qualitativas das demonstrações financeiras	40
2.7 – Métodos para detetar as práticas de contabilidade criativa nas demonstrações financeiras	45

Capítulo III – Metodologia	46
3.1 – Objetivos e questões de investigação.....	47
3.2 – Instrumento de medida.....	53
3.2.1 – Pré-Teste.....	54
3.2.2 – Estrutura do inquérito por questionário	55
3.3 – População e amostra	56
3.4 – Testes estatísticos.....	57
Capítulo IV – Análise e discussão dos resultados	58
4.1 – Caracterização da amostra	59
4.2 – Análise de dados	61
Capítulo V – Conclusões	83
Referências Bibliográficas	88
Apêndices.....	101

Índice de tabelas

Tabela 1 – Síntese de expressões que caracterizam a contabilidade criativa	7
Tabela 2 – Termos associados à contabilidade criativa	8
Tabela 3 – Potenciais vantagens e desvantagens da contabilidade criativa.....	14
Tabela 4 – Principais objetivos e os incentivos subjacentes	17
Tabela 5 – Motivações associadas à contabilidade criativa conforme a dimensão da empresa	23
Tabela 6 – As principais práticas de contabilidade criativa	25
Tabela 7 – Medidas que restringem a contabilidade criativa	32
Tabela 8 – Detecção de práticas de contabilidade criativa	45
Tabela 9 – Escala de classificação	56
Tabela 10 – Principais práticas de contabilidade criativa e frequência com que ocorrem nas empresas portuguesas	65
Tabela 11 – Principais motivações subjacentes à aplicação de contabilidade criativa	69
Tabela 12 – Em que medida os mecanismos de <i>corporate governance</i> são capazes de reduzir a contabilidade criativa	73
Tabela 13 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e a legitimidade da contabilidade criativa	74
Tabela 14 – Relação entre habilitações literárias do contabilista certificado e a legitimidade da contabilidade criativa	74
Tabela 15 – Variação da legitimidade tendo em conta o género do contabilista certificado	75
Tabela 16 – Relação entre a idade do contabilista certificado e legitimidade da contabilidade criativa	75
Tabela 17 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e legalidade da contabilidade criativa	75
Tabela 18 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa	76
Tabela 19 – Relação entre as habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa	76
Tabela 20 – Variação da facilidade de praticar contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado	77
Tabela 21 – Relação entre a idade do contabilista certificado e a facilidade de praticar contabilidade criativa	77
Tabela 22 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa	77
Tabela 23 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e a facilidade em identificar práticas de contabilidade criativa	78
Tabela 24 – Relação entre as habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa	78

Tabela 25 – Variação na facilidade de identificar contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado	79
Tabela 26 – Relação entre a idade do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa	79
Tabela 27 – Relação entre a área de formação do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa	79
Tabela 28 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e atenuação da contabilidade criativa	80
Tabela 29 – Relação entre necessidade de atenuação da contabilidade criativa e habilitações literárias do contabilista certificado	80
Tabela 30 – Variação na necessidade de atenuação contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado	81
Tabela 31 – Relação entre a necessidade de atenuação da contabilidade criativa e idade do contabilista certificado	81
Tabela 32 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e necessidade de atenuação da contabilidade criativa	81
Tabela 33 – Relação entre a facilidade de praticar contabilidade criativa e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa	82

Índice de figuras

Figura 1 – Estrutura das principais estratégias de contabilidade criativa	9
Figura 2 – Partes envolvidas na contabilidade criativa	11
Figura 3 – Práticas de contabilidade criativa e os seus potenciais efeitos	25
Figura 4 – Características qualitativas sob a forma e o conteúdo	40
Figura 5 – A flexibilidade na contabilidade.....	44

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Experiência profissional do contabilista certificado	59
Gráfico 2 – Género do contabilista certificado	59
Gráfico 3 – Idade do contabilista certificado	60
Gráfico 4 – Habilitações literárias do contabilista certificado	60
Gráfico 5 – Área de formação do contabilista certificado	60
Gráfico 6 – O aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do normativo contabilístico é algo que se pode fazer por estar no âmbito do quadro regulamentar?	61
Gráfico 7 – A contabilidade criativa é legal?	62
Gráfico 8 – É possível confiar na informação contida nas demonstrações financeiras?	62
Gráfico 9 – As empresas portuguesas praticam contabilidade criativa?	63
Gráfico 10 – A contabilidade criativa é mais frequente em que tipo de estruturas empresariais?	64
Gráfico 11 – A contabilidade criativa ocorre com mais frequência em que sector económico?	64
Gráfico 12 – O aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do normativo contabilístico resultam em práticas que distorcem as demonstrações financeiras?	67
Gráfico 13 – A prática de contabilidade criativa tem impacto significativo na informação contabilística e financeira?	67
Gráfico 14 – É fácil praticar contabilidade criativa?	68
Gráfico 15 – Principais responsáveis pela utilização de práticas de contabilidade criativa nos relatórios financeiros?	70
Gráfico 16 – Principais prejudicados com a implementação de contabilidade criativa?	70
Gráfico 17 – As práticas de contabilidade criativa são facilmente identificáveis nas demonstrações financeiras?	71
Gráfico 18 – A prática de contabilidade criativa deve ser atenuada?	72
Gráfico 19 – Principais instrumentos capazes de atenuar a contabilidade criativa?	72

Índice de apêndices

Apêndice 1 – Limites que definem as diferentes estruturas empresariais.....	102
Apêndice 2 – Sistema contabilístico anglo-saxónicos e europeu continental	103
Apêndice 3 – Estrutura do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados	104
Apêndice 4 – Composição da Estrutura Conceptual	105
Apêndice 5 – NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	106
Apêndice 6 – Perguntas adaptadas de outros questionários	107
Apêndice 7 – Inquérito por questionário	109

Capítulo I – Introdução

Neste capítulo pretende-se dar uma visão geral do trabalho. Assim, procede-se ao enquadramento e justificação do tema, à apresentação do problema do estudo, objetivo e enquadramento metodológico deste estudo e, por fim, exhibe-se a estrutura deste trabalho.

1.1 – Enquadramento e justificação do tema

As Demonstrações Financeiras (DF) têm como objetivo proporcionar informação útil à tomada de decisão (Gowthorpe & Amat, 2005). No entanto, diferentes ângulos de interpretação surgem relativamente ao tratamento contabilístico das operações e preparação das DF. A flexibilidade e as lacunas existentes no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) proporcionam algum grau de liberdade ao preparador da Informação Contabilística e Financeira (ICF), o que poderá dar lugar ao desenvolvimento de Contabilidade Criativa (CC) (Duarte & Ribeiro, 2007). Além disso, Balaciu e Mădălina (2008) acrescentam que o desenvolvimento das atividades económicas, jurídicas e sociais e o *stress* dos usuários das DF tornaram a inovação contabilística uma necessidade, em particular a CC. Esta não é um fenómeno novo (Balaciu & Mădălina, 2008) e as suas práticas começaram desde a Revolução Industrial (Momani & Obeidat, 2013). Trata-se de um fenómeno de origem anglo-saxónico dada a subjetividade e a flexibilidade do quadro regulamentar (Naser, 1993; Cosenza, 2002). Contudo, este fenómeno é reconhecido a nível mundial (Cosenza, 2002).

A utilização de práticas contabilísticas que visam apresentar a situação económica e financeira da empresa de uma forma mais favorável ou alcançar uma posição ou a direção desejada é designada por CC (Khatri, 2015). Para Gadea e Gaston (1999) e Khatri (2015), a CC consiste em aproveitar a flexibilidade, as lacunas e as diferentes opções oferecidas pela regulamentação contabilística para refletir a imagem desejada, ao invés da real. Estas alterações podem melhorar ou agravar a situação financeira da empresa conforme o objetivo do responsável ou preparador das DF (Parada & Sanhueza, 2009). Na verdade, a CC pode ter um impacto negativo na qualidade e credibilidade das DF (Hadani, Goranova & Khan, 2011) e, conseqüentemente, levar à alocação inadequada de recursos (Balaciu, Bogdan, Meşter & Gherai, 2012).

Este tema sobre “A contabilidade criativa em Portugal: a perceção dos contabilistas certificados” justifica-se pelo facto da CC colocar em causa a credibilidade da ICF e influenciar a tomada de decisão.

1.2 – Problema do estudo

A internacionalização das empresas, a globalização do mercado, o aumento da concorrência, a influência do ambiente económico de atuação das empresas (períodos desfavoráveis ou em contextos onde existe uma maior pressão sobre os resultados das empresas, entre outros), em conjunto com o aumento de ênfase na informação contabilística incrementou a inovação contabilística e a aplicação de Práticas de Contabilidade Criativa (PCC) (Balaciu & Mădălina, 2008; Jones, 2011; Momani & Obeidat, 2013), independentemente, do contexto económico, da indústria ou da estrutura empresarial (Sen & Inanga, 2005). A CC é

referida, frequentemente, como um recurso ou uma causa, isto é, ou é um ambiente onde se procura as mais variáveis soluções para contornar os períodos desfavoráveis ou é um ambiente responsável por todas as evoluções negativas ocorridas no tempo (Balaciu & Vladu, 2010). As PCC reduzem os benefícios esperados da ICF e transformam a informação útil em informação inútil para o propósito das decisões dos usuários.

A CC tende a destruir a fiabilidade da ICF de uma forma insidiosa, o que pode influenciar decisões económicas e comprometer a alocação eficiente de recursos. Neste contexto, é identificado o problema deste estudo: A CC em Portugal apresenta uma magnitude que coloca seriamente em causa a fiabilidade da ICF?

1.3 – Objetivo do estudo e enquadramento metodológico

Face ao exposto, é importante explorar a extensão da CC no contexto português segundo a opinião dos contabilistas certificados. Desde “(...) *the existence of creative accounting practices are connected in accounting with issues of vulnerability and in some cases panic getting to know its magnitude can be regarded of higher importance*” (Vladu & Grosanu, 2011, p. 661). O ambiente económico e social onde o contabilista atua altera-se a uma velocidade indiscutível. A globalização exige novos conhecimentos (Fari & Nogueira, 2007). Por isso, o perfil dos contabilistas é delineado pelas mudanças sociais ocorridas (Fari & Nogueira, 2007), visto que o mercado “(...) requer modernidade, criatividade, impondo com isso, um desafio: o de continuar competindo” (Silva, 2000, p. 26). Sendo assim, o contabilista para conquistar o mercado de trabalho, não lhe basta somente as características pessoais, exige-se formação contínua (Fari & Nogueira, 2007). Neste sentido, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a magnitude da CC em Portugal, na opinião dos contabilistas certificados e, se perceção destes em relação à CC é influenciada pelas suas características individuais. Especificamente, pretende-se analisar a legitimidade da CC, as principais PCC e perceber a frequência com que estas são adotadas pelas empresas, bem como, os principais intervenientes, as principais motivações e os principais prejudicados com este fenómeno. Esta investigação visa ainda identificar os principais meios capazes de atenuar a CC e o impacto de alguns mecanismos de *Corporate Governance* (CG) na CC. Além disso, analisa-se a relação entre as características individuais do contabilista certificado, como o género, a idade, a experiência profissional, as habilitações literárias e área de formação com a legitimidade da CC, a facilidade de praticar e identificar PCC nas DF e a necessidade de atenuar a CC. De forma a alcançar os objetivos desta investigação, divide-se este trabalho em duas partes, a primeira parte refere-se à revisão de literatura e a segunda à investigação empírica, utilizando diferentes metodologias. Em relação à parte teórica, a metodologia utilizada assenta numa pesquisa bibliográfica. Relativamente à parte prática, a metodologia utilizada é de natureza quantitativa e a recolha de dados será através de um inquérito por questionário *online* disponível no site da Ordem dos Contabilistas Certificados e nas redes sociais. A análise estatística será efetuada no *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 20 para Windows.

1.4 – Estrutura do trabalho

Quanto à estrutura da dissertação, esta encontra-se subdividida em cinco capítulos:

No primeiro capítulo, procede-se, de forma geral, à contextualização do tema e à justificação do problema e apresenta-se os principais objetivos e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, apresenta-se a definição de CC e Fraude Contabilística (FC), evidenciando as diferenças substanciais entre estes dois conceitos, descreve-se os intervenientes, os objetivos e as causas subjacentes à CC, assim como, as principais motivações que levam a aplicação de PCC no Sistema Contabilístico (SC) *common law* e *code law*. Identifica-se as principais PCC e as formas de atenuar a CC, aborda-se em que medida os pressupostos e características qualitativas das DF permitem o desenvolvimento de CC. Apresenta-se, por fim, as formas de detetar PCC através da análise das DF.

No terceiro capítulo, descreve-se, detalhadamente, os objetivos e as questões de investigação, o instrumento de medida e a metodologia, o processo de recolha de dados, a população, a amostra e os testes estatísticos.

No quarto capítulo, apresenta-se e discute-se os resultados obtidos.

No quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais, nomeadamente, as principais conclusões desta investigação, as limitações, contribuições do estudo e as linhas de investigação futura.

Capítulo II – Contabilidade criativa

Neste capítulo apresenta-se uma visão detalhada sobre a CC, reúnem-se diversas definições sobre o tema, identificando as principais diferenças entre FC e CC. Do mesmo modo, explica-se as causas e objetivos subjacentes ao desenvolvimento da CC, bem como, as motivações dos agentes económicos aquando da execução de PCC. Adicionalmente, apresenta-se as PCC comumente utilizadas, as formas de atenuar a CC e correlaciona-se os pressupostos e características qualitativas com o desenvolvimento de PCC. E por fim, termina-se este capítulo identificando as principais formas de identificar algumas PCC através da análise das DF.

2.1 – Definição de contabilidade criativa

A CC corresponde às ações executadas pela gestão de acordo com a regulamentação contabilística, permitindo as empresas relatar os resultados de uma forma imprecisa (Metcalf, 1977; Vidal, 2002). A CC tem a finalidade de manipular e obter uma situação favorável num determinado período (Vidal, 2002; Santos & Grateron, 2003). Jones (2011) realça que a existência de subjetividade no processo contabilístico, a flexibilidade na escolha dos critérios de reconhecimento e mensuração, as lacunas jurídicas e as ambiguidades existentes no Normativo Contabilístico (NC) fazem com que a PCC seja uma forma robusta de alcançar uma *performance* desejada. Para Yadav (2014) a CC está relacionada com a aplicação de práticas contabilísticas, mas estas, certamente, desviam-se da objetividade da regulamentação contabilística e do objetivo primordial da contabilidade. Segundo Trotman (1993), a CC é equiparada a uma técnica de comunicação que visa o aperfeiçoamento da informação que é divulgada aos *stakeholders*.

A definição de CC passa por extremos e por alguns pontos intermédios, o que formular uma definição exata deste fenómeno pode ser extremamente difícil (Cosenza, 2003; Santos & Grateron, 2003). Apesar das múltiplas definições de CC (Vladu & Matiș, 2010; Knežević, Mizdraković & Arežina, 2012) é impossível obter uma definição consensual (Santos & Grateron, 2003), uma vez que para alguns autores pode ser uma “(...) estratégia a seguir para minorar as dificuldades das empresas e o desejo de transmitir aos utentes da informação financeira uma visão mais otimista (...)” (Duarte & Ribeiro, 2007, p. 30). Para outros, pode ser “(...) sinónimo de artifícios contabilísticos ou de manipulações contabilísticas (...) que se poderão considerar verdadeiras fraudes” (Silva & Cravo 2009, p. 25). A tabela 1 ilustra as diferentes expressões que caracterizam a CC.

Tabela 1 – Síntese de expressões que caracterizam a contabilidade criativa

Principais reflexões	Autores									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Jogo contabilístico.	■	■	■	■						
Flexibilidade dos princípios e normas contabilísticas.		■				■	■	■		
Ignorância do quadro regulamentar contabilístico.		■	■							
Artifícios contabilísticos que não quebram as normas contabilísticas.				■	■	■				
Realidade coberta por uma farsa legítima.					■	■	■	■	■	
Artifícios contabilísticos, manipulações e fraude contabilística.						■				
Medeia a escala entre verdade, ética e ilegalidade ou fraude.							■			
Espelha a imagem desejada (fiscal e societária).								■		
Sobrevaloriza as empresas cotadas.										■

Legenda: 1 – Smith (1992); 2 – Naser (1993); 3 – Amat, Blake e Gutiérrez (1996); 4 – Griffiths (1998); 5 – Jameson (1998); 6 – Lang (1998); 7 – Gadea e Gaston (1999); 8 – Saludas (1999); 9 – Ferreira (2003) e 10 – Calzada (2004).
 Fonte: Adaptado de Faria (2007)

Segundo Mulford e Comiskey (2002), o jogo dos números financeiros apresenta diferentes termos, assume diferentes formas e dependem das seguintes estratégias para criar a impressão desejada:

- *Agressive accounting* – Consiste numa escolha eficaz e intencional na aplicação das normas e dos princípios contabilísticos com vista a alcançar os resultados desejados (Mulford & Comiskey, 2002);
- *Earnings management* – Consiste na Manipulação de Resultados (MR) em direção a um objetivo predeterminado. Este objetivo pode ser estabelecido pela administração ou por um analista de mercado (Mulford & Comiskey, 2002);
- *Income smothing* ou *profit smothing* – Consiste em remover as oscilações de uma série normal de lucros. Ao optar por esta estratégia é necessário reduzir e “armazenar” os lucros de anos favoráveis e utilizar nos anos desfavoráveis. Desta forma, a administração procura reduzir as flutuações do lucro líquido de um período para outro (Balaciu & Mădălina, 2008);
- *Big bath accounting* – Nesta estratégia, em vez de mostrar prejuízos ao longo do tempo, é reconhecido no exercício atual o valor total dos gastos/perdas. Desta forma, a empresa acumula os gastos/perdas num ano e posteriormente consegue apresentar lucros mais favoráveis (Shah *et al.*, 2011);
- *Creative accounting* – Representa todas as práticas utilizadas para distorcer a ICF, incluindo escolhas agressivas, o aproveitamento da flexibilidade e subjetividade do SC e qualquer outra medida utilizada para impulsionar os *earnings management* ou *incoming smothing* (Mulford & Comiskey, 2002).

De uma forma generalizada, é possível identificar unanimidade quanto à essência da CC. Esta consiste numa prática intencional e sistemática de procedimentos de certos elementos contabilísticos que visam geralmente situações empresariais mais favoráveis (Duarte & Ribeiro, 2007).

Na literatura existe duas perspetivas associadas à CC, a positiva e a negativa. A perspetiva positiva, implica a escolha de princípios e práticas contabilísticas para acolher as

mudanças no ambiente económico, social, político e de negócios, agregando valor contabilístico ou aperfeiçoando o SC (Sen & Inanga, 2005; Vladu & Mătiș, 2010). A perspetiva negativa, envolve práticas contabilísticas pouco ortodoxas, como elementos antiéticos para atrair capital e influenciar a perceção dos usuários da ICF (Sen & Inanga, 2005; Vladu & Mătiș, 2010). Existe inúmeros termos que descrevem a CC, como ilustra a tabela 2.

Tabela 2 – Termos associados à contabilidade criativa

Sinónimos de contabilidade criativa	Autores						
	1	2	3	4	5	6	7
<i>Accounting manipulation</i>							
<i>Agressive accounting</i>							
<i>Cooking the books</i>							
<i>Cosmetic accounting</i>							
<i>Earnings smoothing</i>							
<i>Earnings management</i>							
<i>Financial crafts</i>							
<i>Fradulent reporting</i>							
<i>Income smoothing</i>							
<i>Massaging the numbers</i>							
<i>Windows dressing</i>							

Legenda: 1 – Mulford e Comiskey (2002); 2 – Balaciu e Mădălina, (2008); 3 – Balaciu, Bogdan e Vladu (2009); 4 – Shah *et al.* (2011); 5 – Salome, Ifeanyi, Ezemoyih e Echezonachi (2012); 6 – Momani e Obeidat (2013) e 7 – Yadav (2014).

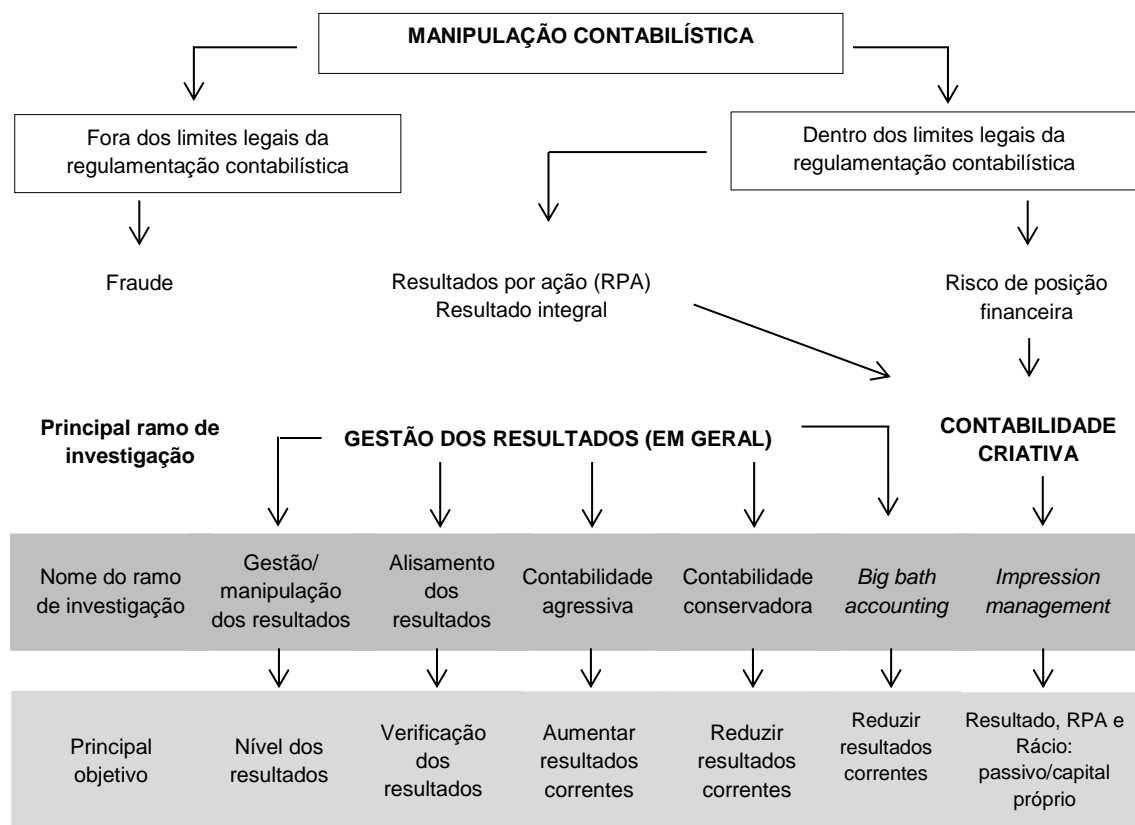
Fonte: Elaboração própria

O termo frequentemente utilizado nos Estados Unidos da América (EUA) é *earnings management*, enquanto na Europa utiliza-se a expressão *creative accounting*, ou seja, CC (Balaciu *et al.*, 2009). Todavia, em Portugal, o termo CC está, normalmente, associado à expressão *earnings management* ou gestão de resultados e num sentido mais amplo MR. Relativamente à questão da legalidade ou ilegalidade da MR, verifica-se que não existe consenso na literatura. Contudo, existem autores que defendem que a prática de MR não é considerada ilegal e que é sinónimo de CC (Mckee, 2005).

2.1.1 – Contabilidade criativa vs fraude contabilista

Em termos gerais, quando as práticas de manipulação de ICF se tratam de PCC que se enquadram nos limites legais da regulamentação contabilística, designam-se de CC, caso contrário de fraude (Stolowy & Breton, 2004). A figura 1 esquematiza o exposto acima.

Figura 1 – Estrutura das principais estratégias de contabilidade criativa



Fonte: Adaptado de Stolowy e Breton (2004)

Segundo Mاتیș, Vladu e Cuzdriorean (2012), a *Impression Management* (IM) é considerada uma das estratégias de CC. De acordo com os autores, a IM inclui diversos métodos, como métodos criativos para tornar o texto difícil de ler, através de uma linguagem técnica e específica; utilizar uma linguagem persuasiva positiva, enfatizando o desempenho financeiro; utilizar a manipulação visual, alterando o *layout* da apresentação da ICF, evidenciando os itens desejados sem enfatizar os resultados, entre outra informação. O objetivo primordial da IM é apresentar a ICF de forma favorável ou, às vezes, de forma desfavorável dependendo dos objetivos da gestão. Assim, apenas são incluídos os itens que realçam os resultados e os factos contabilísticos que não retratam com precisão a imagem desejada são omitidos ou são apresentados de forma subtil, quando a sua divulgação é obrigatória (Mاتیș *et al.*, 2012).

A literatura sugere que a complexidade e diversidade das transações e a flexibilidade disponível no NC tornam difícil lidar com a questão da CC (Shah *et al.*, 2011). Nem sempre as soluções encontradas pela CC estão erradas, mas a sua intenção e magnitude determina a sua verdadeira natureza e justificação (Shah *et al.*, 2011). Neste sentido, a CC encontra-se numa zona entre as práticas corretas e éticas e a ilegalidade ou a fraude, sendo difícil estabelecer a fronteira onde termina a ética e começa a criatividade e onde termina a criatividade e começa a fraude (Gadea & Gaston, 1999).

Na literatura ainda não existe unanimidade em relação à legalidade ou ilegalidade da CC (Jones, 2011). A título de exemplo, nos EUA esta é entendida como um fenómeno que inclui fraude, enquanto no Reino Unido é entendida como o aproveitamento da flexibilidade do NC, não

incluindo, por isso, fraude (Jones, 2011). Alguns autores, como por exemplo, Malhotra (2013) e Tassadaq e Malik (2015) afirmam que a CC não é ilegal, mas também não é legal, no entanto a utilização excessiva envolve as organizações em Escândalos Financeiros (EF), porque distorcem o desempenho económico e a posição financeira da entidade (Jameson, 1998; Beasley, Carcello, & Hermanson, 1999). Geralmente, as empresas começam com CC, mas, por vezes, terminam com fraude (Jones, 2011).

A CC, por se tratar de artifícios contabilísticos e por não infringir as regras, pode ser considerada totalmente legítima, já as práticas que violam a lei são consideradas fraude (Griffiths, 1986). No entanto, segundo Santos e Grateron (2003), as estratégias ou PCC que distorcem a conformação real da empresa devem ser entendidas como fraude, independentemente do contexto da sua aplicação.

Para compreender a CC é crucial abordar o conceito de fraude, mais especificamente, o conceito de FC (Balaciu & Mădălina, 2008; Moldovan, Achim & Bota-Avram, 2010). Contudo, às vezes é difícil distinguir CC de fraude, pois tudo se resume à questão de interpretar os pressupostos fundamentais que sustentam a contabilidade (Jones, 2011).

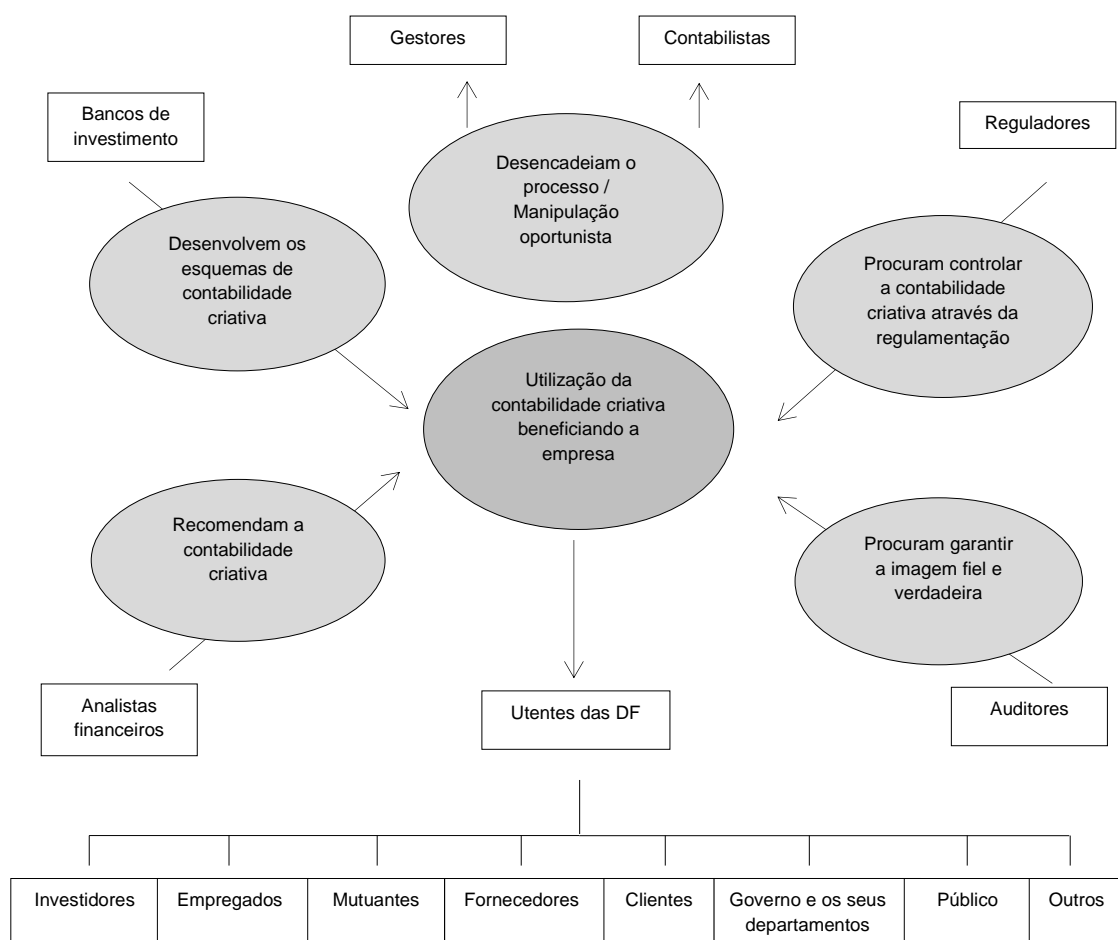
Segundo Stolowy e Breton (2004), a FC ocorre quando um indivíduo executa uma tarefa ilegal, como por exemplo, elaborar faturas falsas, falsificar ou alterar documentos, excluir determinadas transações dos registos contabilísticos, ocultar informações significativas, entre outras. Para Spathis, Doumpos e Zopounidis (2002) e Jones (2011) a FC infringe as regras e leis com o objetivo de manipular as DF, evidenciando uma situação artificiosa, que pode causar graves problemas aos utentes da ICF. Além disso, segundo Rezaee (2005) e Jones (2011), a fraude também proporciona perdas no âmbito financeiro e propaga inconsistências contabilísticas para possíveis EF.

A FC nas DF é compilada sob duas formas (Jones, 2011). A primeira, refere-se à utilização de práticas contabilísticas não abrangidas pelo NC. A segunda consiste na criação de transações, ou seja, transações fictícias.

2.2 – Partes interessadas e vantagens e desvantagens da contabilidade criativa

Stolowy e Breton (2004), à semelhança de Healy e Wahlen (1999), sugerem a existência de três grupos que influenciam o desenvolvimento de PCC em função dos seus interesses (i) o mercado (investidores e intermediários); (ii) a própria entidade (gestores, funcionários e outras partes interessadas), e (iii) a sociedade (Estado, outras entidades públicas e governo local). Desagregando a composição dos grupos mencionados anteriormente, os principais “(...) *players in the game of manipulation accounts*” (Stolowy & Breton, 2004, p. 11) são os gestores, os contabilistas, os auditores, os analistas financeiros, os reguladores e os bancos de investimento (Jones, 2011). Em caso de fraude, as Autoridades Legais desempenharão um papel fundamental (Jones, 2011). A figura seguinte evidencia as partes envolvidas em PCC assim como os seus respetivos papéis.

Figura 2 – Partes envolvidas na contabilidade criativa



Fonte: Adaptado de Jones (2011)

Em relação ao papel dos gestores na CC, sendo estes os responsáveis pelo desenvolvimento da empresa podem utilizar a flexibilidade do quadro regulamentar para manipular os resultados (Ferreira, 2003). Além disso, caso os gestores não acreditem na eficiência do mercado podem também manipular as importâncias submetidas nas DF (Stolowy & Breton, 2004). Se os resultados anuais são desfavoráveis, quando preparados sob a legislação vigente, estes aproveitando-se da flexibilidade existente no NC, podem desenvolver PCC e, por sua vez, modificar os resultados de determinadas formas (Jones, 2011). A seleção detalhada de Políticas Contabilísticas (PC), que proporcionam o desenvolvimento de CC, é inteligentemente desenhada e aprovada pelos membros da administração (Cosenza, 2003), porque estes utilizam a CC como meio de influenciar as contas e, conseqüentemente, a perceção dos usuários das DF (Jones, 2011). Assim, os principais beneficiários da CC são os gestores, dado que estes possuem diversos interesses e controlam os instrumentos que permitem executá-la (Cosenza, 2002). Os gestores podem modificar os valores das DF a favor da empresa com o objetivo de reduzir o custo de capital, diminuir o risco global da empresa, evitar o não cumprimento das cláusulas contratuais, minimizar a tributação, entre outros (Stolowy & Breton, 2004). Todavia, se as distorções nos valores das DF forem detetadas, o custo do capital pode aumentar (Dechow & Skinner, 2000). Os gestores também podem recorrer à CC em função dos seus interesses

peçoais, ou seja, quando o objetivo se associa à maximização da sua remuneração (Jones, 2011), sendo este comportamento classificado como uma manipulação oportunista (Watts & Zimmerman, 1978; Beneish, 2001).

Em relação ao papel dos contabilistas, estes são fundamentais na preparação da ICF e podem desempenhar um papel crucial na CC. Normalmente, são os contabilistas que implementam as PCC, já que são, muitas vezes, obrigados ou incentivados a se submeterem à execução de uma atividade caracterizada como CC, desenhada como uma estratégia organizacional pela administração da empresa (Cosenza, 2003). Mas, por vezes, os contabilistas também utilizam o seu conhecimento das regras/normas contabilísticas para ajudar o gestor/administrador a manipular os números relatados nas DF (Amat, Blake & Gutiérrez, 1996; Amat, Blake & Dowds, 1999; Blake, Bond, Amat & Oliveras, 2000). Contudo, isto contraria o objetivo primordial da contabilidade que consiste em fornecer informação precisa e oportuna aos usuários das DF, auxiliando desta forma o processo de tomada de decisão.

No que diz respeito ao auditor, o seu papel consiste em certificar a ICF, isto é, se esta é verdadeira e apropriada (Jones, 2011). Os auditores têm a responsabilidade de detetar irregularidades, transmitir os seus pareceres de forma independente, com responsabilidade social e ética e conscientes da relevância das DF para os usuários (Santos & Grateron, 2003). Contudo, os auditores têm dois objetivos contraditórios (Stolowy & Breton, 2004). O primeiro consiste em satisfazer o cliente e o segundo evitar o risco excessivo para terceiros. Esta contrariedade pode modificar a qualidade das auditorias. A literatura indica que as empresas onde ocorreram colapsos financeiros apresentavam graves deficiências nos sistemas de controlo de riscos, na atuação da auditoria interna e na ineficiente atuação dos auditores externos (Jones, 2011). Segundo Cosenza (2002), muitas vezes, a falta de responsabilidade na deteção de fraudes é colocada à parte nos processos de auditoria, porque os auditores não pretendem ser responsabilizados pelos colapsos financeiros. Mas a inclusão de informação referente à existência de PCC no parecer dos auditores, levará os mesmos a modificar a sua estratégia/plano de auditar, obrigando-os a procurar métodos específicos para detetar essas práticas (Santos & Grateron, 2003). Contudo, atualmente, o parecer dos auditores não contempla informações alusivas à CC, e por essa razão o seu conteúdo é considerado insuficiente (Santos & Grateron, 2003). Segundo Silva e Santos (2016), todas as empresas necessitam de auditorias internas, para auxiliar o controlo interno, e auditorias externas, para examinar a fiabilidade da ICF. Além disso, a auditoria interna avalia a eficácia dos controlos operacionais e contabilísticos, com o intuito de minimizar o processo de erro e fraude (Pereira & Nascimento, 2003).

O papel dos analistas financeiros consiste em averiguar de forma independente as contas das empresas e assegurar que o preço das ações é fixado de forma eficiente (Jones, 2011). Os analistas financeiros estimam a volatilidade dos resultados através dos desvios do lucro líquido contabilístico de períodos passados (McKee, 2005). De acordo com este autor, a oscilação dos resultados passados afeta a capacidade de previsão dos resultados futuros, sugerindo um maior risco de investimento. Os relatórios dos analistas financeiros adicionam valor

ao mercado de capitais, assim como os dos auditores, contudo estes são considerados intermediários imperfeitos de informação, por causa dos conflitos de interesses (Healy & Papelu, 2001). Face ao exposto, é necessário que os analistas financeiros sejam capazes de detetar as PCC implementadas nas DF (Jones, 2011). No entanto, segundo Gwilliam e Russell (1991) e Breton e Taffler (2001), nem sempre os analistas financeiros são capazes de detetar essas práticas. Além disso, os analistas financeiros deveriam ser observadores independentes, contudo isto nem sempre acontece, visto que trabalham, não só em bancos de investimento como também em consultoria de empresas, recomendando PCC (Jones, 2011).

Os mecanismos associados a CC podem ser muito complexos, por isso, os bancos de investimento¹, também designados por *merchant banks*, assumem o papel de conselheiros estratégicos destas práticas (Jones, 2011). Ao criarem estas estratégias recebem bónus no caso de fusões, incorporações, instrumentos financeiros derivados, entre outros (Baraldi, 2012). Normalmente, os reguladores emitem um regulamento ou uma lei que restrinja práticas específicas, mas os bancos de investimento elaboram uma nova estratégia/esquema para contornar a nova regulamentação (Shah, 1998).

Para os acionistas externos, a CC pode ser vista como uma bênção ou maldição (Sen & Inanga, 2005; Jones, 2011). Se a empresa continuar a operar no mercado de capitais, estes poderão obter ganhos, dado que é possível aumentar artificialmente o preço das ações. Mas, se a empresa entra em colapso, os acionistas vão incorrer em prejuízos (Jones, 2011). O grande problema dos acionistas externos é estes não terem informação sobre o verdadeiro desempenho da empresa (Jones, 2011). Segundo a autora citada, os usuários privilegiados, como os gestores/administradores, poderão utilizar o conhecimento interno a seu favor, não alertando os acionistas sobre a verdadeira situação económica e financeira da empresa.

Em relação aos organismos de regulamentação e normalização contabilística, estes assumem um papel fulcral no controlo da CC (Jones, 2011). De acordo com a mesma, este controlo é dificultado pela flexibilidade existente nos normativos, ou seja, por um lado, o NC é projetado para ser flexível, de modo a representar a realidade económica de forma verdadeira e apropriada e, por outro lado, a flexibilidade do quadro regulamentar facilita o desenvolvimento de CC. Neste contexto, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tem um papel crucial no domínio contabilístico, visto que é responsável "(...) pela emissão de normas, pareceres e recomendações de modo a estabelecer e assegurar procedimentos contabilísticos harmonizados com as normas europeias e internacionais da mesma natureza, contribuindo para o desenvolvimento de padrões de alta qualidade da informação e do relato financeiro, (...) bem como, promover as ações necessárias para que as normas de contabilidade sejam efetiva e adequadamente aplicadas pelas entidades a elas sujeitas" (CNC)². A CC tende a destruir a

¹ Os bancos de investimento são instituições "(...) privadas, especializadas em operações de participação societária de carácter temporário, de financiamento e de administração de recursos de terceiros (...)" (Jesus, 2015, p. 45)

² Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/sobre.html>

fiabilidade da ICF de uma forma insidiosa (Jones, 2011), colocando em causa a utilidade da mesma.

Em relação às Autoridades Legais, em caso de alegada fraude, estas têm também interesse na CC (Jones, 2011). De acordo com esta autora, os mecanismos e as penalidades variam de país para país, mas, em todos os países existem mecanismos institucionais para lidar com supostas alegações financeiras fraudulentas.

Em relação aos outros usuários, estes normalmente são afetados negativamente pela CC. Destes fazem parte os fornecedores, os empregados, os clientes, o Estado e a sociedade em geral (Jones, 2011). Habitualmente, identificam-se por serem utilizadores que dependem das DF para tomar decisões (Ramalho, 2015). Geralmente, os outros usuários são prejudicados pela CC, visto esta proporcionar uma impressão enganosa que atende aos objetivos administrativos ao invés das partes interessadas (Jones, 2011).

Face ao exposto, verifica-se que os vários interessados na CC têm interesses contraditórios (Jones, 2011). A tabela seguinte sumariza as potenciais vantagens e desvantagens de alguns intervenientes (Stolowy & Breton, 2004).

Tabela 3 – Potenciais vantagens e desvantagens da contabilidade criativa

Intervenientes	Vantagens	Desvantagens
Gestores	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o custo de capital; • Manter o posto de trabalho; • Gerir as suas remunerações; • Respeitar os convénios dos contratos de empréstimos; • Minimizar a carga fiscal; • Obter benefícios fiscais; • Melhorar o relacionamento com os credores, empregados e investidores; • Evitar custos políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda do emprego e da reputação.
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar o valor de mercado das ações; • Controlar as reivindicações dos empregados; • Diminuir o custo de capital; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconfiança do mercado; • Reduzir o número de transações
Empregados	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o posto de trabalho; • Aumentar as suas remunerações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda do emprego em caso de falência inesperada.
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os seus clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de dinheiro em caso de falência inesperada.
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços contínuos; • Garantias de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços interrompidos; • Compromissos desonrados.
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Cobrar impostos; • Criar emprego para a população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos impostos recolhidos; • Aumento da taxa de desemprego.
Bancos	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento dos empréstimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de dinheiro após uma falência inesperada.
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o trabalho; • Aumento da riqueza nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da taxa de desemprego e recursos desperdiçados.

Fonte: Adaptado de Stolowy e Breton (2004)

A CC é um fenómeno que pode ser benéfico ou prejudicial (Sen & Inanga, 2005). É benéfica quando proporciona ou desenvolve algo novo que ajude ajustar o SC. É prejudicial quando é utilizado com a intenção de distorcer a ICF e com o propósito de alcançar determinados objetivos. Contudo, a realidade tem demonstrado que, na maioria dos casos, é utilizada de uma forma indesejada para atrair novos investidores, onde são apresentados resultados exagerados

(positivos ou negativos) para enganar os utilizadores das DF, principalmente o Estado e as Autoridades Legais (Sen & Inanga, 2005).

Nesta linha de raciocínio, são apresentadas algumas vantagens da CC (Devi, 2015):

- Evitar quedas acentuadas no preço de cotação das ações;
- Maximizar o preço das ações;
- Minimizar os custos políticos, evitando níveis de lucro excessivo;
- Diminuir a potencial violação de cláusulas contratuais;
- Reduzir a volatilidade dos lucros;
- Reduzir as oscilações dos lucros, evitando penalidades associadas ao nível de risco;
- “Reservar” lucros para utilizar em períodos desfavoráveis.

Embora a CC proporcione algumas vantagens às empresas a curto prazo, normalmente, estas tendem a não refletir o seu verdadeiro desempenho ao longo do tempo (Devi, 2015). Contudo, alguns gestores reconhecem plenamente os riscos e o impacto da CC nas DF. Nestes casos, utilizam-na com precaução para atingirem determinados objetivos e, posteriormente, reorganizam os factos contabilísticos, de modo, a que as DF reflitam o verdadeiro desempenho e a verdadeira posição da empresa (Mulford & Comiskey, 2002). Em determinados casos, os gestores vão mais além da CC, passando para outra dimensão, a que envolve FC (Jones, 2011). As práticas abusivas de CC afetam as políticas económicas e sociais da empresa (Devi, 2015), originando, temporariamente, uma alocação imprecisa de recursos (Balaciu, Bogdan, Feleagă & Popa, 2014), tratando-se, muitas vezes, de situações que são irreversíveis.

Desai, Hogan e Wilkins (2006) defendem que quando a CC é exercida por interesse de determinados usuários ou pelos profissionais que as praticam, pode propiciar prejuízos irretratáveis para a imagem da empresa como, por exemplo, desconfiança dos investidores em relação à informação divulgada. Seguidamente são apresentadas algumas consequências económicas e sociais proporcionadas pela CC.

- Análises e interpretações incorretas das DF que, em última instância, compromete o processo de tomada de decisão e possibilita a alocação inadequada de recursos;
- Investimentos incorretos;
- Iludir os credores, apresentando valores incorretos nas DF;
- Apresentação de DF incorreta às partes interessadas, incluído ao Estado e às autoridades fiscais;
- Perda da credibilidade das DF das empresas;
- Incorrer em fraude ou em crime;
- Impossibilidade do Estado ou das Autoridades Legais analisarem a posição financeira das empresas.

As empresas sentem a pressão de parecerem mais favoráveis para atrair investidores e recursos, contudo as práticas contabilísticas enganosas e fraudulentas, normalmente, implicam consequências drásticas (Balaciu & Mădălina, 2008), tanto para as empresas envolvidas, como para os *stakeholders* (Silva & Santos, 2016). Como refere Gadea e Gaston (1999), os EF ocorrem

através da aplicação de PCC mal planeadas e executadas, ou seja, as PCC subjazem a maioria das fraudes corporativas e EF.

2.3 – Causas, objetivos e motivações subjacentes a contabilidade criativa

Neste ponto apresenta-se as causas subjacentes ao desenvolvimento da CC, os principais objetivos e, por último, as motivações subjacentes à sua prática no SC *common law* e *code law*, evidenciando o contexto português.

2.3.1 – Causas

Segundo Cosenza (2003) e Nunes (2014), identificar as causas subjacentes à utilização de PCC será o ponto central para a explicação deste fenómeno. Gadea e Gaston (1999) explicam as causas inerentes à sua prática:

- a) Assimetria de informação (entre quem executa as ações e quem está a analisar o desempenho financeiro da entidade);
- b) Características dos princípios e das normas contabilísticas:
 - Necessidade de fazer estimativas, dada a subjetividade existente na aplicação dos princípios e normas contabilísticas;
 - Flexibilidade regulamentar, dada as diversas opções para refletir o mesmo facto económico;
 - Lacunas existentes na regulamentação;
 - Discricionariedade na seleção dos critérios contabilísticos.
- c) Características sociais e comportamentais:
 - Valores éticos e culturais;
 - Proficiência no ambiente onde atua;
 - Visão peculiar sobre competitividade, ética, moral, fraude, entre outros.

De forma semelhante, também Amat *et al.* (1996) identificam as principais causas subjacentes ao desenvolvimento de CC, focando-se essencialmente na regulamentação contabilística:

- Flexibilidade regulamentar – O NC permite, em determinadas situações, escolher o método mais adequado para contabilizar um determinado acontecimento. Neste sentido, a empresa poderá optar pelo método contabilístico que proporciona a imagem desejada;
- Elevada margem de avaliação em áreas discricionárias - Determinados factos contabilísticos envolvem estimativas e previsões (por exemplo, estimar a vida útil de um ativo para posteriormente calcular o valor do gasto de depreciação/amortização). Estas estimativas permitem o desenvolvimento da CC de uma forma cautelosa ou otimista;
- Transações genuínas cronometradas – Práticas que podem ser cronometradas de modo a transparecer a imagem desejada. Como por exemplo, se uma empresa tem um

investimento avaliado ao custo histórico, no valor de um milhão de euros e este pode ser facilmente transacionado por três milhões de euros, correspondendo ao valor atual. O gestor da empresa pode escolher vender o investimento em períodos contabilísticos desfavoráveis, aumentando o resultado no período desejado;

- Transações artificiais – Práticas que consistem em transportar os ganhos entre os períodos contabilísticos;
- Alteração dos critérios contabilísticos – Refere-se à alteração dos critérios contabilísticos de um exercício para outro.

2.3.2 – Objetivos e motivações

Segundo Mayoral (1998), os objetivos da CC são agrupados em três categorias:

- Melhorar a imagem apresentada;
- Estabilizar a imagem no decorrer dos anos;
- Debilitar a imagem demonstrada.

Estes objetivos apresentam diferentes motivações, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 4 – Principais objetivos e os incentivos subjacentes

Objetivos perseguidos	Motivações para a empresa
Melhorar a imagem da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão dos <i>stakeholders</i> para que a entidade se posicione na situação ideal; • Necessidade de responder adequadamente às expectativas do mercado; • Interesses em determinadas políticas de dividendos; • Desejo de obter recursos externos; • Necessidade de procurar “parceiros” para absorção da empresa; • Sistema de remuneração vinculado aos lucros.
Estabilizar a imagem da empresa no decorrer dos anos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma clara preferência externa por comportamentos regulares; • Efeito positivo da estabilidade da empresa, com reflexo positivo na cotação das ações; • Benefícios nas políticas de dividendos em função de resultados constantes (sem oscilações significativas); • Preferência externa por empresas/investimentos de baixo risco.
Debilitar a imagem demonstrada	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por pagar poucos impostos; • Interesse em apresentar um baixo nível de resultado; • Possibilidade de diferir resultados para os exercícios seguintes; • Sistemas de remunerações que se baseiam em aumentos salariais vinculados às melhoras conseguidas; • Interesse na obtenção de subvenções condicionadas à situação que atravessa a empresa.

Fonte: Adaptado de Mayoral (1998)

As motivações associadas à CC dependem do contexto institucional onde as empresas estão inseridas (Leuz, Nandan & Wysocki, 2003; Cieslewicz, 2014; Papanastasopoulos, 2014). Neste caso, existe dois sistemas fundamentais para caracterizar o ambiente onde as empresas operam, o SC anglo-saxónico (*common law*) e o SC continental-europeu (*code law*) (Ball, Kothari & Robin, 2000).

Os países classificados no SC *common law* (por exemplo, o Reino Unido e EUA), as normas contabilísticas são produzidas por organismos privados (Ball *et al.*, 2000), deste modo, a contabilidade é excluída na sua plenitude da esfera governamental. Este SC caracteriza-se,

essencialmente, pela existência de grandes mercados de capitais, pela forte independência entre a contabilidade e a fiscalidade e pelo facto dos investidores representarem a principal fonte de financiamento (Ball *et al.*, 2000). Dada a importância destes mercados para as empresas anglo-saxónicas, os gestores são impulsionados a utilizar CC para atrair investidores e influenciar a opinião dos analistas de mercado, de modo a maximizar o valor da empresa (Habib & Hansen, 2009).

Em relação aos países classificados como *code law* (por exemplo, França e Alemanha), as normas contabilísticas são estabelecidas por entidades governamentais (Ball *et al.*, 2000). O SC dos países de Europa continental é caracterizado essencialmente por mercado de capitais relativamente pequenos, sendo a sua principal fonte de financiamento as instituições financeiras (bancos), pelo que a ICF é orientada para os credores (Ball *et al.*, 2000). Este sistema também é caracterizado pela sua excessiva regulamentação e pelo robusto vínculo entre a contabilidade e a fiscalidade (Burgstahler, Hail & Leuz, 2006; Moreira, 2006). La Porta, Lopez-de-Silanes, Shleifer e Vishny (1998) acrescentam que, os países integrantes deste sistema são, principalmente, de reduzida dimensão e a maioria das empresas são também de pequena dimensão. Contudo, existe algumas exceções, por exemplo, o Japão representa a segunda maior economia do mundo e está enquadrado neste sistema.

O comportamento e as motivações inerentes à CC serão afetados pelas características dos sistemas anglo-saxónicos ou continental-europeu³ (Halaoua, Handi & Mejri, 2017). Os pontos seguintes têm como objetivos evidenciar as motivações em cada um dos sistemas.

2.3.2.1 – Motivações associadas à contabilidade criativa no sistema contabilístico *common law*

De acordo com Healy e Wahlen (1999) existem diversas motivações que fomentam à CC, designadamente as motivações provocadas pelo mercado de capitais, as derivadas de relações contratuais e as resultantes da regulamentação.

- Motivações relacionadas com o mercado de capitais

Apresentar resultados favoráveis no mercado de capitais pode incrementar a necessidade de certas empresas tomarem decisões que maximizem alguns indicadores económicos (Marques & Rodrigues, 2009), pois, o objetivo dos gestores é divulgar Resultado Contabilístico (RC) que não contrariem as expectativas dos acionistas, dos investidores e dos analistas financeiros (Healy & Wahlen, 1999).

A ICF é o meio de comunicação entre a empresa e os *stakeholders*, sendo o preço de cotação dos títulos transacionados influenciado pelo comportamento de alguns *stakeholders*, como os investidores e analistas financeiros (Healy & Wahlen, 1999). Posto isto, de acordo com os autores, o mercado de capitais representa um robusto incentivo à CC, por parte da gestão. As empresas que apresentam resultados decrescentes ou negativos, quando comparados com períodos anteriores, veem o preço de cotação das ações afetado negativamente. De modo a

³ No apêndice 2 encontra-se uma análise detalhada dos SC abordados.

evitar a queda do preço das mesmas, os gestores são propensos a fixar os resultados (Sloan, 1996). Com o objetivo de alcançar ou exceder levemente as previsões dos analistas financeiros, os gestores são motivados a manipular os resultados. Alias, o estudo de Kasznik (1999) mostra que, quando os resultados ficam aquém dos previstos existe uma intervenção por parte da gestão de modo a reportar um resultado coerente com o dos analistas financeiros. DeAngelo (1986), Dechow (1994) e Dechow, Sloan e Sweeney (1996) analisam o comportamento das empresas cotadas na *New York Stock Exchange* (NYSE) e encontram evidências de MR. A pressão e a competitividade exercida pelo mercado de capitais “exige” um resultado positivo. Por isso, antes da emissão de ações a novos acionistas, os gestores podem distorcer a ICF com o objetivo de melhorar os resultados e conseqüentemente valorizar o preço de cotação dos títulos transacionados.

De acordo com a literatura, existe evidências empíricas, relativamente, à relação positiva entre o valor de cotação das ações e a CC, de forma a alcançar os objetivos estabelecidos pelos analistas de mercado. Contudo, estas práticas podem ter subjacente outros objetivos. A título de exemplo, Teoh, Wong e Rao (1998) analisam 1682 empresas de Oferta Pública Inicial (OPI), entre 1980 e 1990, e encontram evidências de PCC no momento da OPI, baseadas em previsões oportunistas (por exemplo, diminuição do valor de depreciação/amortização). De acordo com os autores, o objetivo é alcançar um valor razoável de cotação de ações no momento de oferta das mesmas. Além disso, estes autores concluíram que nos três exercícios seguintes à OPI verifica-se a deterioração da *performance* empresarial, como consequência da reversão das PCC. De forma semelhante, no caso de fusões ou aquisições, o objetivo da CC consiste em melhorar a posição da empresa. Erickson e Wang (1999) e Botsari e Meeks (2008) referem que, a empresa adquirente manipula o resultado com o intuito de aumentar o valor de cotação das suas ações, desta forma obtém uma posição mais favorável.

- **Motivações contratuais**

A ICF é regularmente utilizada para supervisionar, monitorizar e regular as relações contratuais (Watts & Zimmerman, 1978; DeAngelo, 1986; Healy & Wahlen, 1999), pelo que, normalmente, utiliza-se indicadores com base nos dados contabilísticos (DeAngelo, 1986; Healy & Wahlen, 1999). Relativamente aos contratos de trabalho dos gestores, numa empresa é comum definir-se os planos de remuneração dos gestores, para que uma parte assente numa componente variável, sendo, frequentemente, indexada a medidas de desempenho, como por exemplo, o RC (Marques & Rodrigues, 2009). Com este tipo de contratos os gestores são incentivados a aplicar práticas que maximizem o valor da empresa. Contudo estando a remuneração dos gestores associada a medidas de desempenho, estes, por vezes, tendem a adotar práticas que maximizem o valor das suas remunerações (Holthausen, Larcker & Sloan, 1995), o que pode constituir os designados problemas de agência⁴ (Jensen & Meckling, 1976).

⁴ Os problemas de agência surgem quando existe divergências de interesses, isto é, o agente (gestor) tenta satisfazer os seus próprios interesses em detrimento do principal (acionista). Segundo Jensen e Meckling (1976), as duas partes numa relação de agência, são maximizadoras da função utilidade, e existe razões para acreditar que o gestor nem sempre agirá de acordo com os interesses do proprietário do capital, originando conflitos entre as partes envolvidas.

Healy (1985) analisa 250 empresas industriais nos EUA e conclui que os gestores recorrem à PCC, com vista a maximizar a sua remuneração. Numa análise a 50 empresas acusadas de fraude pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), Erickson, Hanlon e Maydew (2006) concluem que existe uma forte relação entre a remuneração dos gestores por objetivos e a probabilidade de ocorrer FC.

Os contratos de dívida, normalmente, contemplam restrições ou penalidades (*covenants/convénios*) caso a empresa não consiga obter os valores adequados nos rácios financeiros (Healy & Wahlen, 1999). Porém, como a violação destes contratos é dispendiosa para a empresa, os gestores tendem a recorrer a soluções na CC (aumentar ativos, reduzir passivos, aumentar rendimentos, diminuir gastos, entre outros), evitando, desta forma, a potencial violação das cláusulas contratuais ou incumprimento de contratos (Watts & Zimmerman, 1990; Healy & Wahlen, 1999). Defond e Jambalvo (1994) e Sweeney (1994) fornecem evidências que os convénios dão origem a PCC que estão associadas a uma gestão positiva dos resultados no período anterior ao do incumprimento/violação do contrato.

- Motivações legais

Os mercados onde as empresas operam são regulados por entidades que monitorizam a sua atividade. Beneish (2001) menciona que a banca e as seguradoras são os principais sectores económicos com maior nível de regulamentação, e nestes casos, o cumprimento ou incumprimento de determinados rácios poderá colocar a sua continuidade em causa, o que poderá impulsionar os gestores a recorrer às PCC. Moyer (1990) evidencia que, a partir do momento que o rácio de insolvência dos bancos está perto do limite mínimo estipulado pela lei, os gestores são impulsionados a aplicar PCC, de modo a evitar a advertência das autoridades competentes.

Algumas empresas ao possuir maior visibilidade política do que outras, atraem atenção dos poderes públicos (Mendes & Rodrigues, 2007). Segundo Moses (1987), as oscilações dos resultados chamam a atenção dos poderes públicos, dado que:

- Oscilações crescentes significativas nos RC podem ser interpretadas como um sinal de práticas monopolistas;
- Oscilações decrescentes significativas nos RC podem assinalar crise financeira.

Face ao exposto, as empresas sujeitas a possíveis intervenções dos poderes públicos procuram estabilizar o RC, reduzindo, desta forma, a possibilidade de intervenção governamental e custos políticos (Moses, 1987; Mendes & Rodrigues, 2007).

A literatura está também assente na motivação *antitrust*, isto é, esta está associada ao cumprimento das regras de concorrência. As empresas de maior dimensão, principalmente as de serviços públicos ou as sujeitas à regulamentação especial, enfrentam elevada visibilidade no mercado e os seus custos políticos tendem a ser mais elevados (Mulford & Comiskey, 2002). Jones (1991) com base numa amostra de cinco indústrias americanas concluiu que, os gestores pressionam as Autoridades Legais à introdução de barreiras aduaneiras nas importações. Ou seja, os gestores manipulam os resultados num sentido descendente, isto é, os resultados são diferidos para períodos posteriores, com o objetivo de demonstrar às Autoridades Legais,

principalmente, às entidades reguladoras, que não resistem à pressão da concorrência externa. Assim sendo, as empresas contornam e controlam indiretamente a concorrência externa. Também Cahan (1992) constata que, em 48 empresas americanas (numa investigação de práticas monopolistas, pelo Departamento da Justiça e pela Comissão Federal do Comércio), os gestores tomam decisões no sentido de apresentar níveis superiores de *accruals*⁵ discricionários durante os anos de investigação, comparativamente aos outros períodos.

2.3.2.2 – Motivações associadas à contabilidade criativa no sistema contabilístico *code law*

As motivações associadas ao SC *common law* assumem pouca relevância no SC *code law*, uma vez que as motivações das empresas anglo-saxónicas resultam de ambientes económicos mais desenvolvidos e a maioria das empresas são de capital aberto ao público (Ball *et al.*, 2000), logo não se relacionam com as principais motivações associadas às economias menos desenvolvidas (Baralexix, 2004; Moreira, 2006).

As principais motivações que levam à CC focam-se, essencialmente, na redução do imposto a pagar e na facilidade de contratação de empréstimos junto das instituições bancárias (Scott, 2003; Moreira, 2006; Othman & Zeghal, 2006). Assim, nas empresas de capital aberto ou de grande dimensão, ou em SC que se associam a uma fraca relação entre a contabilidade e a fiscalidade, é espectável que esta situação ocorra com menos frequência (Scott, 2003).

Bigus e Schorn (2009; citado por Vila, 2002) analisam empresas alemães e concluem que, as de responsabilidade ilimitada são tributadas conforme a proporção de resultado, ou seja, utiliza-se uma taxa progressiva no cálculo do imposto. Neste contexto, as empresas tendem a suavizar os rendimentos, por causa das elevadas importâncias a pagar. Neste âmbito, Lin (2006) analisa uma amostra de 112 empresas internacionais, incorporadas no contexto económico japonês, e conclui que estas capitalizam despesas ou antecipam rendimentos nos períodos em que permanecem isentos ou beneficiem de critérios fiscais favoráveis. O que significa que as PCC são incrementadas, aquando de uma possível alteração dos critérios fiscais, normalmente, associados ao aumento das taxas fiscais. Contudo, em contextos empresariais caracterizados por um mercado de capitais ativo e dinâmico é natural que a carga fiscal não constitua o principal incentivo à CC (Chaney & Jeter, 1994; Erickson, Hanlon & Maydew, 2004). Aliás, segundo os autores, alterações significativas nos resultados de modo a obter vantagens fiscais, poderão proporcionar uma diminuição dos lucros a distribuir pelos acionistas.

No que diz respeito à contração de financiamento, a situação económica e financeira de uma entidade é determinante na aprovação do crédito. Assim, a ICF assume, quase na sua plenitude, o elemento chave na decisão das instituições financeira (Martins & Moreira, 2009). A divulgação de resultados positivos e elevados atrai investidores e acionistas e, portanto, reduz o

⁵ Os *accruals* são os ajustamentos contabilísticos correspondentes à componente dos resultados que ainda não foram concretizados em pagamentos e recebimentos (Teoh *et al.*, 1998). Os *accruals* são compostos por uma componente discricionária (não é explicado pela atividade da empresa, parte integrante da manipulação) e outra não discricionária (explicados pela atividade da empresa) compondo os *accruals* totais (Healy, 1985).

custo de aquisição de novos capitais (Eilifsen, Knivsfå & Sættem, 1999). Posto isto, nota-se que o comportamento atual das organizações relativamente à PCC depende das necessidades futuras de financiamento. Níveis superiores de endividamento implicam que os gestores utilizem práticas contabilísticas que proporcionem a antecipação dos resultados futuros para o exercício atual (Watts & Zimmerman, 1986).

Amat *et al.* (1996), num estudo comparativo entre duas economias europeias, com diferentes SC (Reino Unido – *common law* e Espanha – *code law*), concluem que à semelhança do Reino Unido, a CC em Espanha assume alguma relevância na realidade económica. Por outro lado, no que tange às motivações associadas à CC, a diminuição da carga fiscal e do custo do capital assume uma maior relevância em Espanha do que no Reino Unido. Baralexis (2004) ao analisar a economia grega encontra evidências empíricas de que as grandes empresas europeias manipulam o lucro de forma ascendente para facilitar e obter vantagens na contração de empréstimos bancários e, por outro lado, as empresas de pequena dimensão europeias manipulam os resultados de uma forma descendente, com o objetivo de pagar menos impostos.

De salientar que as motivações do SC *code law* são contraditórias (Eilifsen *et al.*, 1999; Erickson *et al.*, 2004; Moreira, 2006). Isto porque, as empresas preferem apresentar indicadores financeiros razoáveis de modo a poder contrair créditos às taxas mais favoráveis e, por outro lado, preferem apresentar um RC inferior para diminuir a carga tributária. No entanto, parece que estes elementos estão associados a um mecanismo de autocontrolo, isto é, parece haver um *trade off* entre as necessidades financeiras e a carga fiscal ou vice-versa (Eilifsen *et al.*, 1999).

Na tabela 5 espelha-se as motivações associadas à CC em função da dimensão⁶ da empresa.

⁶ No apêndice 1 está presente a distinção entre as diferentes estruturas empresariais de acordo com os critérios contabilísticos.

Tabela 5 – Motivações associadas à contabilidade criativa conforme a dimensão da empresa

Motivações	Médias e grandes empresas		Micro e pequenas empresas	
	A favor da empresa	Outros	A favor da empresa	Outros
Influência do mercado de capitais	Schipper (1989); Bargstahler e Dichev (1997); DeGeorge, Patel e Zeckhauser (1999)	-	-	-
Maximização das remunerações dos gestores	-	Watts e Zimmerman (1978); Healy (1985); Gaver, Gaver e Austin (1995); Holthausen <i>et al.</i> (1995); Guidry, Leone e Rock (1999)	-	-
Proporcionar dividendos lineares	-	Kasanen, Kinnunen e Niskanen (1996); Santos e Grateron (2003)	-	-
Redução do custo de capital	Dechow <i>et al.</i> (1996)	-	Blake e Salas (1999); Eilifsen <i>et al.</i> (1999); Moreira (2006)	-
Cumprimento dos convênios de dívida	DeFond e Jiambalvo (1994); Sweeney (1994); DeAngelo, DeAngelo e Skinner (1994)	-	-	-
Evitar custos políticos	Jones (1991)	-	-	-
Minimização dos encargos fiscais	Guenther (1994); Eilifsen <i>et al.</i> (1999)	-	Blake e Salas (1999); Eilifsen <i>et al.</i> (1999); Zimmerman e Goncharov (2002); Baralexis (2004); Moreira (2006)	-

Fonte: Adaptado de Marques e Rodrigues (2009)

Em relação às micro e pequenas empresas, a implementação destas práticas relaciona-se, essencialmente, com os interesses da própria empresa (Marques & Rodrigues, 2009). Por causa das características peculiares das suas estruturas, os proprietários são os gestores das empresas (Moreira, 2006; Marques & Rodrigues, 2009). Assim, a CC neste tipo de estruturas está assente na poupança de impostos e no aumento do poder negocial junto do sistema bancário (Marques & Rodrigues, 2009).

Em relação às médias e grandes empresas, a complexidade deste tipo de estruturas empresariais proporciona uma grande variedade de motivações, por um lado algumas são convergentes (manipulação a favor da empresa), por outro lado, divergentes (problemas de agência) (Marques & Rodrigues, 2009). Nesta linha de raciocínio, a CC é mais propensa nas empresas de maior dimensão, por causa das diferentes motivações e interesses particulares, sendo viáveis através das assimetrias de informação (Marques & Rodrigues, 2009).

2.3.2.3 – Motivações associadas à contabilidade criativa em Portugal

Portugal está enquadrado, a nível legal, no SC continental-europeu (La Porta *et al.*, 1998; Fontes, Rodrigues & Craig, 2005). O sistema legal está baseado no direito romano, onde existe forte relação entre a contabilidade e a fiscalidade (Moreira, 2006). Além disso, a representatividade do mercado de capitais na economia nacional é fraquíssima (Fontes *et al.*, 2005). Como refere Moreira (2006), o mercado de capitais é composto por algumas dezenas de empresas classificadas de média dimensão na presença de padrões internacionais. Portugal é

“(...) a very small “code law” country” (Moreira, 2006, p.7). O tecido empresarial português é constituído, na sua essência, por micro e Pequenas e Médias Empresas (PME). Estas empresas são, normalmente, dirigidas pelos próprios empresários, isto significa que não existe segregação de funções entre o proprietário e o gestor, deixando de parte os problemas de agência (Moreira, 2006). A sua principal fonte de financiamento são as instituições financeiras, dada a reduzida dimensão do mercado de capital português e os principais usuários da ICF são, normalmente, a Autoridade Tributária e as instituições financeiras. Além disso, o SC está legalmente regulado e alinhado com o sistema de impostos (Moreira, 2006). Segundo Barroso (2009), os empresários, gestores/proprietários, adotam, na contabilidade, critérios fiscais em detrimento dos critérios contabilísticos.

Face o exposto, as motivações associadas à CC dividem-se entre a minimização da carga fiscal e maximização do poder negocial junto das instituições de crédito (Moreira, 2006). Nesta linha de raciocínio, de acordo com o autor citado, as empresas são propensas a apresentar resultados positivos próximos de zero (o objetivo não é apresentar resultados negativos), com o intuito de pagar menos imposto e, por outro lado, tendem a reportar resultados mais favoráveis quando necessitam de recorrer a financiamento.

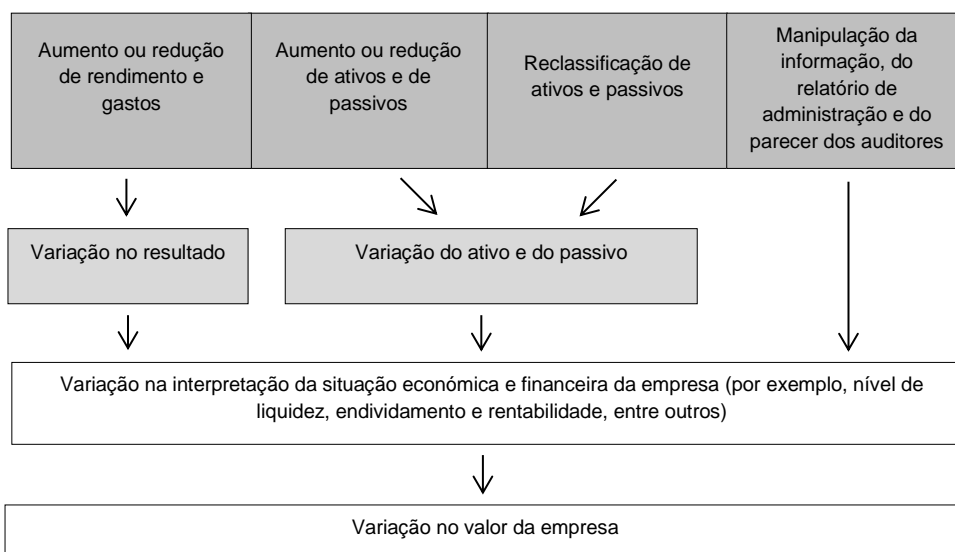
2.4 – Práticas de contabilidade criativa

A CC pode afetar o valor de várias rubricas das DF, essencialmente, as rubricas do balanço e demonstração de resultados, mas também pode afetar a avaliação e/ou divulgação da ICF (Stolowy & Breton, 2004). Segundo Amat *et al.* (1996), as principais práticas associadas à CC desenvolvem-se nas seguintes áreas:

- Aumento ou redução de gastos;
- Aumento ou redução de rendimentos;
- Aumento ou redução de ativos;
- Aumento ou redução do capital próprio;
- Aumento ou redução do passivo;
- Reclassificação de ativos e passivos.

As PCC originam variações nos resultados, através do aumento ou da redução de gastos ou rendimentos, proporcionam também variações nos ativos, passivos e capital próprio (Amat *et al.*, 1996). Desta forma, as PCC afetam os valores das DF e são executadas, essencialmente, com o objetivo de influenciar a perceção dos *stakeholders* relativamente à posição financeira e ao desempenho financeiro da empresa, como evidencia de forma sintetizada a seguinte figura.

Figura 3 – Práticas de contabilidade criativa e os seus potenciais efeitos



Fonte: Adaptado de Amat *et al.* (1996)

A CC é muito mais do que uma simples modificação dos resultados. Estas práticas alteram a *performance* empresarial através da modificação dos valores das DF (Salome *et al.*, 2012). As PCC podem assumir diferentes formas e, no entanto, originam concretamente as práticas que se apresentam na tabela 6. De salientar que nesta evidencia-se as PCC ocorridas em diferentes normativos contabilísticos.

Tabela 6 – As principais práticas de contabilidade criativa

Práticas de contabilidade criativa
Aumentar ou diminuir gastos com provisões, depreciações/amortização e perdas por imparidade.
Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual.
Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos.
Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo de reavaliação/revalorização.
Capitalizar no custo dos ativos as despesas com investigação e desenvolvimento e custos de empréstimos.
Não contabilizar os gastos/perdas no período corrente de forma a "reservá-los" para o(s) período(s) seguinte(s).
Não contabilizar o financiamento das subsidiárias que estão na área de consolidação.
Alterar o critério valorimétrico dos inventários.
Registrar transações com base em previsões que podem ser pessimistas ou otimistas.
Criar resultados extraordinários (venda de ativos, despesas ou receitas de períodos anteriores).
Considerar resultados extraordinários como ordinários e vice-versa.
Antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar a identificação de gastos/perdas.
Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos/perdas.
Registrar vendas fictícias.
Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos.
Realizar transações intragrupo a preços diferentes aos de mercado.
Alterar as políticas de classificação dos títulos de investimento ou das participações.
Cessão instantânea de títulos de investimento com um maior valor de mercado quando comparados com o preço de aquisição e recompra imediata.
Preferência em emitir obrigações convertíveis, dado que não podem ser incluídos no capital próprio e no passivo.
Contabilizar ativos fictícios.
Operações de <i>Leaseback</i> (vender um ativo e arrendar ativo semelhante imediatamente a seguir).

Fonte: Adaptado de Amat, Perramon e Oliveiras (2003), Tabără e Rusu (2011), Popescu e Ashrafzadeh (2013) e Faragalla (2015).

As práticas supracitadas são desenvolvidas e implementadas nas DF utilizando os seguintes métodos e ferramentas:

- Alterações das PC

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, os gestores podem alterar as PC dos períodos subsequentes em prol da imagem verdadeira e apropriada. Segundo Mulford e Comiskey (2002), a empresa pode justificar que a política, anteriormente adotada, não reflete a verdadeira imagem da empresa. Contudo, este é uma das PCC mais frequentes e que permite distorcer a ICF, apresentando a imagem desejada da empresa aos *stakeholders*.

- Consolidação de contas

As DF consolidadas devem ser preparadas sob o regime de PC uniformes para transações e outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes (§ 18 da NCRF 15). Neste âmbito, as empresas, por vezes, utilizam preços diferentes em relação aos praticados no mercado, constituindo os designados preços de transferência⁷, deste modo influenciam os valores das DF. Esta técnica proporciona um aumento e/ou diminuição no volume de negócios através da transação de produtos entre empresas do mesmo grupo, sem pagamentos efetivos, ou sem troca de produtos ou ainda onde são cobrados preços significativamente díspares quando equiparados ao preço de mercado (Guinea, 2016).

- Itens extraordinários

Os gestores podem registar itens extraordinários, como elementos decorrentes da atividade normal da entidade, ou contabilizar alguns itens correntes como componentes extraordinárias (De La Torre, 2009). Trata-se, por exemplo, de utilizar uma transação de carácter único e classificá-la como uma operação corrente (Cunha, 2013): de aumentar os resultados/lucros através da venda de ativos registados por um valor desatualizado em relação ao seu valor de mercado e reconhecer rendimentos não operacionais como vendas (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010).

- Ativos depreciables/amortizáveis

A depreciação/amortização de um ativo corresponde a “(...) imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil” (§ 6 da NCRF 7). No entanto, isto implica definir o período de vida útil, o método de depreciação e o eventual valor residual do ativo (Niyama, Rodrigues & Rodrigues, 2015). Neste âmbito, a presença de elementos subjetivos, torna a depreciação/amortização um elemento propenso à CC (Yadav, 2014). Assim, por exemplo, os gestores podem escolher um maior ou menor período de vida útil, afetando os resultados positivamente ou negativamente (Niyama *et al.*, 2015). Alterar os métodos de depreciação/amortização afetará o resultado e o valor dos ativos (Khatri, 2015). Superestimar ou sobrestimar o valor ativo, pode ser resultado de PCC e depende dos objetivos do gestor (Naser, 1993; Dellaportas *et al.*, 2005; De La Torre, 2009).

⁷ Corresponde ao preço pago por um bem/serviço fornecido/prestado por outra empresa, mas pertence ao mesmo grupo (Guinea, 2016).

- Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um “(...) contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade” (§ 5 da NCRF 27). Segundo Niyama *et al.* (2015), a classificação e a consequente mensuração dos instrumentos financeiros representam uma das principais áreas que permite o desenvolvimento da CC. Neste âmbito, se uma determinada entidade emite um instrumento composto, como por exemplo, instrumentos de dívida com opção de conversão, obrigações com *warrant* ou outro instrumento que combine instrumentos de capital próprio com passivos financeiros, deve ser reconhecido a quantia atribuível a cada uma das partes (§ 20 da NCRF 27). Para tal, a entidade “(...) deve primeiro determinar a quantia da componente do passivo financeiro, como sendo, o justo valor do passivo financeiro similar que não tenha associado nenhuma componente de capital próprio” (§ 20 da NCRF 27). O valor residual corresponde à componente de capital próprio (§ 20 da NCRF 27). Sendo assim, surge as oportunidades de implementar PCC, no caso das obrigações convertíveis estas, às vezes, são reconhecidas integralmente no passivo.

- Locação

Uma locação “(...) é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado” (§ 4 da NCRF 9). Para classificar as operações como locações financeiras ou operacionais é necessário recorrer ao conceito de “substância sobre a forma” (§ 10 da NCRF 9). Neste âmbito, as PCC são desenvolvidas, consoante a dificuldade em classificar as locações, além disso a subjetividade de alguns elementos como, por exemplo, os pagamentos mínimos de locação “(...) ascende a pelo menos, substancialmente, todo o justo valor do ativo locado (...)” (§ 10 da NCRF 9); e no caso de ser possível o locatário exercer a compra do ativo locado, espera-se que o preço seja “(...) suficientemente mais baixo do que o justo valor na data em que a opção se torne exercível (...)” (§ 4 da NCRF 9). No caso de operações de *leaseback* (transação de venda seguida de locação), estas quando classificadas como locações financeiras “(...) qualquer excesso do provento da venda sobre a quantia escriturada não deve ser imediatamente reconhecido como rendimento pelo vendedor-locatário, mas sim diferido e amortizado durante o prazo de locação” (§ 52 da NCRF 9). Neste sentido, se o preço se encontra abaixo do justo valor, “(...) qualquer lucro ou perda deve ser imediatamente reconhecido, a menos que a perda esteja compensada por pagamentos futuros da locação abaixo do preço de mercado” (§ 55 da NCRF 9). Se o preço se encontra acima do justo valor, então “(...) o excesso sobre o justo valor deve ser diferido e amortizado durante o período pelo qual se espera que o ativo seja usado” (§ 56 da NCRF 9). No caso de ser classificado como operacional “(...) a transação é estabelecida pelo justo valor, qualquer lucro ou perda deve ser imediatamente reconhecido” (§ 54 da NCRF 9).

- Valorimetria dos inventários

Os inventários proporcionam oportunidades favoráveis à CC (Yadav, 2014). Estes são ativos: “a) Detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; b) No processo de produção para tal venda; ou c) Na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no

processo de produção ou na prestação de serviços” (§ 6 da NCRF 18). Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda, os bens acabados produzidos, ou trabalhos em curso (que estejam a ser produzidos pela entidade) e os materiais que serão utilizados no processo de produção da entidade (§ 8 NCRF 18). O inventário é um dos ativos mais suscetíveis à evolução dos preços de mercado (Khatri, 2015). De acordo com este autor, em determinadas indústrias, os preços dos inventários variam várias vezes ao dia, como o preço do petróleo, da prata, entre outros. Assim, na valorização dos inventários, deve ser usado o custo específico, a fórmula *First In First Out* (FIFO) ou a fórmula do Custeio Médio Ponderado (CMP). Uma entidade deve utilizar a mesma fórmula de custeio para os inventários que tenham uma natureza e um uso semelhantes para a entidade (§ 25 NCRF 18). Neste contexto, existe uma determinada flexibilidade em relação à forma como se valoriza os inventários, dado que pode escolher um dos critérios acima identificados. Contudo, as empresas ao alterar o método de valorimetria dos inventários influenciam diretamente o custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas e, conseqüentemente, o resultado do período e o valor dos inventários refletido no balanço (Khatri, 2015).

- Imparidades

O termo imparidade corresponde ao reconhecimento de perdas na quantia recuperável de ativos, relativamente, à sua quantia escriturada (Niyama *et al.*, 2015). Assim, o ativo está em imparidade se e só se a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada (§ 1 NCRF 12). No entanto, existe alguns ativos com procedimentos específicos no tratamento das imparidades (§ 2 da NCRF 12). O teste de imparidade implica que exista um conjunto de informações (indícios ou condições) internas e externas para que uma entidade possa averiguar se é capaz de recuperar ou não o valor dos seus ativos (Niyama *et al.*, 2015). Para testar a existência de imparidades de ativos é necessário comparar o valor contabilístico com o valor recuperável (valor superior entre o valor líquido de venda e o valor em uso). Este processo envolve julgamentos profissionais, que podem ser controlados pelos gestores conforme os objetivos pretendidos. Por exemplo, o reconhecimento de uma perda por imparidade, por valores superiores ou inferiores, influencia os valores contidos nas DF, com impactos que podem ser significativos na situação financeira e na *performance* da empresa (Niyama *et al.*, 2015). Além disso, os gestores/empresa também controlam/controla os ativos sujeitos a testes de imparidades. Segundo Niyama *et al.* (2015), é com base nesta diversidade de fatores subjetivos que a CC pode ser utilizada.

- Ativos intangíveis

A indefinição do tratamento contabilístico de alguns elementos contabilísticos afeta as DF, e pode colocar em causa a credibilidade da ICF divulgada (Gadea & Gaston, 1999). Este problema está, particularmente, assente nos ativos intangíveis (Niyama *et al.*, 2015), especialmente, no que tange ao *goodwill* e aos ativos intangíveis gerados internamente.

Em relação ao *goodwill*, este quando reconhecido assume, normalmente, valores significativos (Niyama *et al.*, 2015). O *goodwill* corresponde aos benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos (§ 9 da NCRF 14). De acordo com a NCRF 14, o *goodwill* ocorre quando o justo

valor pago pela operação de concentração empresarial (custo de aquisição) é superior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos à data da transação. Assim, surge a oportunidade de reconhecer o *goodwill* nas DF, com um algum grau de objetividade. Após a data da aquisição, a empresa adquirente deve imputar o *goodwill* a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC)⁸, que se esperem que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades (§ 40 da NCRF 12). Posteriormente, o valor do *goodwill* corresponde ao valor atual dos fluxos de caixa estimados decorrentes de um conjunto de ativos. Neste âmbito, é necessário levantar várias questões, como por exemplo: o que se deve entender por UGC, como estimar os fluxos de caixa futuros, qual o período de amortização de um ativo intangível, qual a taxa de desconto adequada, entre outros aspetos que potenciam a CC (Niyama *et al.*, 2015).

Por outro lado, os ativos intangíveis não devem ser reconhecidos, desde que gerados internamente, exceto as despesas associadas à fase de desenvolvimento, pois estas podem ser capitalizadas, se cumprirem os requisitos de ativo tangível, como por exemplo, protótipo, sistemas, entre outros (§ 50 a 65 da NCRF 6). Segundo Niyama *et al.* (2015), as condições prescritas na norma contabilística dos ativos intangíveis, envolvem significativos juízos de valores, começando pela definição de pesquisa e de desenvolvimento, contudo as despesas com pesquisa, de acordo com NCRF 6, devem ser reconhecidas como gasto e não capitalizadas no custo do ativo, o que nem sempre acontece no seu reconhecimento.

- Provisões

O reconhecimento de provisões (aumento ou redução) pode ser uma ferramenta eficaz para controlar o resultado e o passivo da empresa (Jain & Godha, 2015). As provisões, “(...) desde que possa ser efetuada uma estimativa fiável, são reconhecidas como passivos porque são obrigações presentes e é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar as obrigações (...)” (§ 12 da NCRF 21). Assim, as provisões constituem um dos meios possíveis de aplicar PCC. Quando os resultados são positivos e superiores ao esperado, as entidades registam provisões elevadas ou antecipam as provisões de forma a reduzir os mesmos, por outro lado, quando os resultados são negativos as empresas preferem adiar o reconhecimento da provisão ou registar provisões reduzidas no sentido de os favorecer (Mulford & Comiskey, 2002; Jones, 2011; Jain & Godha, 2015). Obviamente que o reconhecimento de gastos com provisões (aumentos ou diminuições) provoca, simultaneamente, alterações nos resultados e no passivo da empresa.

- Reconhecimento prematuro de réditos

O reconhecimento prematuro de réditos ocorre de diferentes formas, contudo, normalmente, está associado ao reconhecimento de vendas e/ou de prestação de serviços antes de serem cumpridas todas as obrigações contratuais (reconhecer réditos com prestações de

⁸ Corresponde “(...) o mais pequeno grupo identificável de ativos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos” (§ 4 da NCRF 12).

serviços a serem providenciadas no futuro; reconhecer vendas antes dos inventários serem remetidos aos clientes ou antes de todas as condições contratuais serem aceites pelos mesmos) (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010; Cunha, 2013). Esta PCC é uma das formas mais eficaz e comum de distorcer o resultado. Isto porque, segundo Jones (2011), às vezes, é difícil determinar o momento da ocorrência da venda, principalmente em transações complexas. Estas dúvidas são aproveitadas pelos gestores para implementar PCC. Assim, segundo Griffiths (1995; citado por Jones, 2011) os réditos devem ser reconhecidos, a partir do momento que uma empresa possa justificar, com algum grau de razoabilidade, que a sua política de reconhecimento está assente numa base sólida. De acordo com Estrutura Conceptual (EC), um rendimento deve ser reconhecido “(...) quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num ativo ou com a diminuição de um passivo e que possa ser quantificado com fiabilidade” (§ 90 da EC). Face o exposto, a partir do momento que o benefício económico seja identificado, o rédito deverá ser reconhecido. Assim, de acordo com alguns autores, normalmente, o reconhecimento é antecipado e os rendimentos não são reconhecidos de acordo com o NC (Mulford & Comiskey, 2002).

- Reconhecimento de réditos fictícios

Ao contrário do reconhecimento prematuro de réditos, onde as transações são reais, o reconhecimento de um rédito fictício implica o reconhecimento de uma venda ou prestação de serviços inexistente ou o reconhecimento de réditos por valores inflacionados (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010). Normalmente é efetuado pelo registo de transações sem substância económica, onde o cliente não tem a obrigação de pagar ou aceitar o produto (Cunha, 2013).

- Adiar o reconhecimento de gastos

O adiamento do reconhecimento de gastos trata-se de uma PCC que proporciona às empresas um aumento imediato nos seus lucros. Contudo, de acordo com EC, os gastos devem ser reconhecidos nas DF quando “(...) tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade” (§ 92 da EC). No entanto, as empresas quando “(...) incorrem numa despesa, sem o correspondente benefício económico ter sido recebido, é efetuada a capitalização dessa despesa (...)” (Cunha, 2013, p. 17), sendo reconhecido numa conta de ativo. Por exemplo, capitalizar os gastos operacionais correntes (as despesas de publicidade associadas à campanha de lançamento de novos produtos); alterar o período de reconhecimento de perdas de imparidades em ativos (relativamente às imparidades dos inventários e de clientes de cobrança duvidosa); alterar as políticas de gastos com depreciações e amortizações (prolongamento ou encurtamento da vida útil, entre outros); entre outros (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010).

- Subvalorizar passivos

A maioria das empresas prefere não divulgar informações sobre as suas obrigações presentes e/ou futuras. Normalmente, as empresas recorrem a PC que promovem a omissão de

obrigações contratuais futuras, além de outras responsabilidades que deveriam ser registadas, contudo, como não são identificadas pela maioria dos *stakeholders*, são omitidas (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010). Trata-se, por exemplo, de não constituir provisões ou fazê-las por valores inferiores; reconhecer um ganho na sua totalidade apesar de existir uma obrigação futura (no caso das companhias aéreas, que oferecem, por vezes, viagens aos clientes que atingem determinadas milhas, contudo quando o cliente compra o bilhete este é registado na sua totalidade como rendimento), não sendo evidenciada qualquer observação (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010).

- Adiar o reconhecimento de rendimentos

Esta PCC permite reduzir os lucros atuais diferindo-o(s) para o(s) período(s) futuro(s), com o objetivo de reduzir o imposto sobre os resultados ou alisar resultados (Cunha, 2013). Na prática são constituídas “reservas” por via de diferimentos que permitem aumentar os resultados futuros (Cunha, 2013). Exemplifica-se da seguinte forma: as empresas com resultados acima das expectativas dos analistas financeiros e/ou *stakeholders* são propensas a diferir rendimentos para o período seguinte; em processos de aquisição, a empresa adquirida é instruída a não contabilizar ou a diferir esses ganhos de modo a que sejam contabilizados após a fusão, entre outros (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010).

- Antecipar o reconhecimento de gastos

As PCC que consistem na antecipação do reconhecimento de gastos associam-se a práticas que visam aumentar gastos/perdas do exercício atual, através do reconhecimento de provisões, imparidades, entre outros, que apenas ocorreriam no futuro (Cunha, 2013). Por exemplo, a empresa pode: antecipar gastos para o período corrente (as organizações que atingem as suas projeções de lucros antes de terminar o exercício económico, podem decidir antecipar gastos/custos que iram incorrer no próximo exercício económico); reconhecer perdas em processos de aquisição (as empresas aproveitam a complexidade destes processos para proceder à desvalorização de investimentos, *goodwill*); entre outros, potencializando os lucros futuros (Mulford & Comiskey, 2002; Schilit, 2010). Segundo Cunha (2013), estas práticas são frequentemente utilizadas quando se procede a alteração da equipa de gestão.

- Transações artificiais

O reconhecimento de transações fictícias é uma componente da CC (Mulford & Comiskey, 2002). As transações artificiais são utilizadas para manipular os valores das DF, bem como, para deslocar benefícios entre exercícios contabilísticos (Amat *et al.*, 1996). Por exemplo, através de operações de *leaseback* (Amat *et al.*, 1996).

2.5 – Restrições à contabilidade criativa

Nas últimas duas décadas, os *stakeholders*, como investidores, credores e acionistas tomaram decisões com base em informações imprecisas, sujeitas a diferentes PCC, originando elevadas perdas de dinheiro (Momani & Obeidat, 2013). Isto acontece, porque é difícil ou até

mesmo impossível para os *stakeholders* discernir os factos e os efeitos da CC, por causa da insuficiência de competências e pela indiferença ou relutância de se envolverem em análises detalhadas (Breton & Taffler, 1995). Como consequência, emergiu uma forte necessidade de restringir estas práticas e encontrar soluções para este problema. Na literatura, muitos autores realçam a impossibilidade de se extinguir a CC (Tassadaq & Malik, 2015). Todavia, Cosenza (2002) acrescenta que é possível estabelecer algumas medidas que limitem o seu campo de ação e restrinja a sua proliferação (tabela 7).

Tabela 7 – Medidas que restringem a contabilidade criativa

Área	Medidas que restringem a contabilidade criativa
Sistema contabilísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer normas contabilísticas mais precisas e concretas; • Eliminar dos resultados as transações que envolvem estimativas subjetivas; • Limitar a liberdade da gestão na escolha das PC.
Corporate Governance	<ul style="list-style-type: none"> • Maior envolvimento de auditores independentes; • Implementar um comité de auditoria; • Incorporação de indivíduos externos no conselho de administração.
Ética	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os elevados padrões éticos e a integridade em qualquer atividade.

Fonte: Adaptado de Cosenza (2002)

Conforme ilustrado na tabela anterior, existe diversas medidas que podem ser tomadas para restringir PCC, ou seja, o SC, a CG e a ética.

2.5.1 – Sistema contabilístico

As imposições normativas relativamente à divulgação ICF representam ou constituem uma medida dissuasora de PCC (Nunes, 2014). Assim, as entidades reguladoras e de normalização podem atenuar as PCC, da seguinte forma (Amat *et al.*, 1996):

- Reduzir os métodos contabilísticos permitidos ou especificar as circunstâncias em que cada método deve ser aplicado. Assim, é exigido coerência na utilização dos métodos contabilísticos, independentemente do resultado;
- Definir padrões para minimizar as estimativas e implementar auditorias independentes para identificar estimativas desonestas;
- As transações extraordinárias cronometradas é uma questão reservada à administração. No entanto, a sua aplicação pode ser limitada, ao exigir avaliações regulares leva a que as variações (ganhos ou perdas) sejam contabilizadas no período da sua ocorrência.

Segundo Amat e Oliveras (2004), os contabilistas devem ser envolvidos neste processo, no sentido de se encontrarem meios que permitam combater eficazmente a CC.

Diversas alterações foram incorporadas no SC de modo a restringir a CC, mas quando há intenção de implementar PCC são identificados novos meios criativos capazes de se subpor ao quadro regulamentar (Salome *et al.*, 2012). Aparentemente, o NC não tem conseguido alcançar o seu principal objetivo, ou seja, impedir ou diminuir as PCC (Santos & Grateron, 2003). Contudo, a mudança da legislação não representa o único método de restringir este fenómeno,

os códigos de governança e os padrões éticos representam outros métodos de limitar as PCC (Malhotra, 2013).

2.5.2 – Corporate Governance

O conceito de CG emergiu sobretudo após os grandes EF. Este conceito representa a forma como uma instituição é monitorizada e controlada, e está intimamente relacionado com as PCC (Berinde, Răchișan & Groșanu, 2012). Através deste mecanismo é possível verificar se a empresa divulga aos *stakeholders* informações oportunas, precisas e apropriadas do sector empresarial (Shah *et al.*, 2011). A CG desempenha um papel fundamental na CC ao reduzir os riscos do investidor e a incentivar uma visão verdadeira e apropriada da ICF (Yadav, 2014). Neste sentido, Jiang, Lee e Anandarajan (2008) analisam a relação da CG e a qualidade dos resultados e concluem que, as empresas com fraca CG são mais propensas a manipular os resultados. A principal função da CG consiste em delimitar dois objetivos específicos: maximizar os lucros e os dividendos, e nesta linha de raciocínio a CG representa “(...) *end of the manager's era*” (Albert, 1994 citado por Shah *et al.*, 2011, p. 535). Assim, a ocorrência da CC está relacionada com fraco desempenho da CG (Mudel, 2015), dado que, um bom desempenho da CG minimizará as oportunidades de CC e FC (Jones, 2011). De salientar que, Dechow *et al.* (1996) documentam a existência de uma forte associação entre a ocorrência de CC e a falta de características de uma forte CG, como a ausência de comité de auditoria, a combinação de funções entre o *Chief Executive Officer* (CEO) e o *chairman*, o conselho de administração dominado por indivíduos inexperientes, a ausência de um sistema de monitorização e a falta de membros não executivos no conselho de administração.

Os grandes EF que ocorreram em todo o mundo foram baseadas em PCC e FC, mas também usufruíram da colaboração de empresas de auditoria. Estas, em vez de representarem e atuarem como guardiões dos mercados financeiros, passaram a ignorar, esconder e até mesmo a participar nas maiores fraudes a nível mundial (Berinde *et al.*, 2012). Assim, algumas medidas foram impostas ao sistema de CG. Por exemplo, como consequência dos grandes EF ocorridos nos EUA, o parlamento americano aprovou a Lei *Sarbanes Oxley*⁹ em 2002 com o objetivo de fortalecer a empresa no seu todo (Berinde *et al.*, 2012). De salientar que uma empresa tem potencial para mitigar a CC se na mesma se verificar: um controlo interno eficaz, a divisão de responsabilidade entre CEO e *chairman*, um comité de auditoria e um conselho de administração independente (Jones, 2011).

- Controlo interno eficiente

O ambiente de controlo tem subjacente a gestão e avaliação do risco e a monitorização e controlo das atividades. A presença de controlos inibe a possibilidade de implementar práticas contabilísticas indevidas. Para Popescu e Ashrafzadeh (2013) as restrições contra a distorção da ICF devem ser introduzidas pelas organizações empresariais, visto que, estas práticas afetam o desempenho e a credibilidade da empresa, influenciam a perceção e provocam desconfiança

⁹ É um conjunto de normas e regulamentos o qual obriga as empresas a reestruturarem os organismos internos com o intuito de aumentar o controlo, a segurança e a transparência da ICF.

nos usuários. Sendo assim, as empresas devem utilizar três critérios para reduzir tais práticas (Popescu & Ashrafzadeh, 2013):

- Sistemas Administrativos – Implementar um sistema de notificações para os funcionários, relativamente aos riscos a que estão expostos e desenvolver mecanismos de proteção aos “(...) *vigilant employees*¹⁰ (...)” (Popescu & Ashrafzadeh, 2013, p. 10). Os programas antifraude devem contemplar a implementação de denúncia, preferencialmente no anonimato, de atos ilegais, erros e desobediência do código de conduta da empresa (Baraldi, 2012);
- Sistema de controlo – Avaliar vulnerabilidades existentes e futuras consequentes das PCC, desenvolver um sistema que proíba acumulação de funções entre os funcionários e, por fim, implementar sistemas de monitorização de transações económicas para determinados períodos de tempo;
- Sistema informacional – Criação de um sistema de informação seguro, desenvolvido através da transparência das informações empresariais, onde as alterações são controladas, permitindo a identificação de algumas transições cujos limites não são observados.
- Comité de Auditoria

O comité de auditoria é responsável pela supervisão dos auditores e para ser eficaz é necessário que seja independente, regular e composto por indivíduos competentes. Assim, um comité com funções estritamente de controlo, provavelmente, poderá minimizar a desconfiança dos usuários nas DF (Santos & Grateron, 2003). A atividade profissional dos auditores tem contribuído para o desenvolvimento dos mercados, porque, na perspetiva dos usuários, o parecer do auditor é sinónimo de confiança e credibilidade (Santos & Grateron, 2003). Santos e Grateron (2003) realçam que a posição do auditor independente perante a existência da CC nas empresas não é tarefa simples, porque, em determinados casos, não existe uma regulamentação nítida sobre as opções das PC. Os auditores devem ajudar as empresas, através da interpretação da regulamentação, a proporcionar a uma imagem verdadeira e apropriada da mesma (Shah, 1998).

Neste sentido, Davidson, Goodwin-Stewart e Kent (2005) analisam se as PCC sistemáticas estão relacionadas com os mecanismos internos de CG, e concluem que o comité de auditoria independente composto por membros não executivos está associado à menor possibilidade de CC. Jaggi e Leung (2007) concluem que os comités de auditoria independentes em geral desempenham um papel fulcral na restrição da CC. Os comités de auditoria são efetivamente mais eficazes no desempenho das suas funções, se grande parte (ou a totalidade) do conselho de administração for composto por membros externos e por executivos e não executivos (Beasley, 1996).

¹⁰ Representam os indivíduos que identificam, sinalizam e comunicam as PCC implementadas na ICF (Popescu & Ashrafzadeh, 2013).

- Conselho de administração independentes

O objetivo do conselho de administração consiste em assegurar a prosperidade da empresa e corresponder aos interesses dos acionistas e das partes interessadas. Assim, é importante determinar os deveres, os encargos e as responsabilidades dos administradores, com o objetivo de evitar EF. Para o conselho de administração ser eficaz é necessário que haja administradores não executivos e deve ser composto por indivíduos independentes, ou seja, o conselho de administração não deve ser composto por conhecidos, amigos ou familiares do atual administrador executivo. Os administradores representam um papel fundamental, especialmente, na monitorização das atividades dos gestores (Weisbach, 1988). Com o objetivo de examinar o impacto de um conselho de administração independente na CC, o estudo de Lai e Tam (2007) mostra que, as empresas que optem voluntariamente por conselhos administrativos independentes, assim como, as empresas com um número maior de administradores independentes no conselho apresentam menores níveis de CC. Beasley (1996) analisa a relação entre a composição do conselho de administração e a ocorrência de fraude, conclui que nas empresas com uma maior proporção de administradores independentes a ocorrência de fraude é relativamente inferior. Nesta linha de raciocínio, Xie, Wallace e Peter (2003) investigam a relação entre a CC e a CG e concluem que a CC é mais propensa nas empresas com conselhos de administração compostos por membros internos.

- Divisão de responsabilidade entre CEO e o *chairman*

Outro dos aspetos relacionados com a CC é a dualidade de papéis ou *dominant personality*¹¹. Stewart (1991) e Dahya, Lonie e Power (1996) apoiam a dualidade de papéis, uma vez que ajuda a melhorar a tomada de decisões, permite um foco mais acentuado nos objetivos da empresa e promove a implementação mais rápida das suas estratégias/decisões. Contudo, o indivíduo que assuma duas posições superiores é mais provável que procure estratégias que promova os seus interesses pessoais em detrimento dos da empresa (Jensen & Meckling, 1976; Jensen, 1986). Além disso, um indivíduo sendo, simultaneamente, CEO e *chairman* de uma determinada empresa é particularmente problemático, visto que estes cargos ocupam uma divisão de autoridade essencial no conselho de administração, impedindo assim o exercício absoluto de poder num indivíduo. Rhoades, Rechner e Sundaramurthy (2001) descobrem que as empresas onde existe separação destas funções apresentam melhores rácios financeiros em relação às empresas que têm as funções combinadas.

Se existirem controlos suficientes sobre os gestores (pelo conselho de administração, pelos mercados concorrentes e dentro da própria organização por outros indivíduos), estes farão escolhas contabilísticas para maximizar o valor da empresa (Christie & Zimmerman, 1994). De acordo com os autores, estas medidas são dispendiosas, por isso, são limitadas na sua capacidade de controlar o desempenho dos gestores (Christie & Zimmerman, 1994). Por outro lado, um mau desempenho da CG é um fator que permite o desenvolvimento ou a continuidade

¹¹ É a designação atribuída a um indivíduo que seja CEO e *chairman* (Haniffa & Hudaib, 2006).

de PCC na empresa, assim como, um controle interno fraco, falta de honestidade e transparência na apresentação da *performance* da empresa (Moldovan *et al.*,2010).

2.5.3 – Ética

A implementação de PCC originou colapsos empresariais e, apesar de poderem ser desenvolvidas no âmbito do NC, poderão não estar de acordo com os princípios éticos. A flexibilidade do NC é expressa como sendo a parte legal da CC, mas a intenção e os valores morais são importantes (Velayutham, 2003; Malhotra, 2013). Neste contexto, é relevante abordar o conceito de ética, moral e deontologia.

A ética é definida como o estudo “(...) dos conceitos envolvidos no raciocínio prático: o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha” (Blackburn, 1997, p. 145). A ética sendo uma área de conhecimento apresenta um objeto e um objetivo bem delimitado (Lisboa, 1977). O objeto resume-se ao comportamento humano, enquanto o objetivo representa os níveis aceitáveis de comportamento que possibilitam a convivência em sociedade de forma pacífica. A ética constitui “(...) uma característica inerente a toda ação humana” (Nunes, 2012, p. 5). Todos os seres humanos têm um sentido ético, que os leva, intuitivamente, a julgar as suas atitudes para conhecerem se são boas ou más, certas ou erradas e justas ou injustas (Nunes, 2012). Assim, a ética é considerada como uma teoria racional do bem e do mal, uma reflexão executada a montante sobre os valores ordenados pela moral (Malhotra, 2013). Por sua vez, a moral regula os valores, atitudes e comportamentos considerados adequados ou legítimos para uma certa sociedade, povo, religião, cultura ou tradição (Moraes, 2004). A moral “(...) pode ser vista como um conjunto de valores e de regras de comportamento que as coletividades, sejam elas nações, grupos sociais ou organizações, adotam por julgarem corretos e desejáveis” (Ashley, 2005, p. 5). A ética é mais sistematizada e corresponde a uma teoria de ação rigidamente estabelecida, em contrapartida, a moral, é concebida menos rigidamente, podendo variar de acordo com país, o grupo social, a organização ou mesmo o indivíduo em questão (Ashley, 2005).

A atitude ética dos profissionais de contabilidade está presente quando escolhem práticas e PC que proporcionam informação útil, oportuna e precisa a todos usuários (Cosenza, 2002). Existem diversas abordagens associadas à tomada de decisões éticas, nomeadamente, a utilitarista (deve-se optar pela solução mais vantajosa para a maioria dos indivíduos), a individualista (deve-se escolher a solução que promove de forma ascendente os interesses de um determinado indivíduo, conduzindo a um bem maior), a dos direitos (decidir em função dos indivíduos que são afetados por essa decisão) e a de justiça (decidir de acordo com os critérios de equidade e imparcialidade para todos os indivíduos) (Blackburn, 1997). Às vezes, estas abordagens não proporcionam a decisão mais ética por causa dos dilemas éticos (Blackburn, 1997). Este autor refere que, por vezes, o processo de tomada de decisão não abrange todos os princípios e estes por sua vez são obrigatórios. Os contabilistas deparam-se com vários dilemas éticos e questões de índole ética e deontológica, como por exemplo (Barata, 1999):

- Contabilizar determinados valores em contas desapropriadas para influenciar as contas e o resultado do exercício;
- Não desagregar as rubricas de curto prazo das de médio e longo prazo;
- Incumprimento do NC e da lei fiscal, nomeadamente, na constituição, reforço ou redução de provisões, no cálculo de amortizações/depreciações e na mensuração dos ativos;
- Omitir ou falsear os dados e declarações à administração pública e outras entidades;
- Guardar segredos sobre diversos problemas decorrentes do ambiente empresarial;
- Distorcer as DF;
- Contabilizar bens avaliados incorretamente.

Para Lisboa (1977), a solução para estes dilemas éticos, poderá envolver a seleção de fatores conflitantes. Contudo, Cravo (2001) afirma que este problema pode ser resolvido ao hierarquizar valores, da seguinte forma:

- I. Obter os factos relevantes;
- II. Identificar as questões éticas desses factos;
- III. Selecionar quem é afetado pelo resultado do dilema;
- IV. Identificar alternativas possíveis para resolver o dilema;
- V. Identificar as consequências de cada alternativa;
- VI. Tomar a decisão apropriada.

Esta sugestão aproxima-se da metodologia utilizada na elaboração de alguns códigos de ética ou conduta e/ou códigos deontológicos, visto que auxilia o indivíduo (decisor) a encontrar a solução o mais ética possível (Gonçalves, Gonçalves & Sequeira, 2014). Os códigos éticos são “(...) *the most concrete cultural form in which professions acknowledge their societal obligations*” (Abbott, 1983, p. 856). Assim, a aplicação da ética na atividade profissional traduz-se no conceito de deontologia (Gonçalves *et al.*, 2014).

O código deontológico é definido como “uma relação das práticas de comportamento que se espera que sejam observados no exercício da profissão. As normas do código visam o bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição” (Lisboa, 1997, pág. 58). Este instrumento é crucial para que os profissionais na área não utilizem mecanismos ilegais (Silva & Santos, 2016), de forma a exercer a sua profissão com confiança e zelo, os profissionais de contabilidade devem seguir rigorosamente o Código Deontológico dos Contabilistas Certificados (CDCC).

2.5.3.1 – Código Deontológico dos Contabilistas Certificados

O CDCC¹² é contemplado com normas que devem ser seguidas, dado estas proporcionarem orientações em relação aos deveres e obrigações dos contabilistas certificados e, as penalidades associadas ao incumprimento do referido código.

¹² A estrutura do atual CDCC encontra-se no apêndice 3.

Os contabilistas certificados devem respeitar os princípios e normas contabilísticas, além disso, devem exercer a sua profissão com integridade e honestidade. Assim, os contabilistas certificados deveram orientar a sua atuação pelos seguintes princípios (art. 3.º do CDCC):

- Princípio da integridade – o contabilista certificado deve exercer a profissão através de “(...) padrões de honestidade e de boa-fé” (alínea a) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da idoneidade – o contabilista certificado deve aceitar “(...) apenas os trabalhos que se sintam aptos a desempenhar” (alínea b) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da independência – o contabilista certificado deve manter-se equidistante “(...) de qualquer pressão resultante dos seus próprios interesses ou de influências exteriores (...)” (alínea c) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da responsabilidade – o contabilista certificado assume “(...) a responsabilidade pelos atos praticados no exercício das suas funções” (alínea d) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da competência – o contabilista certificado deve exercer as suas funções “(...) de forma diligente e responsável (...) respeitando a lei, os princípios contabilísticos e os critérios éticos” (alínea e) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da confidencialidade – o contabilista certificado e os seus respetivos colaboradores devem guardar “(...) sigilo profissional sobre os factos e os documentos de que tomem conhecimento (...)” (alínea f) do art. 3.º do CDCC), no exercício das suas profissões;
- Princípio da equidade – o contabilista certificado deve garantir “(...) igualdade de tratamento e atenção a todas as entidades (...)” (alínea g) do art. 3.º do CDCC);
- Princípio da lealdade – o contabilista certificado deve proceder “(...) com correção e civildade, abstenendo-se de qualquer ataque pessoal ou alusão depreciativa, pautando a sua conduta pelo respeito das regras da concorrência leal e pelas normas legais vigentes, por forma a dignificar a profissão” (alínea h) do art. 3.º do CDCC).

Estes princípios justificam-se pela relevância das DF, uma vez que estas elucidam os usuários quanto ao desempenho e à posição financeira da empresa. Além disso, às vezes, é necessário proceder a juízos de valor, neste sentido, os contabilistas certificados devem selecionar as PC mais adequadas, através do balanceamento das características qualitativas, que reflitam a verdadeira e apropriada representação das operações e de outros acontecimentos. Perante isto, os princípios éticos representam uma solução evidente para lidar com PCC (Omurgonulsen & Omurgonulsen, 2009). Aliás, é de referir que, se o comportamento do contabilista certificado contrariar as regras deontológicas é constituído uma infração disciplinar (art. 17.º do CDCC). Sendo puníveis através de sanções disciplinares por (i) advertência – “(...) consiste no mero reparo pela irregularidade praticada (...)”, (ii) multa – “(...) consiste no pagamento de quantia certa (...)”, (iii) sanções até três anos – “(...) consiste no impedimento (...)”

do exercício da atividade (...)” e (iv) expulsão – “(...) consiste no impedimento total do exercício da atividade (...)” (art. 86.º e 87.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC)).

2.6 – Estrutura Conceptual e a contabilidade criativa

A EC constitui a base de todo o SC, e neste estudo torna-se crucial identificar o papel da mesma na CC.

2.6.1 – Estrutura Conceptual

A EC¹³ consiste num “(...) conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes que, não constituindo uma norma propriamente dita, se assume como referencial que subjaz a todo o Sistema” (Preâmbulo do decreto – lei n.º 158 / 2009 de 13 de julho). Contudo, como referido, a EC não assume a forma de NCRF, em caso de conflito entre a EC e as NCRF prevalece os requisitos das normas contabilísticas (§ 4 da EC).

A normalização contabilística está assente em princípios e não em regras específicas, com o objetivo de melhorar a qualidade da ICF (Niyama *et al.*, 2015). A legitimidade da ICF está relacionada com a forma como é reconhecida, mensurada e divulgada (Niyama 2005). O reconhecimento e a mensuração consistem em validar a existência de um facto económico e se este é possível de ser contabilizado (Niyama, 2005). Assim, neste ponto, o objetivo é não especificar a EC num todo, mas abordar os pressupostos subjacentes à elaboração das DF (regime do acréscimo ou periodização económica e continuidade empresarial) e as características qualitativas das DF (compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade), dado que estes dão mais “asas” à CC.

2.6.1.1 – Pressupostos das demonstrações financeiras

As DF são elaboradas tendo por base dois pressupostos subjacentes, o regime do acréscimo (periodização económica) e o de continuidade.

Em relação à continuidade, na elaboração das DF de uma empresa pressupõem-se que a mesma continuará a operar num futuro previsível (§ 23 da EC). É assumido que uma empresa “(...) não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações; se existir tal intenção ou necessidade, as demonstrações financeiras podem ter que ser preparadas segundo um regime diferente e, se assim for, o regime usado deve ser divulgado” (§ 23 da EC).

Assim, o pressuposto da periodização económica considera que a empresa opera continuamente com duração ilimitada (Freitas, 2009). No entanto, é crucial saber quando se deve reconhecer os factos contabilísticos, neste sentido é necessário recorrer ao regime do acréscimo, para além de vincular o momento de reconhecimentos dos factos económicos, define também

¹³ A EC foi publicada pelo aviso n.º 15 652/2009, D.R. n.º 173, Série II, de 7 de setembro de 2009 tem por base a EC *International Accounting Standard Board*, constante do Anexo 5 das “Observações relativas a certas disposições do Regulamento da Comissão Europeia (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho”, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003” (EC). A composição da EC está especificada no apêndice 4.

os requisitos que presidem à incorporação dos rendimentos e respetivos gastos num determinado período económico (Freitas, 2009). De acordo com o regime do acréscimo, “(...) os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem” (§ 22 da EC). Desta forma, as DF preparadas segundo o pressuposto do acréscimo “(...) informam os utentes não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro” (§ 22 da EC). Além disso, o regime do acréscimo sinaliza as verdadeiras perspetivas económicas da empresa, reduzindo a assimetria de informação entre os utilizadores “internos” e “externos”, acrescentando valor ao relato financeiro (Schipper, 1989).

O pressuposto do regime do acréscimo potencia o desenvolvimento de CC, já que é possível cometer desvios no reconhecimento de gastos e rendimentos, e conseqüentemente, resultar em alterações do ativo, passivo e capital próprio (Baraldi, 2012).

2.6.1.2 – As características qualitativas das demonstrações financeiras

As informações concebidas pela contabilidade devem responder a alguns atributos de origem qualitativa, visto que as características qualitativas “(...) são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes” (§ 24 da EC). As principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (§ 24 da EC). As características qualitativas são centradas no conteúdo e na forma (Freitas, 2007). De acordo com a autora a compreensibilidade e a comparabilidade estão associadas essencialmente a uma característica de forma, e a fiabilidade e a relevância a características de conteúdo, conforme se observa na figura 4.

Figura 4 – Características qualitativas sob a forma e o conteúdo

Forma		Conteúdo						
Compara- bilidade	Compre- ensibili- dade	Relevância			Fiabilidade			
		Natureza	Materiali- dade	Oportuni- dade	Repre- sentação fidedigna	Substân- cia sobre a forma	Neutrali- dade	Prudên- cia

Fonte: Adaptado de Freitas (2007, 2009)

Por vezes, este conjunto de características, presentes no SNC, pode facilitar ou proporcionar a CC (Gadea & Gaston, 1999; Baraldi, 2012). Os autores citados destacam a discricionariedade na aplicação das características qualitativas como uma possível oportunidade para desenvolver CC.

Em relação à compreensibilidade, uma “(...) qualidade essencial da informação proporcionada nas demonstrações financeiras é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes. A (...) informação acerca de matérias complexas, a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes” (§ 25 da EC).

Ao avaliar o impacto da CC na compreensibilidade, Baraldi (2012) nota que as empresas preferem não especificar detalhadamente os saldos contabilísticos e as suas respetivas variações, assim como as expectativas subjacentes às DF publicadas, por motivos estratégicos, entre outros.

Quanto à relevância, a informação para ser considerada útil “(...) tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade de relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas” (§ 26 da EC). Além disso, a informação relevante é afetada pela sua natureza e materialidade. Às vezes, a natureza da informação por si mesma é suficientemente significativa para determinar a sua relevância (§ 29 da EC). A informação “(...) é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção” (§ 30 da EC). Para Nunes (2014), o princípio da materialidade está assente no pressuposto de que existe uma relação custo-benefício na preparação das DF. Onde “(...) o custo da exatidão contrabalança com o impacto dos eventuais efeitos, sendo que esta relação não deverá sobrepor os efeitos da inexatidão a um nível que influencie as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras” (Nunes, 2014, p. 38).

O princípio da materialidade que, ao basear-se na relevância dos factos ocorridos, depende da perceção dos responsáveis pela elaboração das DF (Gadea & Gaston, 1999), consequentemente, através da materialidade é possível elaborar e apresentar as DF de forma flexível (Baraldi, 2012), o que permite o desenvolvimento de CC.

Em relação à fiabilidade, a informação é fiável quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depreender ao representar fidedignamente o que ela, ou pretende representar, ou pode razoavelmente esperar-se que represente (§ 31 da EC). No entanto, a “(...) informação pode ser relevante, mas tão pouco fiável por natureza ou representação que o seu reconhecimento pode ser potencialmente enganador” (§32 da EC).

Em relação ao impacto da CC na fiabilidade, segundo Baraldi (2012), há oportunidades para produzir factos económicos fictícios e imaginativos em factos reais mesmo sabendo que através desta forma podem destruir a confiança nas DF.

Além disso, a característica da prudência, atributo da fiabilidade, pode incentivar manipulações criativas (Faria, 2007; Baraldi, 2012). A prudência “(...) é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer estimativas necessárias em

condições de incerteza, de forma que os ativos ou os rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos ou os gastos não sejam subavaliados. Porém, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou rendimentos, ou a deliberada sobreavaliação de passivos ou gastos, porque as demonstrações financeiras não seriam neutras e, por isso, não teriam a qualidade de fiabilidade” (§ 37 da EC).

Em relação ao impacto da CC na prudência, esta, por exemplo, potencia o reconhecimento de provisões por valores inferiores ou superiores e a capitalização dos gastos de investigação e desenvolvimento no custo do ativo (sem verificação de todas as condições de reconhecimento) (Faria, 2007).

A CC afeta negativamente a qualidade da informação, na medida em que desviam os resultados empresariais divulgados num determinado período de tempo, e conseqüentemente a ICF é suscetível de perder relevância, fiabilidade e comparabilidade (Nunes, 2014). Neste contexto, é fundamental abordar a NCRF 4 uma vez que esta prescreve “(...) os critérios para a seleção e alteração das PC, bem como, o tratamento contabilístico das alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros” (§ 1 da NCRF 4). Assim, o objetivo desta norma “(...) destina-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade, e a sua comparabilidade ao longo do tempo e com as demonstrações financeiras de outra entidade” (§ 1 da NCRF 4¹⁴).

Em relação à seleção e aplicação das PC, deve-se escolher as que reflitam especificamente a transação subjacente (§ 7 da NCRF 4) e consistentemente para transações semelhantes (§ 11 da NCRF 4). As entidades podem alterar as PC quando for exigida por uma norma ou por uma norma interpretativa ou mesmo quando essa alteração proporcionar informação fiável e mais relevante sobre as transações nas DF (§ 12 da NCRF 4). Assim, se a modificação da política contabilística for exigida por uma norma ou por uma norma interpretativa as disposições transitórias devem ser seguidas (alínea a) do § 17 da NCRF 4). Caso a alteração seja exigida por uma norma ou norma interpretativa que não inclua disposições transitórias ou quando uma política contabilística é modificada voluntariamente deve ser aplicada retrospectivamente (alínea b) do § 17 da NCRF 4).

As escolhas contabilísticas proporcionam diferentes resultados (Balaciu & Mădălina, 2008). Segundo Francis (2001), a definição da expressão “escolhas contabilísticas” é expansiva em duas dimensões. A primeira está relacionado com *nature of the decision maker*, ou seja, a cultura, a natureza e a integridade do decisor, interpretando literalmente o NC, inclui as decisões tomadas por gestores e pelos membros da comissão de auditoria. A segunda está relacionada com *nature of the choice*, isto é, selecionar PC em detrimento de outras, igualmente aceites. Face ao exposto, segundo Balaciu e Mădălina (2008) é crucial escolher PC capazes de relatar:

1. Informações significantes para decisões empresariais;

¹⁴ No apêndice 5 encontra-se de forma sintetizada a composição da NCRF 4.

2. Informação credível capaz de:

- 2.1. Relatar de forma justa e apropriada as transações e eventos;
- 2.2. Refletir a substância económica das transações e eventos, não apenas a forma jurídica;
- 2.3. Ser imparcial em relação a qualquer indivíduo;
- 2.4. Ser prudente, evitando a sobrevalorização do resultado;
- 2.5. Estar completa, tendo em conta a sua significância e o custo da informação.

É provável que não haja intenção premeditada de distorcer os valores das DF que são reportados fora dos limites do quadro regulamentar. Na ausência de intenção, os montantes declarados nas DF equivocados são simplesmente considerados como erros (Jones, 2011). Podem surgir erros relativamente ao reconhecimento, mensuração ou divulgação de elementos das DF (§ 32 da NCRF 4). Os erros materiais devem ser corrigidos retrospectivamente através “(...) das quantias comparativas para os períodos apresentados em que ocorreu o erro (...)” (alínea a) do § 33 da NCRF 4). Mas se o erro ocorrer antes do período anterior mais antigo apresentado, então deve ser reexpressado “(...) os saldos de abertura dos ativos, passivos e capital próprio para o período mais antigo apresentado” (alínea b) do § 33 da NCRF 4). Como refere Jones (2011), quando os erros são descobertos, provavelmente será necessário efetuar ajustes nos valores de períodos anteriores. Estes ajustamentos devem ser reconhecidos em resultados transitados, ou noutra rubrica de capital próprio, caso seja exigido por alguma norma (§ 42 da NCRF 1).

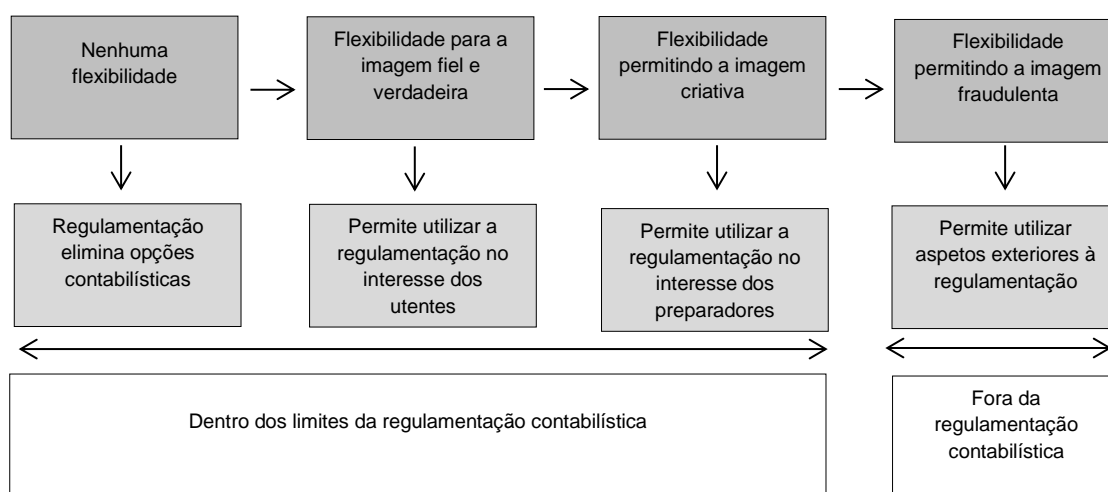
Alguns itens não podem ser mensurados nas DF com precisão, por causa das incertezas intrínsecas das atividades empresariais, como por exemplo, débitos incobráveis (§ 25 da NCRF 4). Existem diversos elementos contabilísticos reconhecidos com base em estimativas, como por exemplo, provisões, imparidades de contas a receber, entre outros (Nunes, 2014). Mas, o uso de estimativas “(...) razoáveis é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não diminui a sua fiabilidade” (§ 26 da NCRF 4). Deste modo, a necessidade de efetuar certas estimativas por parte da empresa onde existe aspetos com alguma subjetividade e incerteza, permite a CC (Gadea & Gaston, 1999), porque as estimativas devem ser reconhecidas no período de alteração e nos períodos futuros (§ 29 da NCRF 4).

Em relação ao risco associado ao julgamento de estimativas, segundo Baraldi (2012), este está associado à FC. Isto porque quando os resultados são elevados, os gestores tendem a diminuir o resultado, por sua vez, quando os resultados são negativos, os gestores tendem a aumentar o resultado (Jones, 2011; Baraldi, 2012). Uma “(...) estimativa pode necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que a estimativa se baseou ou em consequência de nova informação ou de mais experiência” (§ 27 da NCRF 4). Porque, o objetivo das DF é representar uma “(...) imagem verdadeira e apropriada (...) de uma entidade” (§ 46 da EC). Por outro lado, é possível desenvolver CC através do predomínio do macro princípio da imagem verdadeira e apropriada (Gadea & Gaston, 1999). Porque as alterações nas PC são justificadas segundo o macro princípio mencionado anteriormente. Assim, o justo valor pode ser considerado um infausto se estivermos perante o maior objetivo da contabilidade, traduzir a

informação fiel e fidedigna das DF para os seus utilizadores (Faria, 2007). Desta forma, para elaborar ICF transparentes, oportunas e fiáveis, o processo contabilístico deve perseguir a “objetividade” e “consistência” do NC (Bhasin, 2016).

Face o exposto, o normativo é flexível de modo a que as empresas se possam adaptar às suas necessidades de relato, o que proporcionará uma comunicação eficaz com o exterior (Marques & Rodrigues, 2009). Contudo, estudos com evidências empíricas concluem que a flexibilidade tem um efeito perverso, no sentido em que se verifica comportamentos oportunistas advindos dessa flexibilidade, com o objetivo distorcer as informações das DF (Marques & Rodrigues, 2009). No entanto, é difícil delinear um NC capaz de contabilizar todos os factos económicos ou operações de forma objetiva, descartando a necessidade de recorrer ao juízo de valor por parte dos gestores (Rodríguez, 2001; Niyama *et al.*, 2015). O SC deve permitir alguma discricionariedade em prol da imagem verdadeira e fidedigna, dada a vasta diversidade empresarial, sectores económicos e operações económicas e financeiras. (Rodríguez, 2001). Por outro lado, os gestores podem utilizar a essa flexibilidade a seu favor e apresentado a imagem desejada nas DF (Rodríguez, 2001). A figura seguinte ilustra o exposto anteriormente.

Figura 5 – A flexibilidade na contabilidade



Fonte: Adaptado de Jones (2011)

A eliminação da flexibilidade do NC não é desejada ou é mesmo impossível, mas a existência de uma flexibilidade ilimitável é inexecutável, por causa da certeza na contabilização dos factos económicos (Healy & Wahlen, 1999). Além disso, segundo Parfet (2000), a eliminação da flexibilidade, concretamente, a eliminação de juízos de valor ou das estimativas do SC não é a forma mais adequada de aperfeiçoar o mesmo. Na verdade, a transparência do SC é de extrema relevância, porque os indivíduos, potenciais investidores, credores e reguladores procedem à tomada de decisão com base na ICF (Wokukwu, 2015). Por isso, o processo contabilístico deve seguir um conjunto de regras objetivas e consistentes.

2.7 – Métodos para detetar as práticas de contabilidade criativa nas demonstrações financeiras

A CC tende a deixar marcas na ICF, mas como a CC está, estritamente, relacionada com as PCC, e sendo consubstanciada de diversas formas e em diversas rubricas torna-se difícil a sua deteção (Marques & Rodrigues, 2009). Existe PCC que podem ser detetadas nas contas anuais das empresas (Amat *et al.*, 2003; Tabără & Rusu, 2011). Por conseguinte, é crucial rever as PC adotadas, que normalmente são explicadas nas DF, sobretudo no anexo. Para identificar possíveis alterações é necessário comparar esses critérios contabilísticos com os adotados em exercícios anteriores pela empresa, bem como, os aplicados pelos seus concorrentes (Amat *et al.*, 2003; Tabără & Rusu, 2011). Adicionalmente, também é fundamental analisar o parecer dos auditores. Desta forma, é possível identificar as alterações ocorridas nas PC, ou identificar as práticas contabilistas que são, mais ou menos, conservadoras ou agressivas em relação às usadas pela concorrência (Amat *et al.*, 2003; Tabără & Rusu, 2011). Na tabela seguinte apresenta-se as principais PCC que podem ser identificadas recorrendo simplesmente à análise das DF (Amat *et al.*, 2003; Tabără & Rusu, 2011; Popescu & Ashrafzadeh, 2013):

Tabela 8 – Deteção de práticas de contabilidade criativa

Práticas de contabilidade criativa	Método de deteção
Aumentar ou diminuir gastos com provisões, depreciações/amortização e perdas por imparidade.	I, II e III
Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual.	I, II, III
Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos.	I, II, III, IV
Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo ou reavaliação/revalorização.	I, II, III, IV, V
Capitalizar no custo dos ativos as despesas com investigação e desenvolvimento e custos de empréstimos.	I, II, III
Não contabilizar os gastos/perdas no período corrente de forma a “reservá-los” para o(s) período(s) seguinte(s).	III, IV e VII
Não contabilizar o financiamento das subsidiárias que estão na área de consolidação.	IV e V
Alteração o critério valorimétrico dos inventários.	I, II, III, IV
Registrar transações com base em previsões que podem ser pessimistas ou otimistas.	I, II, III, IV
Criar resultados extraordinários (venda de ativos, despesas ou receitas de períodos anteriores).	V
Considerar resultados extraordinários como ordinários e vice-versa.	I, II, IV e V
Antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar a identificação de gastos/perdas.	I, II, IV e VI
Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos/perdas.	I, II, IV e VI
Registrar vendas fictícias.	II, III, IV, VI e VII
Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos.	III e IV
Realizar transações intragrupo a preços diferentes aos de mercado.	II, III, IV, VI e VII
Alterar as políticas de classificação dos títulos de investimento ou das participações.	I, II, III e V
Cessão instantânea de títulos de investimento com um maior valor de mercado quando comparados com o preço de aquisição e recompra imediata;	III, IV e V
Preferência em emitir obrigações convertíveis, dado que não podem ser incluídos no capital próprio e no passivo;	II, III, IV e V
Contabilizar ativos fictícios;	IV
Operações de <i>Leaseback</i> (vender um ativo e arrendar ativo semelhante imediatamente a seguir);	III, IV, V e VII
Legenda: I – Comparar as políticas contabilísticas utilizadas no exercício atual em relação aos anteriores; II – Comparar as políticas e métodos contabilísticos utilizados pelos concorrentes; III – Analisar o parecer dos auditores; IV – Analisar os registos contabilísticos; V – Analisar o reconhecimento dos resultados extraordinários atuais e anteriores; VI – Analisar a evolução da conta de clientes, inventários e fornecedores, e VII – Analisar as transações com as empresas do grupo.	

Fonte: Amat *et al.* (2003), Tabără e Rusu (2011) e Popescu e Ashrafzadeh (2013)

Entretanto existe outras PCC que não podem ser identificadas através das DF das empresas. Nestes casos é fundamental proceder a uma auditoria interna (Amat *et al.*, 2003).

Capítulo III – Metodología

Neste capítulo apresenta-se os objetivos deste estudo, bem como as questões de investigação. Também se descreve o instrumento de medida, o pré-teste e a estrutura do inquérito por questionário. Por último, apresenta-se a população e a amostra desta investigação e os testes estatísticos utilizados na análise das relações entre variáveis.

3.1 – Objetivos e questões de investigação

Atualmente, a expressão CC é referida geralmente como um recurso ou uma causa, isto é, ou é um ambiente onde se procura soluções para contornar os períodos desfavoráveis, ou é um ambiente responsabilizador por todas as evoluções negativas ocorridas no tempo (Balaciu & Vladu, 2010). Segundo Gherai e Balaciu (2011), os períodos de crise representam, de facto, ensaios para as empresas, que afetam o seu nível de *cash flow* e proporcionam alguns riscos. Neste contexto, os gestores/contabilistas são tentados a recorrer a procedimentos e a métodos engenhosos, muitas vezes questionáveis, para refinar os valores contidos nas DF. Mas confunde-se, por vezes, a intervenção do contabilista e/ou do gestor no relato financeiro, porque as PCC envolvem a intenção do preparador e/ou do responsável pela ICF em obter a imagem desejada (Santos & Grateron, 2003). Face ao exposto, este estudo tem como objetivo analisar a magnitude da CC em Portugal, na opinião dos contabilistas certificados, e se a perceção destes é influenciada pelas suas características individuais (género, idade, habilitações literárias, entre outras).

Assim, de modo a alcançar os objetivos desta investigação, são delineados os seguintes objetivos específicos:

Segundo Santos e Grateron (2003), o desenvolvimento de PCC pode ser um problema legal, de interpretação ou ético. Em determinados contextos económicos as PCC são consideradas legais e noutros ilegais (Jones, 2011), mas, globalmente, são consideradas práticas indesejadas (Amat *et al.*, 1996). Além disso, a CC é “(...) *associated with fraud in accountancy and the accounts’ lifting as a method in fraud’s waiting room*” (Balaciu & Mădălina, 2008, p. 937), porque, em alguns casos, as empresas “(...) *start with creative accounting, but end up committing fraud*” (Jones, 2011, p. 4). Neste âmbito, pretende-se analisar se a CC é um fenómeno que envolve práticas legais.

Os profissionais de contabilidade reconhecem que a PCC difere de país para país (Baralexis, 2004). No entanto, as empresas precisam de alguma flexibilidade em termos contabilísticos, mas, essa flexibilidade deve ser temperada por uma dose de realismo, removendo qualquer tentação para explorar as oportunidades que surgem (Gherai & Balaciu, 2011). Por isso, nem sempre se pode contar com objetividade, conduta ética e informações contabilísticas completamente corretas (McKernan & Dunn, 2003) devido ao incumprimento dos princípios e normas contabilísticas e desrespeito pela integridade profissional (Omurgonulsen & Omurgonulsen, 2009). Segundo Dumitrescu (2014), em vez das empresas estarem preocupadas em encontrar PCC para exibir os lucros desejados de modo atrair investidores, seria mais perspicaz se estas tentassem descobrir meios que maximizassem realmente os resultados.

Nesta linha de raciocínio, procura-se investigar se as empresas portuguesas em geral desenvolvem PCC.

As escolhas de PC que visam a modificação dos valores nas DF representam um desvio no comportamento dos responsáveis ou dos preparadores da ICF, comprometendo, por conseguinte, as decisões dos interessados nas DF da empresa (Sancovschi & Matos, 2003). Contudo, a forma mais importante das empresas revelarem a sua *performance* e *status* aos *stakeholders* é através das DF. Neste contexto, pretende-se analisar se é possível confiar nos valores contidos nas DF.

Num contexto de crescente interdependência dos mercados, as empresas tendem a modelar a sua *performance* de modo a apresentar um desempenho mais favorável no mercado (Niyama *et al.*, 2015), com a finalidade de demonstrar uma situação financeira confortável que atraia mais investidores (Santos & Grateron, 2003). A CC desenvolveu-se em todas as áreas, independentemente, da dimensão da empresa (microentidades, PME, grandes empresas não cotadas em bolsa e grandes empresas cotadas em bolsa) ou do sector económico (primário, secundário ou terciário), sendo cada vez mais comum em todo o mundo (Jones, 2011). Logo, investiga-se em que dimensão empresarial e em que sector económico é mais frequente as PCC.

Estudos realizados anteriormente, como por exemplo, Amat *et al.* (1996), Mulford e Comiskey (2002), Schilit (2010), Jones (2011), Niyama *et al.* (2015), entre outros, revelam que é possível identificar diversas PCC. Mas, segundo Sanusi e Izedonmi (2014), as pesquisas internacionais e as suas principais conclusões podem não corresponder ao contexto que se pretendem estudar, por causa dos diferentes contextos económicos. A nível nacional, a maioria dos estudos envolve questões éticas e métodos empírico para averiguar o impacto das PCC no RC com base nos *accruals*, entre outros: Ramalho (2015) analisa o comportamento ético dos contabilistas certificados face às PCC; Jesus (2015) analisa a relação entre a CC, a ética e a responsabilidade social, identificando as PCC mais éticas e menos éticas; Moreira (2006) analisa os *accruals* para detetar as PCC, entre outros. Tendo por base o estudo de Amat *et al.* (1996), Mayoral (1997; citado por Kraemer, 2005), Mulford e Comiskey (2002), Duarte e Ribeiro (2007), Parada e Sanhueza (2009), Schilit (2010), Jones (2011), Tabără e Rusu (2011), Popescu e Ashrafzadeh (2013), Faragalla, (2015), Niyama *et al.* (2015), Tassadaq e Malik (2015) e Bhasin (2016) as principais PCC são as seguintes:

- Aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações;
- Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual;
- Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos;
- Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo reavaliação/revalorização;

- Capitalizar no custo dos ativos despesas com investigação e desenvolvimento sem certeza que o ativo proporcionará benefícios económicos futuros;
- Contabilizar os rendimentos/gastos das subsidiárias que estão excluídas da área de consolidação;
- Alterar o critério valorimétrico dos inventários;
- Antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões;
- Antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar o reconhecimento de gastos/perdas;
- Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos;
- Realizar operações que visam alterar o valor dos rendimentos/gastos entre os períodos contabilísticos (por exemplo, alienação de um ativo e aquisição, imediatamente a seguir, de ativo idêntico em locação financeira ou operacional);
- Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas;
- Efetuar transações intragrupo utilizando preços díspares aos praticados no mercado;
- Preferência em emitir obrigações convertíveis (uma vez que podem ser reconhecidas no capital próprio e no passivo);
- Omissão de informações nas DF;
- Transações cronometradas (transações que proporcionam um nível de rendimento/gasto para um determinado período de tempo);
- Adiar/antecipar o reconhecimento de perdas por imparidade ou contabilizar o ativo por valores superiores ou inferiores ao de mercado;
- Amortizar o *goodwill* conforme o impacto desejado nos resultados, contudo dentro do número máximo de anos permitido pela legislação vigente.

Tendo por base o exposto, pretende-se aferir quais as PCC mais comuns nas empresas portuguesas.

Embora exista diversos artigos na literatura alusiva ao tema da CC, e alguns abordam as PCC, no entanto, a informação é escassa quanto à frequência com que estas são utilizadas pelas organizações (Balaciu *et al.*, 2009). Nesse sentido, tendo por base o contexto português, procura-se identificar com que frequência as PCC são adotadas.

A CC representa a manipulação das DF não incumprindo a lei ou a regulamentação contabilística (Jameson, 1998), contudo a CC tem um impacto negativo na qualidade e credibilidade das DF (Hadani *et al.*, 2011). As empresas apresentam aos investidores ou aos potenciais investidores DF filtradas, ou seja, nestas foram aplicadas PCC de modo a evidenciar o resultado mais favorável do que real (Trotman, 1993). Consequentemente, ao induzir os investidores em erro, a CC pode levar a uma alocação imprópria de recursos temporários (Balaciu *et al.*, 2014). Portanto, nesta investigação averigua-se o impacto da CC na ICF.

Nesta linha de raciocínio, a flexibilidade, a subjetividade e as lacunas oferecidas pelo NC permitem o desenvolvimento de CC. Contudo, segundo Cressey (1983; citado por Jones, 2011),

são necessárias três condições prévias à implementação de CC na ICF, as oportunidades de executar, o *know how* necessário para executar e pressão auto verbalizada para classificar o seu comportamento como moralmente aceite. Sendo assim, pretende-se analisar se em Portugal é fácil implementar PCC.

A literatura sugere que as motivações associadas à PCC variam conforme o país, porque o SC, a economia e a composição do tecido empresarial influenciam as PCC (Amat *et al.*, 1996, Ball *et al.*, 2000; Baralexis, 2004). Em Portugal existe estudos que analisam algumas motivações subjacente à PCC, mas, normalmente, estes estudos são elaborados tendo como referência uma ou duas motivações, ou seja, são abordados fatores motivacionais específicos de uma vasta lista de motivações. Segundo Scott (2003), Stolowy e Breton (2004) e Moreira (2006), as principais motivações subjacentes à CC estão relacionadas com o mercado de capitais, relações contratuais, legais, de tributação e de financiamento. Por isso, neste estudo procura-se aferir quais são as principais motivações que justificam as PCC.

As práticas ou as estratégias de CC não se submetem apenas a uma casualidade, mas, a uma política empresarial concebida para modificar ou inferir a visão dos usuários da ICF (Verrecchia, 1983). A flexibilidade e as lacunas oferecidas pelo NC permitem o desenvolvimento de CC e são diversos os interessados no fenómeno da CC. Segundo Amat *et al.* (1999), Saludas (1999) e Kraemer (2005), estas práticas são, essencialmente, desenvolvidas pelos gestores, auditores e contabilistas. Neste âmbito, este estudo pretende identificar quais são os principais intervenientes na CC.

A CC é um fenómeno contabilístico que visa produzir informações diferenciadas, beneficiando e prejudicando, simultaneamente, determinados usuários, através das ambiguidades das normas contabilísticas, evidenciando um resultado favorável ou desfavorável de acordo com os interesses de quem está a utilizar esta engenharia financeira. Contudo, a realidade tem demonstrado que, na maioria das vezes, pode sair extremamente caro (Balaciu & Mădălina, 2008), porque pode propiciar prejuízos irremediáveis (Desai *et al.*, 2006). Apresentando consequências tanto para as empresas envolvidas como para os *stakeholders* (Silva & Santos, 2016). Para Stolowy e Breton (2004) e Tassadaq e Malik (2015) os principais prejudicados são as empresas (perda de reputação e credibilidade no mercado), os acionistas e os potenciais acionistas (alocação inapropriada de recursos e investimentos inviáveis), o Estado (diminuição da receita fiscal), a sociedade (aumento do número de pessoas desempregadas e recursos desperdiçados) e os clientes (serviços interrompidos). Posto isto, pretende-se com esta investigação identificar quais são os principais prejudicados com a implementação de CC na ICF.

A CC pode retirar uma empresa da crise e, por outro lado, pode colocá-la nessa mesma situação (Shah *et al.*, 2011). Os autores citados realçam que, a criatividade pode ajudar as empresas a saírem da crise, mas, referem também, que as organizações utilizam essa prática mais do que o necessário para sair de situações graves. Neste caso, quando a sua aplicação vai além de determinados limites influenciam profundamente a economia nacional como a economia

mundial, quando as empresas incorrem em EF (Omurgonulsen & Omurgonulsen, 2009; Khatri, 2015). Logo, procura-se averiguar se a CC deve ser eliminada.

“We felt that much of the apparent growth in profits which had occurred in the 1980s was the result of accounting sleight of hand rather than genuine economic growth, and we set out to expose the main techniques involved, and to give live examples of companies using those techniques” (Smith 1992, p. 4). A maioria dos estudos realizados apresenta uma visão generalizada de CC, normalmente, persistindo mais na perceção da ICF e menos nos fatores capazes de mitigar este fenómeno (Dumitrescu, 2014). No entanto, algumas medidas podem ser estabelecidas de forma a limitar as PCC no âmbito do sistema contabilístico, dos mecanismos de CG e dos princípios éticos. Neste sentido, o estudo visa aferir se estas formas/instrumentos são capazes de mitigar a CC, na opinião dos contabilistas certificados.

Algumas medidas de controle têm sido sugeridas para minimizar as oportunidades de desenvolver PCC (Santos & Grateron, 2003), nomeadamente, no que tange aos mecanismos de CG (Jones, 2011). Segundo Jones (2011), estes mecanismos passam por desenvolver controlos internos eficientes, por existir administradores não executivos independentes, por desagregar as funções de CEO e *chairman* e por estabelecer uma comissão de auditoria independente (Jones, 2011). Deste modo, pretende-se avaliar se esses fatores são capazes de atenuar as PCC em Portugal.

Segundo Shah (1998), parece haver um intervalo entre a iniciação e a deteção pública de PCC na ICF e um atraso na resposta por parte dos órgãos reguladores. No entanto, é possível identificar algumas PCC através da análise das DF das empresas (Shah, 1998), para tal é, necessário (Amat *et al.*, 2003; Tabarã *et al.*, 2011; Popescu & Ashrafzadeh, 2013):

- Comparar as PC utilizadas no exercício atual em relação aos anteriores;
- Comparar as políticas e métodos contabilísticos utilizados pelos concorrentes;
- Analisar o parecer dos auditores;
- Analisar os registos contabilísticos;
- Analisar o reconhecimento dos resultados extraordinários atuais e anteriores;
- Analisar a evolução da conta de clientes, inventários e fornecedores;
- Analisar as transações com as empresas do grupo.

Assim, procura-se investigar com que facilidade as PCC são reconhecidas quando implementadas nas DF.

As pessoas são diferentes umas das outras, contudo alguns comportamentos são idênticos a diferentes pessoas (Fari & Nogueira, 2007). Contudo, os traços de personalidade (está relacionado com a forma de ser, pensar, agir, entre outros) influenciam as escolhas/perceções dos profissionais em qualquer área profissional (Fari & Nogueira, 2007). Assim, explora-se se as características individuais dos contabilistas certificados influenciam a perceção destes em relação à CC, especificamente, verifica-se se as características individuais influenciam a perceção dos contabilistas certificados em relação:

- À legalidade ou ilegalidade da CC;
- À facilidade com que as PCC são utilizadas;
- À capacidade de identificar facilmente PCC nas DF;
- À necessidade de atenuar a CC.

Este estudo ainda tem como objetivo analisar se existe relação significativa entre os contabilistas certificados que indicam que a CC é fácil de implementar com os que indicam que é fácil de identificar nas DF.

Após a definição dos objetivos de investigação, passa-se a identificar as questões de investigação. Tendo em consideração que o objetivo desta investigação consiste em analisar a magnitude da CC em Portugal e se as características individuais dos contabilistas certificados influenciam a sua perceção acerca da CC. Assim, este estudo pretende responder às seguintes questões, através da opinião do contabilista certificado:

Questão n.º 1 – No contexto português, o contabilista certificado entende que a CC é legal?

Questão n.º 2 – As DF são fiáveis quando envolvem CC?

Questão n.º 3 – As empresas portuguesas desenvolvem PCC?

Questão n.º 4 – Em que tipo de estruturas empresariais e em que sector económico as PCC são mais utilizadas?

Questão n.º 5 – Quais são as principais PCC e com que frequência estas são utilizadas pelas empresas portuguesas?

Questão n.º 6 – Qual é o impacto da CC nas DF?

Questão n.º 7 – É fácil implementar CC em Portugal?

Questão n.º 8 – Quais são as principais motivações que justificam as PCC?

Questão n.º 9 – Quais são os principais intervenientes na CC em Portugal?

Questão n.º 10 – Quem são os principais prejudicados com a implementação de CC?

Questão n.º 11 – As PCC são fáceis de detetar nas DF?

Questão n.º 12 – A CC deve ser atenuada em Portugal?

Questão n.º 13 – Quais são os principais mecanismos capazes de atenuar a CC?

Questão n.º 14 – Qual o nível de eficácia dos mecanismos de CG na atenuação da CC em Portugal?

Questão n.º 15 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da legalidade da CC?

Questão n.º 16 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da facilidade em praticar CC?

Questão n.º 17 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da facilidade de identificar as PCC?

Questão n.º 18 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da atenuação da CC?

Neste estudo, pretende-se ainda analisar se os contabilistas certificados que entendem que a CC é fácil de desenvolver numa empresa são os mesmos que indicam que é fácil detetar nas DF. Por isso, pretende-se obter resposta a seguinte questão:

Questão n.º 19 – Os contabilistas certificados que indicam que a CC é fácil de praticar são os que entendem que é fácil de identificar nas DF?

3.2 – Instrumento de medida

Tendo por base os objetivos desta investigação, entende-se que a abordagem de natureza quantitativa se revela a mais apropriada. Esta caracteriza-se por empregar a quantificação, quer nas modalidades de recolher informação, como no tratamento das mesmas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas (Richardson, 1989). Bogdan e Biklen (1994) acrescentam que, esta abordagem enfatiza a descrição e a indução e as perceções pessoais.

A recolha sistemática e completa de dados desempenha um papel crucial em todos os estudos, no entanto, fatores como as características da população alvo, os recursos disponíveis e a sensibilidade do tema determinam o método de recolha de dados (Van Gelder, Bretveld & Roeleveld, 2010). Neste âmbito, revela-se o inquérito por questionário o método de recolha de dados mais adequado para esta investigação. Segundo Parasuraman (1991), um questionário deve compreender um conjunto de questões, elaboradas de modo a proporcionar os dados necessários para alcançar os objetivos da investigação.

Os questionários, devidamente desenvolvidos, apresentam algumas das seguintes vantagens (Gillham, 2000; Brown, 2001):

- Representam um meio eficiente para recolher dados em escala;
- Podem ser enviados/distribuídos, simultaneamente, para inúmeros indivíduos;
- O anonimato do inquirido permite partilhar informações com mais facilidade;
- São económicos;
- Representam uma forma eficiente de recolher dados, uma vez que o inquerido responde quando lhe convier;
- Diminuição da influência do investidor;

- O investigador pode recolher dados facilmente;
- Os dados adquiridos são mais idênticos, corretos e padronizados, dado que um conjunto de questões é administrado simultaneamente a um grande número de indivíduos.

No entanto, os questionários também apresentam algumas limitações, tais como (Gillham, 2000 & Brown, 2001):

- Respostas imprecisas e questionáveis;
- A taxa de retorno deste procedimento é relativamente baixa;
- As ambiguidades de algumas questões podem levar a respostas imprecisas e não relacionadas;
- A falta de esclarecimento em caso de dúvida;
- A motivação dos inquiridos;
- A falta de oportunidade para corrigir os erros dos inquiridos relativamente à interpretação das questões;
- A tendência dos inquiridos em concordarem com frases que desconhecem;
- A preocupação dos inquiridos quanto à disponibilização dos dados.

Devido às limitações dos modelos convencionais (inquéritos em papel, telefone, fax, entre outros) e ao declínio das taxas de participação, surgiu novas formas de recolher dados. O inquérito por questionário em papel foi um dos métodos tradicionais mais utilizados para a recolha de dados, contudo, com o crescente uso da *internet*, os questionários *web based* e a resposta a questionários *on-line* surgiram como uma possível alternativa (Van Gelder *et al.*, 2010; Hohwü *et al.*, 2013). Além disso, os questionários *web based* demonstram serem menos dispendiosos, propensos a um número maior de respostas, associados geralmente a uma melhoria na qualidade dos dados e a um aumento na rapidez de obtenção de resultados (Hohwü *et al.*, 2013). No entanto, existem duas desvantagens que podem prejudicar a aplicação dos questionários *web based*: (i) as taxas de respostas quando equiparados com os métodos tradicionais e, (ii) preocupações quanto à fiabilidade e validade dos dados obtidos (Wyatt, 2000; Adams & White, 2007). Além disso, Van Gelder *et al.* (2010) acrescentam que existe alguma relutância em utilizar os questionários *web based* por questões de segurança e confidencialidade.

Tendo em consideração as vantagens e desvantagens associadas à recolha de dados nas plataformas digitais, optou-se por esta forma de pesquisa, visto que é uma forma eficaz e rápida de recolher dados.

O inquérito por questionário foi elaborado *online* com recurso à plataforma *Google Forms*.

3.2.1 – Pré-Teste

A realização de pré-teste é fundamental na medida em que é impossível prever todos os problemas e/ou dúvidas que podem ocorrer aquando da aplicação do inquérito por questionário. Assim, o pré-teste permite resolver problemas, identificar omissões, verificar ambiguidades e subjetividades e avaliar a qualidade dos resultados obtidos. Ou seja, o pré-teste, segundo Goode

e Hatt (1972), representa um ensaio geral. Neste sentido, o inquérito por questionário utilizado nesta investigação foi submetido a um pré-teste com o objetivo de avaliar o seu grau de dificuldade e averiguar a existência de possíveis erros e/ou dificuldades no seu preenchimento e na interpretação das questões. Para tal, foi submetido previamente a um conjunto de contabilistas certificados com exercício da profissão, resultando a versão final com a estrutura que se apresenta no ponto que se segue.

3.2.2 – Estrutura do inquérito por questionário

O objetivo do questionário consiste em recolher a opinião dos contabilistas certificados em relação à CC em Portugal. Este instrumento foi constituído tendo por base as seguintes investigações¹⁵: Amat *et al.* (1996), Mayoral (1997; citado por Kraemer, 2005), Mulford e Comiskey (2002), Sen e Inanga (2005), Duarte e Ribeiro (2007), Marques e Rodrigues (2009), Parada e Sanhueza (2009), Jones (2011), Knežević *et al.* (2012), Salome *et al.* (2012), Niyama *et al.* (2015), Tassadaq e Malik (2015) e Bhasin (2016).

O inquérito por questionário é composto por 26 questões, maioritariamente constituídas por questões fechadas. As questões fechadas são compostas por questões do tipo dicotómicas, de escolha múltipla e de escala. Todavia, nestas questões, caso o inquirido selecione a opção “outro” é incentivado a justificar por extenso a sua resposta. Segundo Gil (2008), as questões fechadas são mais utilizadas que as questões abertas, visto que conferem uma maior uniformidade às respostas e estas, por sua vez, são facilmente processadas. No entanto, nem sempre é possível incluir todas as alternativas possíveis. Por essa razão, foi necessário utilizar questões abertas de forma a complementar algumas questões, o que está em conformidade com diversos autores, dado que estes aconselham que nas questões fechadas exista uma opção de resposta aberta, como por exemplo, “outro” de modo aprofundar o estudo (Mattar, 1996). No entanto, por vezes, as respostas oferecidas relativamente às questões abertas são imprecisas (Gil, 2008).

No que tange à constituição de hipóteses de resposta, segundo Likert (1932), estas devem ser compostas por cinco opções de respostas simétricas com um único elemento neutro (centro), de magnitude semelhante e opostas quanto à sua polaridade, como por exemplo, a denominada escala *likert*. Esta consiste num método simples de atribuir *scores* a um conjunto de hipóteses de resposta, não envolvendo juízos de valor (Likert, 1932). Além disso, é das escalas de resposta psicométrica mais conhecidas e geralmente utilizada em questionários. Por isso, este inquérito por questionário compreende como hipóteses de respostas as que se apresentam na tabela 9.

¹⁵ No apêndice 6 é possível verificar as questões e os autores das questões originais.

Tabela 9 – Escala de classificação

Número	Escala de classificação			
1	Discordo totalmente	Nunca	Muito insignificante	Ineficaz
2	Discordo	Raramente	Insignificante	Pouco eficaz
3	Nem discordo nem concordo	Pouco frequente	Neutro	Neutro
4	Concordo	Frequentemente	Significante	Eficaz
5	Concordo totalmente	Sempre	Muito significativa	Muito eficaz

Fonte: Adaptado de Amat *et al.* (1996), Parada e Sanhueza (2009), Tassadaq e Malik (2015) e Bhasin (2016).

O questionário implementado neste estudo foi intitulado “A contabilidade criativa em Portugal”. O questionário é antecedido por uma breve nota introdutória, onde consta o âmbito da investigação, o objetivo, a declaração de confidencialidade e anonimato, o pedido de colaboração e o contacto do autor (apêndice 7).

Quanto à sua estrutura, este encontra-se subdividido em duas partes (apêndice 7):

- Parte I – Inclui questões que permitem efetuar a caracterização da amostra;
- Parte II – Inclui questões associadas à extensão da CC em Portugal.

A primeira parte visa a caracterização dos inquiridos, sendo composta por 6 questões. O perfil é delineado com base em dados biográficos, como, idade, género, habilitações literárias, área de formação, experiência e situação profissionais. De salientar que, esta última questão foi utilizada para identificar os contabilistas certificados, e excluir caso algum inquirido não se enquadre nesta situação profissional. A segunda parte constitui a base empírica deste estudo, sendo composta por 20 questões.

3.3 – População e amostra

A população-alvo deste estudo são os contabilistas certificados, visto que estes são responsáveis por: identificar as operações que devem ser tratadas pela contabilidade; reconhecer a ICF anteriormente mencionada; mensurar o facto económico a ser reconhecido; preparar as DF e divulgar toda a informação necessária (Gonçalves, Santos, Rodrigo & Fernandes, 2013). Assim, os contabilistas certificados são os principais responsáveis pela produção da informação necessária à tomada de decisão. Contudo, e apesar da responsabilidade das DF estar a cargo dos gestores, são os contabilistas que evidenciam na contabilidade as PCC, sendo por isso, a opinião destes profissionais relevante para os objetivos desta investigação.

Tem em consideração o alcance da *internet* no contexto português e as vantagens da mesma, procede-se à recolha de dados através deste meio. Desta forma, foi possível recolher dados de diversas partes do país, uma vez que o respetivo questionário foi publicado na página oficial da Ordem dos Contabilistas Certificados e nas redes sociais, essencialmente, no *Facebook*.

Em relação à técnica de amostragem, nesta investigação, optou-se por uma amostra não probabilística e de conveniência. Assim, a amostra é constituída por todos os contabilistas certificados que preenchem e submetam devidamente o inquérito por questionário, entre

02/10/2017 a 23/10/2017. Foram submetidos 170 questionários, no entanto, 10 foram eliminados pelo facto dos inquiridos não exercerem a profissão de contabilistas certificados. Assim, na análise de dados foram consideradas 160 respostas válidas. A análise de dados será efetuada de duas formas:

- 1.^a – Análise descritiva que permite responder às primeiras 14 questões de investigação;
- 2.^a – Análise com recurso a testes estatísticos para responder às últimas questões de investigação (15 a 19), que é necessário analisar a correlação entre variáveis.

3.4 – Testes estatísticos

A correlação entre duas variáveis é calculada com o intuito de verificar se existe inter-relacionamento entre essas variáveis (Nachar, 2008).

O Coeficiente de Correlação *Pearson* consiste em analisar a relação, normalmente, entre duas variáveis intervalares (Martins, 2011), onde: H_0 : não existe relação entre as variáveis e H_1 : representa a hipótese alternativa. Por outro lado, o Coeficiente de Correlação *Spearman* (teste não paramétrico) consiste num teste de associação entre duas variáveis ou mais variáveis ordinais (Martins, 2011), assumindo as mesmas hipóteses que o teste anterior. Segundo a autora citada, na presença de uma relação significativa entre as variáveis, através destes coeficientes de correlação é possível avaliar a direção, isto é, positiva ou negativa, e magnitude dessa relação. A magnitude varia entre 1 e menos 1, quanto mais próxima destes extremos, maior é a associação entre as variáveis (Martins, 2011). Segundo Franzblau (1958), se a correlação (r) < 0.20, a correlação é muito fraca (negligenciável); se $0.20 < r < 0.40$, a correlação é fraca; se $0.40 < r < 0.60$, a correlação é moderada; se $0.60 < r < 0.80$, a correlação é forte; e $r > 0.80$, a correlação é muito forte.

O teste *Mann Whitney* é utilizado para comparar dois grupos independentes (com variáveis ordinais ou uma ordinal e outra dicotómica), trata-se de um teste não paramétrico (Nachar, 2008). Ou seja, estipula que duas amostras independentes são homogéneas e têm a mesma distribuição (H_0) e em alternativa (H_1). Segundo Nachar (2008), este teste fornece resultados estatisticamente significativos quando a hipótese alternativa aplica-se à realidade medida. Serve como alternativa ao *T-Student* para variáveis intervalares quando não são verificados todos os pressupostos.

O teste Qui-quadrado (χ^2) analisa a independência entre as linhas e as colunas de uma tabela de contingência, onde cruza variáveis nominais ou variáveis nominais com ordinais, pretende investigar a existência de uma associação entre as variáveis (Martins, 2011). Onde H_0 : não existe relação entre as variáveis e H_1 : postula a alternativa.

Para a realização destes testes utiliza-se o *software Statistical Package for the Social Sciences*, versão 20 para Windows.

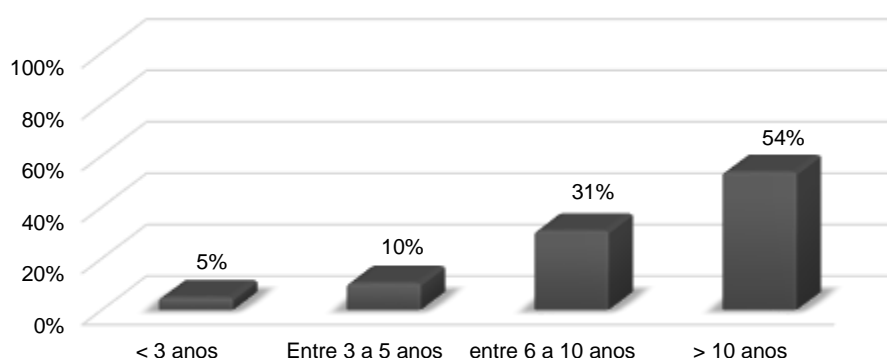
Capítulo IV – Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo, procede-se à caracterização da amostra, à qual se segue a apresentação e interpretação dos resultados obtidos de forma a responder às questões de investigação propostas neste estudo. Sempre que oportuno compara-se os resultados deste estudo com outros estudos ou fundamentos existentes na literatura.

4.1 – Caracterização da amostra

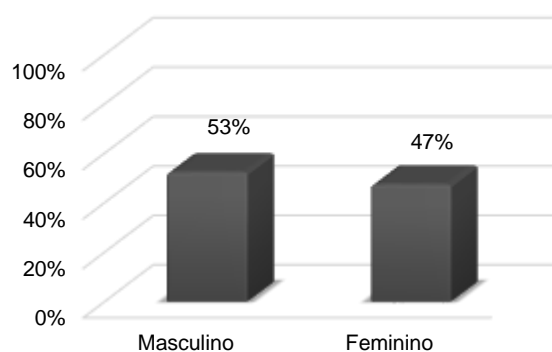
Em relação à experiência profissional, verifica-se, no gráfico 1, que a amostra é maioritariamente composta por contabilistas certificados com experiência profissional igual ou superior a 6 anos, correspondendo a 85% da amostra. Deste modo, apenas 15% exercem a atividade há menos de 5 anos.

Gráfico 1 – Experiência profissional do contabilista certificado



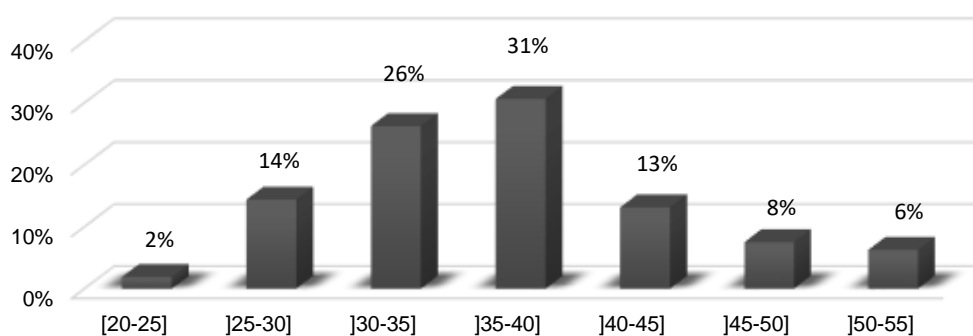
Em relação ao género, observa-se que 53% e 47% dos inquiridos correspondem aos contabilísticos certificados do género masculino e feminino, respetivamente (gráfico 2).

Gráfico 2 – Género do contabilista certificado



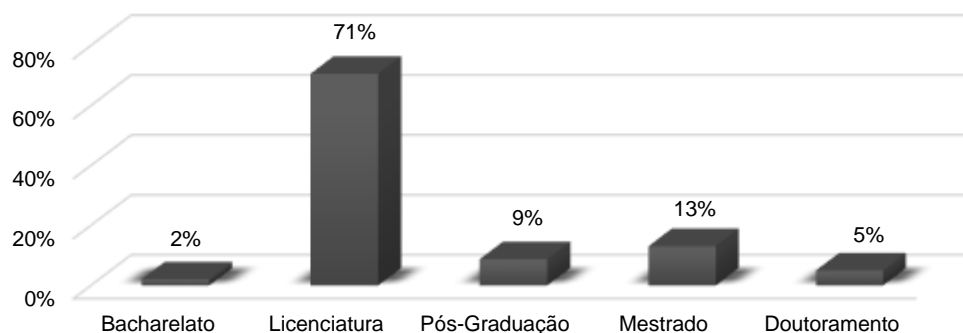
No que concerne à idade, constata-se que as respostas obtidas provêm de contabilistas certificados com idades compreendidas entre os 24 e os 55 anos, sendo a faixa etária predominante dos 35 aos 40 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – Idade do contabilista certificado



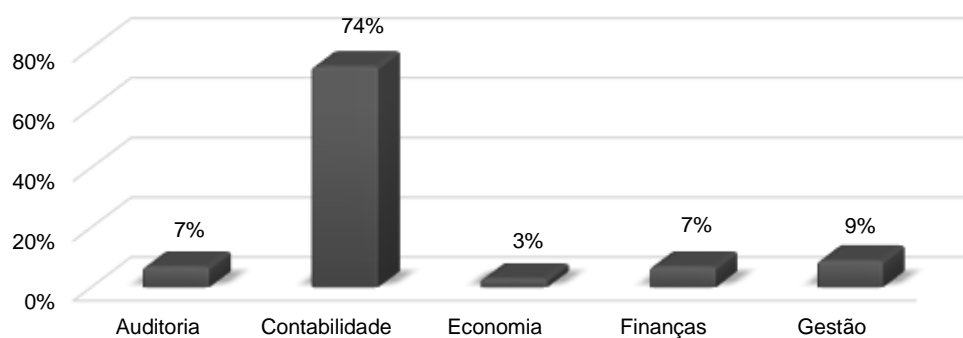
Quanto às habilitações literárias dos contabilistas certificados, 71% dos inquiridos são licenciados, 13% mestres, 9% pós-graduados, 5% doutorados e 2% têm um bacharelato (gráfico 4).

Gráfico 4 – Habilitações literárias do contabilista certificado



Em relação à área de formação, a maioria dos inquiridos detém formação em contabilidade, ou seja, 74% da amostra. Por outro lado, 9% dos contabilistas certificados têm formação em gestão, 7% em auditoria, 7% em finanças e 3% em economia, como ilustra a o gráfico 5.

Gráfico 5 – Área de formação do contabilista certificado



4.2 – Análise de dados

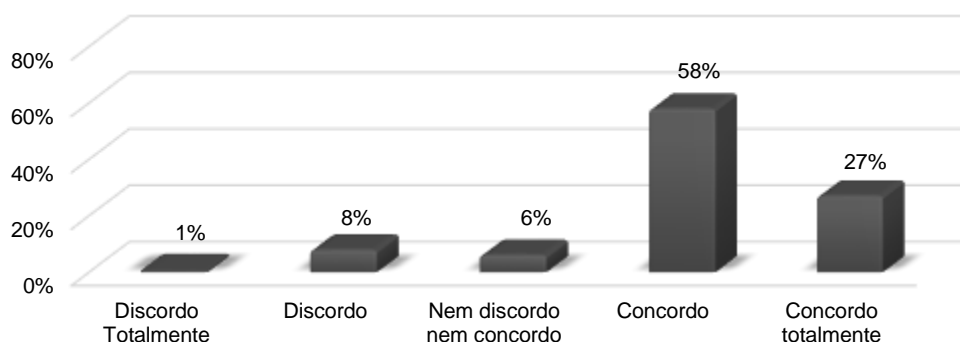
Este estudo visa analisar a magnitude da CC em Portugal e a influência das características individuais do contabilista certificado na sua perceção sobre a CC. Com base na perceção dos contabilistas certificados pretende-se responder às questões propostas nesta investigação.

Questão n.º 1 – No contexto português, o contabilista certificado entende que a CC é legal?

O desenvolvimento de CC é um problema que pode ser considerado, em alguns casos, extremamente grave, visto que, pode distorcer a ICF e comprometer o processo de tomada de decisão. Neste âmbito, investiga-se a legitimidade das PCC em Portugal, através da questão 26 do questionário (apêndice 7). Analisa-se também a questão 8 do questionário (apêndice 7) no sentido de ajudar a perceber melhor a opinião dos inquiridos acerca da legalidade da CC.

Relativamente ao aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do NC ser algo que os contabilistas podem fazer por estar no âmbito do quadro regulamentar contabilístico (questão 8 do questionário), 85% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente com esta afirmação. Apenas 9% discordam totalmente ou discordam e os restantes nem discordam nem concordam do exposto, conforme se pode constatar no gráfico 6.

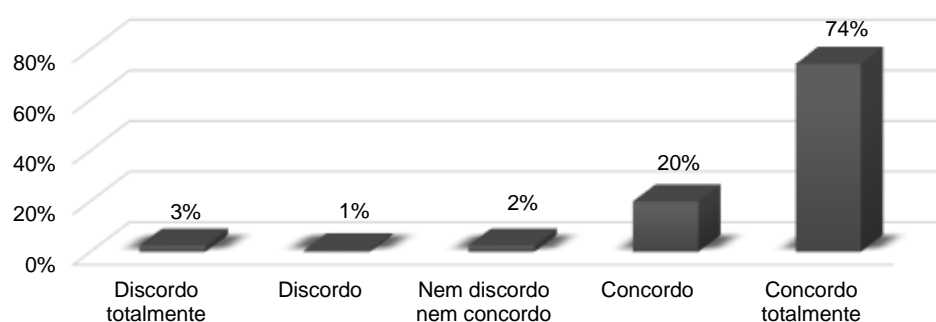
Gráfico 6 – O aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do normativo contabilístico é algo que se pode fazer por estar no âmbito do quadro regulamentar?



Assim, conclui-se que o aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do NC é praticável por estar no limite deste. Parada e Sanhueza (2009) exploram a CC no Chile sob duas perspetivas e concluem que a maioria dos auditores não concorda com o aproveitamento da flexibilidade, da subjetividade e dos vazios do NC, por outro lado, a opinião dos contabilistas é mais dispersa, ou seja, apenas um terço da amostra discorda e quase um terço concorda com o mencionado anteriormente.

Em relação à legalidade ou ilegalidade da CC, de acordo com os resultados obtidos, a CC no contexto económico português é considerada legal (94%). Por outro lado, 4% dos inquiridos afirmam que a CC é ilegal, conforme se pode observar no gráfico 7.

Gráfico 7 – A contabilidade criativa é legal?

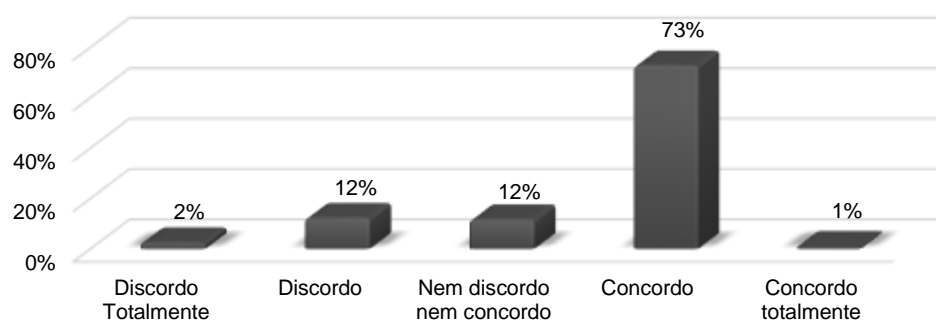


Desta forma, é possível concluir que a CC em Portugal é considerada legal pela maioria dos contabilistas certificados, visto estar assente no NC. No mesmo sentido, na Grécia a CC é considerada legal na opinião dos contabilistas e auditores (Baralexis, 2004). Entretanto, no Paquistão ainda não existe concordância em relação à legalidade ou à ilegalidade da CC (Tassadaq & Malik, 2015). Já na Índia os contabilistas consideram a CC ilegal, todavia, a porção de respostas é quase equitativa entre o legal e o ilegal (Bhasin, 2016). Por sua vez, Jones (2011) conclui que a CC é legal no Reino Unido e ilegal nos EUA. Ao explorar a CC na Nigéria, Salome *et al.* (2012) concluem que os contabilistas, analistas financeiros e *shareholders* não consideram a CC ilegal, mesmo que, por vezes, utilizem práticas ilegais de modo a alcançar determinados benefícios económicos. Assim, apesar da CC ser considerada em muitos contextos económicos uma prática legal causa incertezas e é considerada uma influência negativa na contabilidade enquanto ciência social (Shah, 1998).

Questão n.º 2 – As DF são fiáveis quando envolvem CC?

As DF são as ferramentas mais utilizadas na avaliação de uma empresa e são fundamentais na tomada de decisão. Neste contexto, questiona-se os contabilistas certificados se perante PCC é possível confiar nas DF das empresas portuguesas. A questão 7 do questionário (apêndice 7) permite responder a esta questão. Os resultados mostram que 74% dos inquiridos afirmam que mesmo incluindo PCC é possível confiar nas DF. Por outro lado, 14% dos inquiridos afirmam que não é possível confiar nas DF. O gráfico 8 ilustra todas as opções de resposta.

Gráfico 8 – É possível confiar na informação contida nas demonstrações financeiras?

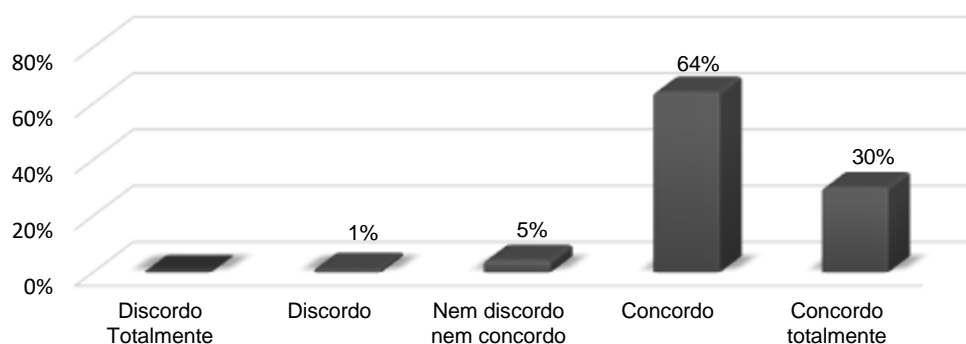


Os resultados indicam que a maioria dos contabilistas certificados entende que é possível confiar nas DF das empresas portuguesas, mesmo objeto de PCC. Tassadaq e Malik (2015) concluem que no Paquistão, na opinião dos contabilistas, a informação apresentada nas DF é apropriada e oportuna, o que significa que as DF nesta realidade são fiáveis. Knežević *et al.* (2012) e Bhasin (2016) concluem o mesmo na Sérvia e na Índia. No entanto, Knežević *et al.* (2012) realça que, o resultado obtido em relação à fiabilidade das DF não é surpreendente, na medida em que os contabilistas são os responsáveis pela preparação das mesmas.

Questão n.º 3 – As empresas portuguesas desenvolvem PCC?

As PCC estão, cada vez mais, a serem implementadas pelas empresas em todo o mundo (Smith 1992; Cosenza, 2002). Neste sentido, averigua-se, na perspetiva do contabilista certificado, se as empresas, em Portugal, adotam práticas criativas, para tal, analisa-se a questão 10 do questionário (apêndice 7). Em relação à presença de PCC nas empresas portuguesas, 94% dos contabilistas certificados concordam ou concordam totalmente com esta afirmação. Por outro lado, apenas 1% dos inquiridos discordam. Os restantes nem concordam nem discordam com esta afirmação (gráfico 9).

Gráfico 9 – As empresas portuguesas praticam contabilidade criativa?

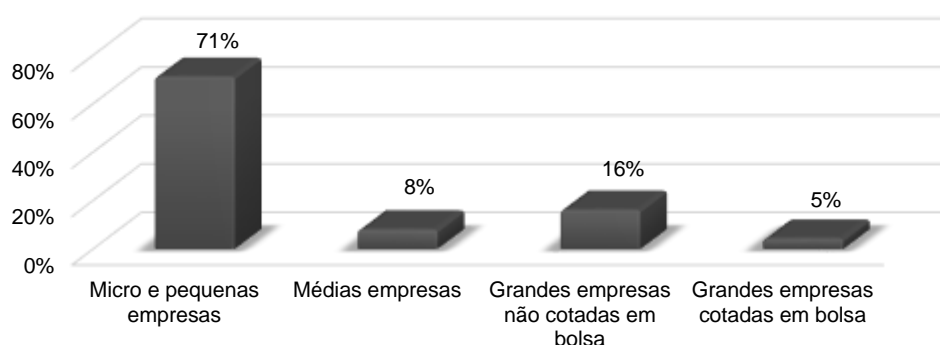


Portanto, é possível concluir que as empresas portuguesas utilizam PCC, à semelhança das empresas londrinas (Smith, 1992; Amat *et al.*, 1996), espanholas (Amat *et al.*, 1996), americanas (Healy, 1985), entre outras.

Questão n.º 4 – Em que tipo de estruturas empresariais e em que sector económico as PCC são mais utilizadas?

As PCC ocorrem com mais frequência em determinadas estruturas empresariais e sectores económicos. Neste estudo, investiga-se em que estruturas empresarias e sector económico se desenvolve com mais frequência as PCC, através das questões 11 e 12 do questionário (apêndice 7). As PCC ocorrem com mais frequência nas micro e pequenas empresas (71%) e nas grandes empresas não cotadas em bolsa (16%), conforme o gráfico 10.

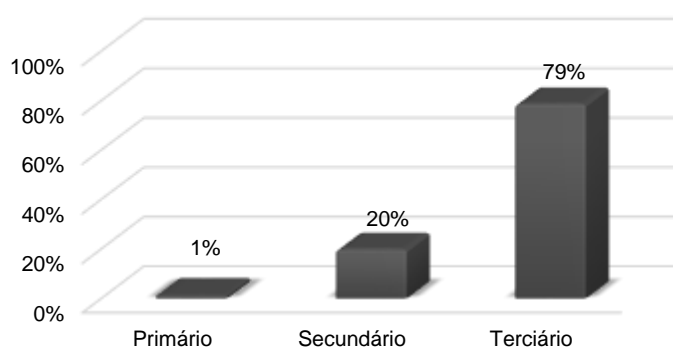
Gráfico 10 – A contabilidade criativa é mais frequente em que tipo de estruturas empresariais?



Após análise dos resultados, é possível afirmar que a CC no contexto português ocorre com mais frequência nas microentidades e pequenas empresas. No Chile a CC é mais utilizada por empresas de pequena dimensão e por empresas cotadas em bolsa (Parada & Sanhueza, 2009). Já em Espanha, Argentina, Brasil, Colômbia, EUA e Venezuela ocorrem com mais frequência nas empresas cotadas (Amat *et al.*, 1996; Guevara & Cosenza, 2004).

Em relação ao sector económico, ocorre com mais frequência no sector terciário (79%) e secundário (20%), o que significa que a utilização de PCC por parte das empresas do sector primário é reduzida, como constata-se no gráfico 11.

Gráfico 11 – A contabilidade criativa ocorre com mais frequência em que sector económico?



Os resultados deste estudo evidenciam que a CC, no contexto português, ocorre com mais frequência nas empresas de prestação de serviços. No Chile a CC é frequente ocorrer em empresas de prestação de serviços e também em empresas relacionadas com a transformação de matérias primas (Parada & Sanhueza, 2009).

Questão n.º 5 – Quais são as principais PCC e com que frequência estas são utilizadas pelas empresas portuguesas?

O âmbito de desenvolvimento de PCC ocorre, geralmente, nas DF, especificamente, no balanço e na demonstração de resultados (Stolowy & Breton, 2004). Visto que, as empresas portuguesas utilizam PCC, investiga-se com que frequência essas práticas são implementadas e as mais utilizadas, através das questões 13 e 14 do questionário (apêndice 7). Conclui-se que a maioria das empresas portuguesas utiliza diversas PCC e com alguma frequência. As PCC

mais utilizadas são: aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações (54,4%); antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar o reconhecimento de gastos/perdas (53,1%); modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual (52,5%); adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos (52,5%); antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões (51,3%); omissão de informações nas DF (51,2%); compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas (50,7%) e; incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos (50%) . Na tabela 10 evidencia-se as principais PCC em Portugal e a sua respetiva frequência.

Tabela 10 – Principais práticas de contabilidade criativa e frequência com que ocorrem nas empresas portuguesas

Práticas de contabilidade criativa	1	2	3	4	5	6	Total de observações
Aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações.	1	4	66	78	9	2	160
	0,6%	2,5%	41,3%	48,8%	5,6%	1,3%	100,0%
Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual.	1	7	67	76	8	1	160
	0,6%	4,4%	41,9%	47,5%	5,0%	0,6%	100,0%
Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos.	1	4	74	75	5	1	160
	0,6%	2,5%	46,3%	46,9%	3,1%	0,6%	100,0%
Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo reavaliação/revalorização.	1	4	78	69	7	1	160
	0,6%	2,5%	48,8%	43,1%	4,4%	0,6%	100,0%
Capitalizar no custo dos ativos despesas com investigação e desenvolvimento sem certeza que o ativo proporcionará benefícios económicos futuros.	1	9	70	73	6	1	160
	0,6%	5,6%	43,8%	45,6%	3,8%	0,6%	100,0%
Contabilizar os rendimentos/gastos das subsidiárias que estão excluídas da área de consolidação.	1	6	81	62	9	1	160
	0,6%	3,8%	50,6%	38,8%	5,6%	0,6%	100,0%
Alterar o critério valorimétrico dos inventários.	1	5	75	72	6	1	160
	0,6%	3,1%	46,9%	45,0%	3,8%	0,6%	100,0%
Antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões.	0	5	72	75	7	1	160
	0,0%	3,1%	45,0%	46,9%	4,4%	0,6%	100,0%
Antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar o reconhecimento de gastos/perdas.	0	5	69	76	9	1	160
	0,0%	3,1%	43,1%	47,5%	5,6%	0,6%	100,0%
Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos.	0	5	70	77	7	1	160
	0,0%	3,1%	43,8%	48,1%	4,4%	0,6%	100,0%

Práticas de contabilidade criativa	1	2	3	4	5	6	Total de observações
Realizar operações que visam alterar o valor dos rendimentos/gastos entre os períodos contabilísticos (por exemplo, alienação de um ativo e aquisição, imediatamente a seguir, de ativo idêntico em locação financeira ou operacional).	1	6	80	65	7	1	160
	0,6%	3,8%	50,0%	40,6%	4,4%	0,6%	100,0%
Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas.	2	5	71	70	11	1	160
	1,3%	3,1%	44,4%	43,8%	6,9%	0,6%	100,0%
Efetuar transações intragrupo utilizando preços díspares aos praticados no mercado.	1	10	74	68	6	1	160
	0,6%	6,3%	46,3%	42,5%	3,8%	0,6%	100,0%
Preferência em emitir obrigações convertíveis (uma vez que podem ser reconhecidas no capital próprio e no passivo).	1	9	80	68	1	1	160
	0,6%	5,6%	50,0%	42,5%	0,6%	0,6%	100,0%
Omissão de informações nas demonstrações financeiras.	1	7	69	73	9	1	160
	0,6%	4,4%	43,1%	45,6%	5,6%	0,6%	100,0%
Transações cronometradas (transações que proporcionam um nível de rendimento/gasto para um determinado período de tempo).	1	7	79	69	3	1	160
	0,6%	4,4%	49,4%	43,1%	1,9%	0,6%	100,0%
Adiar/Antecipar o reconhecimento de perdas por imparidade ou contabilizar o ativo por valores superiores ou inferiores ao de mercado.	1	5	76	71	6	1	160
	0,6%	3,1%	47,5%	44,4%	3,8%	0,6%	100,0%
Amortizar o <i>goodwill</i> conforme o impacto desejado nos resultados, contudo dentro do número máximo de anos permitido pela legislação vigente.	0	7	74	71	7	1	160
	0,0%	4,4%	46,3%	44,4%	4,4%	0,6%	100,0%

Legenda: 1 - Nunca; 2- Raramente; 3- Pouco frequente; 4 - Frequentemente; 5 - Sempre; 6 - Não aplicável

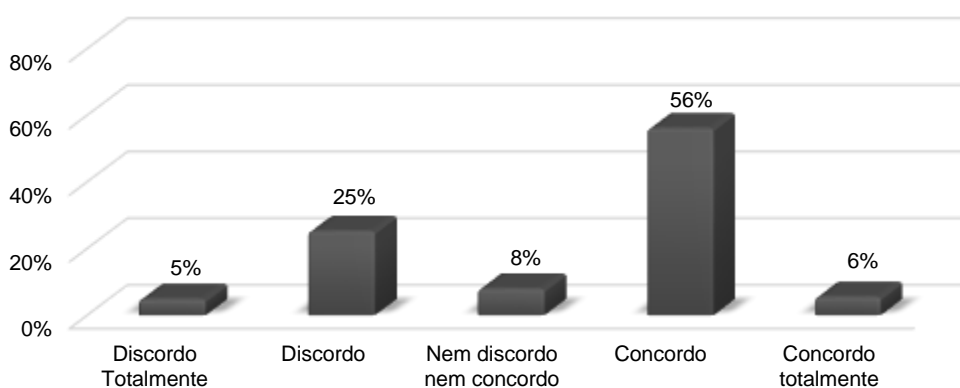
De forma generalizada, a maioria dos contabilistas certificados afirma que as PCC são implementadas com alguma frequência. Os resultados vão de encontro aos estudos desenvolvidos no Chile, Roménia, Sérvia e Nigéria as PCC (Parada & Sanhueza, 2009; Vladu & Grosanu, 2011; Knežević *et al.* 2012; Salome *et al.* 2012). Em relação às PCC, no Paquistão e na Índia as práticas comumente utilizadas estão relacionadas com depreciação/amortizações de ativos, *off balance sheet financing* e com itens extraordinários (Tassadaq & Malik 2015; Bhasin, 2016). Na Roménia estão relacionadas com depreciações/amortização de ativos, provisões, contratos de *leasing*, diferimento de resultados, custos de investigação e desenvolvimento, valorimetria de inventários e *goodwill* (Vladu & Grosanu, 2011). No Chile estão relacionadas com a depreciação/amortização de ativos e com transações entre empresas do mesmo grupo (Parada & Sanhueza, 2009).

De forma a complementar o estudo, questiona-se os contabilistas certificados quanto à existência de outras práticas para além das identificadas. Apenas obteve-se a seguinte resposta “as práticas de contabilidade criativa dependem das necessidades das empresas”.

Questão n.º 6 – Qual é o impacto da CC nas DF?

As PCC nas DF distorcem o desempenho das empresas e influenciam a percepção dos *stakeholders*. Neste âmbito, estuda-se o impacto da CC nas DF em Portugal, através das questões 9 e 17 do questionário (apêndice 7). Em relação ao facto do aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do NC constituírem práticas que distorcem a informação contida nas DF, 62% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente. Por sua vez, 30% dos inquiridos discordam totalmente ou discordam do exposto (gráfico 12).

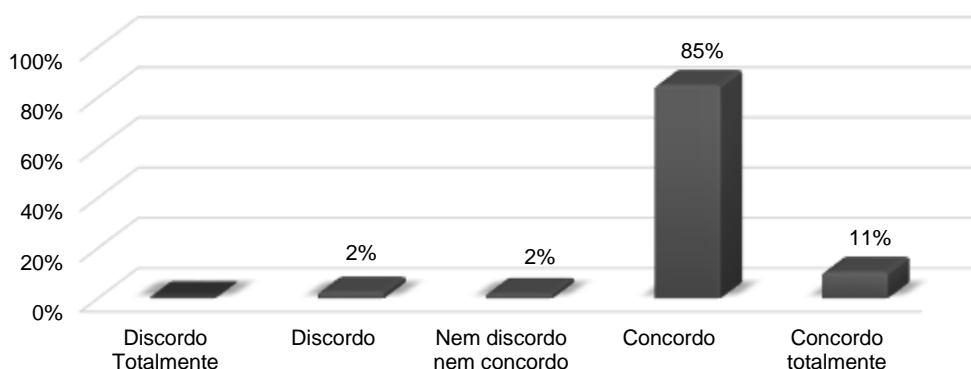
Gráfico 12 – O aproveitamento das várias opções, da subjetividade e dos vazios do normativo contabilístico resultam em práticas que distorcem as demonstrações financeiras?



De salientar que no contexto português a maioria dos contabilistas certificados (85%) afirma que é possível aproveitar a flexibilidade, a subjetividade e as lacunas do NC. Relacionando o facto exposto com esta questão, conclui-se que alguns contabilistas certificados utilizam PCC mesmo que estas distorçam os valores subjacentes nas DF, uma vez que 62% dos inquiridos afirmam que as PCC distorcem as ICF. Em conformidade, na Nigéria (Salome *et al.*, 2012) e Índia (Bhasin, 2016) as PCC, segundo contabilistas, analistas financeiros e *shareholders*, distorcem a ICF contida nas DF.

Analisando o efeito da CC nas DF, a maioria dos inquiridos (96%) concorda ou concorda totalmente que a CC tem um impacto significativo nas DF (gráfico 13).

Gráfico 13 – A prática de contabilidade criativa tem impacto significativo na informação contabilística e financeira?

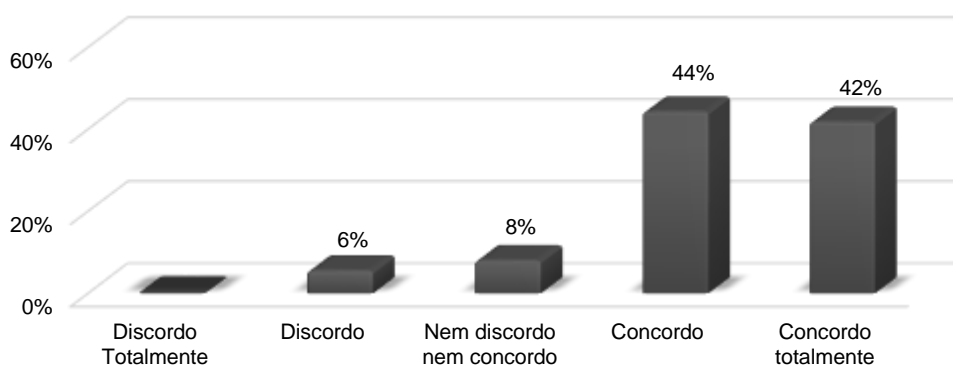


Posto isto, conclui-se que o aproveitamento da flexibilidade, da subjetividade e das lacunas do NC distorcem as informações contidas nas DF e, por sua vez, têm um impacto significativo nas DF. Também na Nigéria, Paquistão e Índia, os inquiridos consideram que, a CC tem um impacto significativo nas DF (Salome *et al.*, 2012; Tassadaq & Malik, 2015; Bhasin, 2016).

Questão n.º 7 – É fácil implementar CC em Portugal?

A utilização de PCC requer determinados conhecimentos, nomeadamente, no que tange ao NC. Neste sentido, analisa-se a questão 15 do questionário (apêndice 7). Assim, questiona-se os contabilistas certificados em relação à facilidade de implementar PCC e, constata-se, no gráfico 14, que 86% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente com a facilidade de desenvolver CC. De salientar que nenhum inquirido referiu que discorda totalmente desta afirmação.

Gráfico 14 – É fácil praticar contabilidade criativa?



A maioria dos contabilistas certificados afirma que é fácil aplicar PCC. No Paquistão, também no ponto de vista dos contabilistas, as PCC são facilmente aplicáveis (Tassadaq & Malik, 2015). Contrariamente, Vladu e Grosanu (2011) concluem que, na Roménia é difícil de implementar as mesmas.

Questão n.º 8 – Quais são as principais motivações que justificam as PCC?

Nesta investigação, torna-se essencial encontrar respostas que justifique a ocorrência da CC em Portugal, pelo que se formula as questões 19 e 20 do questionário (apêndice 7). A CC ocorre com o intuito de reduzir a carga fiscal (96,3%), reduzir o custo de capital (91,9%), por influência do mercado de capitais (90%), para cumprir as cláusulas contratuais (88,7%), para maximizar a remuneração dos gestores (88,1%) e evitar os custos políticos (86,9%) (tabela 11).

Tabela 11 – Principais motivações subjacentes à aplicação de contabilidade criativa

Motivações	1	2	3	4	5	Total de observações
Influência do mercado de capitais.	2	8	6	75	69	160
	1,3%	5,0%	3,8%	46,9%	43,1%	100%
Maximização da remuneração dos gestores.	2	3	14	73	68	160
	1,3%	1,9%	8,8%	45,6%	42,5%	100%
Redução do custo de capital.	2	4	7	71	76	160
	1,3%	2,5%	4,4%	44,4%	47,5%	100%
Cumprimento dos convénios de dívida (cláusulas contratuais).	1	2	15	69	73	160
	0,6%	1,3%	9,4%	43,1%	45,6%	100%
Evitar custos políticos (por meio da regulamentação do Estado, por exemplo, aumentos das auditorias, alterações contratuais).	2	9	10	73	66	160
	1,3%	5,6%	6,3%	45,6%	41,3%	100%
Minimizar a carga fiscal.	0	1	5	62	92	160
	0,0%	0,6%	3,1%	38,8%	57,5%	100%

Legenda: 1 - Muito insignificante; 2 - Insignificante; 3 - Nem insignificante nem significativa; 4 - Significante; 5 - Muito significativa

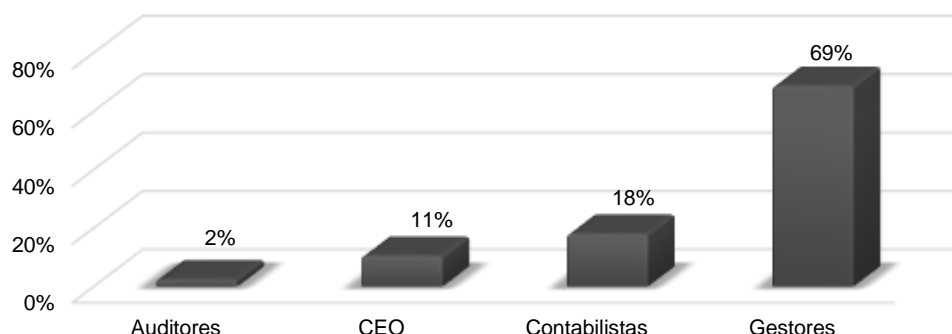
Em termos gerais, segundo os contabilistas certificados, a minimização da carga fiscal, a redução do custo de capital e a influência do mercado de capitais constituem as principais motivações que levam os indivíduos a utilizar práticas criativas em Portugal. Em Espanha e no Quênia a minimização da carga fiscal representa a principal motivação à prática de CC (Amat *et al.*, 1996; Kamau, Mutiso & Ngui, 2012). Já na Sérvia e Índia a CC é, frequentemente, utilizada para obter benefícios económicos e atrair investimento (Knežević *et al.*, 2012; Bhasin, 2016). No Bangladesh está relacionada com a pressão do mercado de capitais e com o cumprimento dos convénios de dívida (Sen & Inanga 2005). No Paquistão está relacionada, sobretudo, com o mercado de capitais e com a concorrência (Tassadaq & Malik, 2015). Na Argentina, Brasil, Colômbia, EUA e Venezuela as principais motivações são o mercado de capitais e os benefícios fiscais (Guevara & Cosenza, 2004). Segundo Santos e Grateron (2003), na literatura é comum encontrar várias divergências nas principais razões que motivam a sua inclusão. Contudo, as PCC dependem dos objetivos que a empresa procura alcançar no mercado competitivo, sendo o principal objetivo distorcer as DF (Santos & Grateron, 2003).

Questão n.º 9 – Quais são os principais intervenientes na CC em Portugal?

Dado que as empresas portuguesas utilizam PCC e com alguma frequência, é crucial desvendar os indivíduos que se envolvem com práticas criativas, neste sentido analisa-se os resultados da questão 16 do questionário (apêndice 7). A maioria das PCC é implementada pelos responsáveis das DF (69%) e pelos preparadores das DF (18%), segundo as convicções dos contabilistas certificados. Por outro lado, apenas 11% e 2% dos inquiridos consideram que os

CEO e os auditores são, respetivamente, os principais responsáveis pela utilização de PCC. O gráfico 15 ilustra as respostas obtidas nesta questão.

Gráfico 15 – Principais responsáveis pela utilização de práticas de contabilidade criativa nos relatórios financeiros?

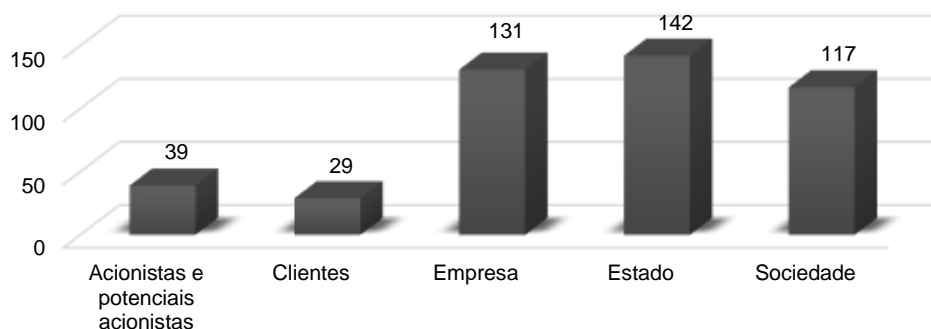


Neste âmbito, é possível afirmar que, no contexto português, os principais responsáveis pela implementação de PCC são os gestores e os contabilistas. No mesmo sentido, quer no Paquistão (Tassadaq & Malik, 2015) quer na Índia (Bhasin, 2016) os principais responsáveis são os gestores, contabilistas, auditores e CEO, por ordem de relevância. Por outro lado, na Argentina, Brasil, Colômbia, EUA e Venezuela são os gestores e os auditores (Guevara & Cosenza, 2004). Salome *et al.* (2012) salientam que os gestores são os principais responsáveis pela prática CC, porque os contabilistas veem a CC como uma “obrigação”, ou seja, utilizam PCC de acordo com as ordens da administração.

Questão n.º 10 – Quem são os principais prejudicados com a implementação de CC?

A literatura evidencia que a prática de CC proporciona benefícios a determinados indivíduos e prejudica outros, simultaneamente. De modo a identificar os principais prejudicados em Portugal analisa-se a questão 21 do questionário (apêndice 7). Os principais lesados das consequências advindas da CC são o Estado (142 inquiridos), a empresa (131 inquiridos) e a sociedade (117 inquiridos). Apenas 39 contabilistas certificados afirmam que os principais afetados são os acionistas e potenciais acionistas (gráfico 16).

Gráfico 16 – Principais prejudicados com a implementação de contabilidade criativa?

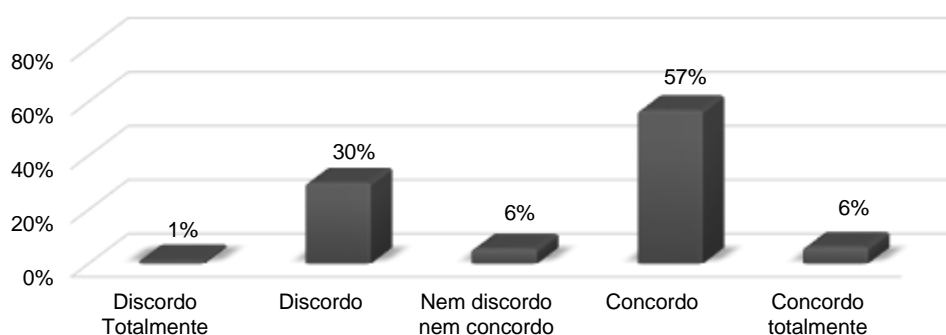


Face ao exposto, é possível afirmar que os principais prejudicados, em Portugal, são o Estado e a empresa. Contrariamente, os principais lesados no Paquistão são os investidores (Tassadaq & Malik, 2015).

Questão n.º 11 – As PCC são fáceis de detetar nas DF?

Dado que as PCC distorcem a informação contida nas DF, averigua-se se é possível detetar estas práticas, através da questão 18 do questionário (apêndice 7). Observa-se que, no gráfico 17, 63% dos contabilistas certificados concordam ou concordam totalmente com a possibilidade de identificar PCC nas DF. Por outro lado, 31% dos inquiridos discordam totalmente ou discordam do citado.

Gráfico 17 – As práticas de contabilidade criativa são facilmente identificáveis nas demonstrações financeiras?

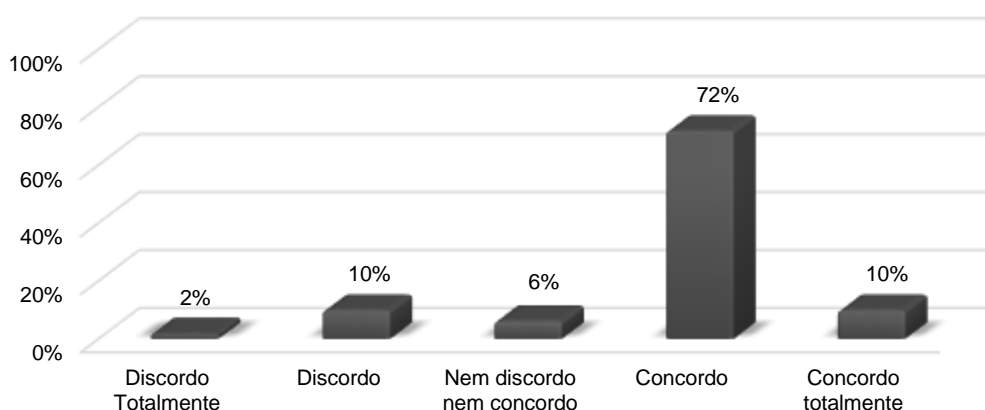


Após análise dos resultados, conclui-se que é possível identificar PCC nas DF. Mas, segundo Vladu e Grosanu (2011), são necessários profissionais qualificados. Por outro lado, segundo Parada e Sanhueza (2009), algumas PCC são identificáveis por todos os indivíduos com conhecimentos em contabilidade, independentemente da sua atividade e experiência profissional. No Paquistão e na Índia as PCC são, segundo os inquiridos, difíceis de identificar nas DF (Tassadaq & Malik, 2015; Bhasin, 2016). No entanto, segundo Sen e Inanga (2005), algumas PCC podem ser identificadas através da análise das DF, todavia, são relativamente fáceis de identificar no ano da mudança, em anos posteriores são muito menos discerníveis (Schipper, 1989).

Questão n.º 12 – A CC deve ser atenuada em Portugal?

Tendo em conta as consequências advindas da implementação de PCC, questiona-se os contabilistas certificados se a CC deve ser atenuada. Através da análise da questão 22 do questionário (apêndice 7), é possível concluir que a CC, no entendimento da maioria dos contabilistas certificados, deve ser atenuada (82%). Todavia, 12% dos contabilistas certificados discordam totalmente ou discordam desta afirmação (gráfico 18).

Gráfico 18 – A prática de contabilidade criativa deve ser atenuada?

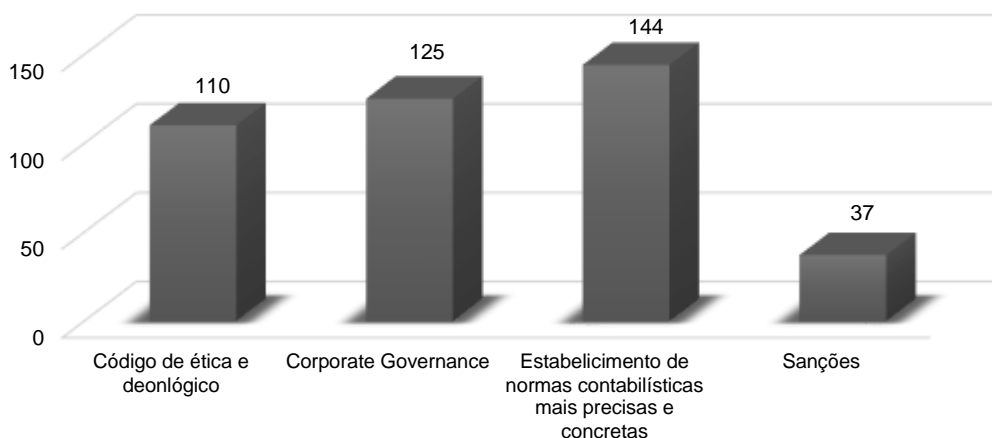


Assim, conclui-se que, na opinião da maioria dos contabilistas certificados, a CC deve ser atenuada no contexto português. Apesar de se verificar que o contabilista certificado é um dos principais intervenientes de CC, este resultado justifica-se, porque, às vezes, o contabilista desenvolve PCC por imposição superior (Salome *et al.*, 2012) e não de livre vontade, daí entender que a CC deve ser atenuada.

Questão n.º 13 – Quais são os principais mecanismos capazes de atenuar a CC?

A literatura indica que a eliminação da CC é extremamente difícil, no entanto, é possível atenuar as PCC. Assim procura-se explorar os instrumentos capazes de atenuar a CC, através da análise da questão 23 do questionário (apêndice 7). Na opinião dos contabilistas certificados, a redução de PCC passa pelo estabelecimento de normas contabilísticas mais precisas e concretas (144 contabilistas certificados), pela incorporação de mecanismos de CG (125 contabilistas certificados) e pelos princípios éticos (110 contabilistas certificados). No entanto, os resultados levam a concluir que as sanções não representam uma medida relevante na atenuação das PCC (gráfico19).

Gráfico 19 – Principais instrumentos capazes de atenuar a contabilidade criativa?



Desta forma, é possível concluir que as principais formas de atenuar as PCC são através do estabelecimento de normas mais precisas e concretas, através dos mecanismos de CG e dos

princípios éticos (código ética). Os resultados estão em conformidade com os resultados obtidos no estudo de Bhasin (2016). Na Nigéria, a principal forma de reduzir a CC passa pelo estabelecimento de normas mais precisas e concretas, segundo o ponto de vista de contabilistas, analistas financeiras e *shareholders* (Salome *et al.*, 2012). Já no Paquistão, o método mais eficaz de reduzir a CC é através das sanções (Tassadaq & Malik, 2015). Sen e Inanga (2005) concluem que no Bangladesh, a ética é um instrumento essencial contra a CC, por isso, é indispensável inculcar virtudes morais, como a honestidade, integridade e incorruptibilidade aos futuros contabilistas. Amat e Oliveras (2004) acrescentam que a regulamentação sem execução de técnicas rigorosas é suscetível de ser ineficaz contra os indivíduos que utilizem PCC.

Questão n.º 14 – Qual o nível de eficácia dos mecanismos de CG na atenuação da CC em Portugal

Os mecanismos de CG representam um meio essencial para atenuar a CC em diversos contextos económicos. Desta forma, questiona-se os contabilistas certificados em relação à eficácia destes mecanismos na realidade portuguesa, para tal, analisa-se as questões 24 e 25 do questionário (apêndice 7). Os contabilistas certificados entendem como eficaz e muito eficaz todos os mecanismos de CG, isto é, um comité de auditoria (94,4%), um controlo interno eficiente (92,6%), membros do conselho de administração independentes (91,9%) e a divisão de responsabilidades entre o CEO e o diretor (85,6%) (tabela 12).

Tabela 12 – Em que medida os mecanismos de *corporate governance* são capazes de reduzir a contabilidade criativa

Instrumentos de <i>Corporate Governance</i>	1	2	3	4	5	Total de observações
Controlo interno eficiente.	1	3	8	126	22	160
	0,6%	1,9%	5,0%	78,8%	13,8%	100%
Comité de auditoria.	1	3	5	134	17	160
	0,6%	1,9%	3,1%	83,8%	10,6%	100%
Membros do conselho de administração independentes.	1	3	9	121	26	160
	0,6%	1,9%	5,6%	75,6%	16,3%	100%
Divisão de responsabilidade entre o CEO e o Diretor.	3	10	10	124	13	160
	1,9%	6,3%	6,3%	77,5%	8,1%	100%

Legenda: 1 - Ineficaz; 2 - Pouco eficaz; 3 - Neutro; 4 - Eficaz; 5 - Muito eficaz

Assim, conclui-se que os contabilistas certificados entendem que os mecanismos de CG representam uma forma eficaz de reduzir a CC em Portugal. Na Índia os diretores independentes e o comité de auditoria são os instrumentos essenciais na redução de PCC, de acordo com contabilistas certificados (Bhasin, 2016). Na Sérvia e no Paquistão as auditorias representam o principal instrumento capaz de suprimir a CC (Knežević *et al.*, 2012; Tassadaq & Malik, 2015).

De modo a complementar o estudo, pergunta-se aos contabilistas certificados quanto à existência de outros mecanismo no âmbito da CG capazes de mitigar a CC. Apenas se obteve uma resposta, referindo a “independência do auditor externo”.

Questão n.º 15 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da legalidade da CC?

O teste de correlação *Spearman*, evidencia uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.026 < 0.05$) entre as variáveis experiência profissional do contabilista certificado e legitimidade da CC. A correlação é positiva (0.177), no entanto, é considerada muito fraca (tabela 13). Isto significa que os contabilistas certificados com mais experiência profissional são os que indicam que a CC é legal.

Tabela 13 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e a legitimidade da contabilidade criativa

		Experiência profissional	Legitimidade da CC
<i>Spearman's rho</i>	Experiência profissional	Coefficiente de correlação	1,000
		Significância	,177
		Número de observações	160
	Legitimidade da CC	Coefficiente de correlação	,177
		Significância	,026
		Número de observações	160

Nota: * Correlação significativa a um nível de 0.05

Na relação entre as variáveis habilitações literárias do contabilista certificado e a legitimidade da CC, o teste de *Spearman* indica que existe uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.006 < 0.05$), contudo a correlação é negativa (-0.218) e, por sua vez, considerada fraca (tabela 14). Sendo assim, os contabilistas certificados com menos habilitações literárias consideram a CC legal.

Tabela 14 – Relação entre habilitações literárias do contabilista certificado e a legitimidade da contabilidade criativa

		Legitimidade da CC	Habilitações literárias
<i>Spearman's rho</i>	Legitimidade da CC	Coefficiente de correlação	- ,218**
		Significância	,006
		Número de observações	160
	Habilitações literárias	Coefficiente de correlação	- ,218**
		Significância	,006
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

O teste de *Mann Whitney* aplicado às variáveis género do contabilista certificado e legitimidade da CC, mostra ausência de diferenças estatisticamente significativa na perceção da legitimidade da CC tendo em conta o género do contabilista certificado ($p\text{-value} = 0.821 > 0.05$), para um nível de significância de 5% (tabela 15).

Tabela 15 – Variação da legitimidade tendo em conta o género do contabilista certificado

	Género	Número de observações	Posição média	Soma de classificações
Legitimidade da CC	Feminino	75	81,17	6088,00
	Masculino	85	79,91	6792,00
	Total	160		

	Legitimidade da CC
<i>Mann-Whitney U</i>	3137,000
<i>Wilcoxon W</i>	6792,000
Z	-,227
Significância	,821

Na tabela 16 apresentam-se os resultados referentes às relações entre as variáveis idade do contabilista certificado e legitimidade da CC. No entanto, o teste de *Pearson*, para um nível de significância de 5%, evidência ausência de correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.527 > 0.05$) entre estas variáveis.

Tabela 16 – Relação entre a idade do contabilista certificado e legitimidade da contabilidade criativa

		Idade	Legitimidade da CC
Idade	Correlação de <i>Pearson</i>	1	,050
	Significância		,527
	Número de observações	160	160
Legitimidade da CC	Correlação de <i>Pearson</i>	,050	1
	Significância	,527	
	Número de observações	160	160

O teste Qui-quadrado indica que as variáveis área de formação do contabilista certificado e legitimidade da CC apresentam uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$) e que são os contabilistas certificados com formação na área da contabilidade que entendem que a CC se desenvolve dentro de parâmetros legais, aos quais seguem os contabilistas certificados com formação em auditoria e gestão (tabela 17).

Tabela 17 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e legalidade da contabilidade criativa

		Área de formação					Total
		Auditoria	Contabilidade	Economia	Finanças	Gestão	
Legitimidade da CC	Discordo totalmente	0%	75%	0%	0%	25%	100%
	Discordo	0%	0%	100%	0%	0%	100%
	Nem discordo nem concordo	0%	50%	0%	0%	50%	100%
	Concordo	16%	53%	6%	9%	16%	100%
	Concordo totalmente	5%	81%	2%	7%	5%	100%

	Valores	Graus de liberdade	Significância
<i>Pearson Qui-quadrado</i>	54,246 ^a	16	,000
<i>Likelihood Ratio</i>	26,269	16	,050
<i>Linear-by-Linear Association</i>	5,415	1	,020
Número de observações	160		

Nota: a. 20 cells (80,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,03.

Questão n.º 16 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da facilidade em praticar CC?

O teste de *Spearman* evidencia uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$), entre as variáveis experiência profissional do contabilista certificado e facilidade de praticar CC. Também, indica que a correlação é positiva (0.351) mas fraca (tabela 18). Face o exposto, os contabilistas certificados com mais experiência profissional são os que indicam que as PCC são fáceis de aplicar.

Tabela 18 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa

		Experiência profissional	É fácil praticar CC
<i>Spearman's rho</i>	Experiência profissional	Coefficiente de correlação	1,000
		Significância	,351**
		Número de observações	160
	É fácil praticar CC	Coefficiente de correlação	,351**
		Significância	1,000
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

Na tabela 19 apresentam-se os resultados referentes às relações entre as variáveis habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de praticar CC. Através do coeficiente de correlação, o teste de *Spearman* indica que existe relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$) entre as variáveis. No entanto, a correlação é negativa (-0.336) e considerada fraca. Isto é, os contabilistas certificados com menos habilitações literárias são os que afirmam que é fácil praticar CC.

Tabela 19 – Relação entre as habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa.

		Habilitações literárias	É fácil praticar CC
<i>Spearman's rho</i>	Habilitações literárias	Coefficiente de correlação	1,000
		Significância	-,336**
		Número de observações	160
	É fácil praticar CC	Coefficiente de correlação	-,336**
		Significância	1,000
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

O teste de *Mann Whitney* evidencia ausência de variação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.475 > 0.05$), para um nível de significância de 5%, na facilidade de praticar CC tendo em conta o género do contabilista certificado (tabela 20).

Tabela 20 – Variação da facilidade de praticar contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado

	Género	Número de observações	Posição média	Soma de classificações
É fácil praticar CC	Feminino	75	77,95	5846,00
	Masculino	85	82,75	7034,00
	Total	160		

	É fácil praticar CC
<i>Mann-Whitney U</i>	2996,000
<i>Wilcoxon W</i>	5846,000
Z	-,715
Significância	,475

O teste de *Pearson*, para um nível de significância a 5%, indica que não existe correlação estatisticamente significativas ($p\text{-value} = 0.320 > 0.05$) entre as variáveis idade do contabilista certificado e facilidade de praticar CC (tabela 21).

Tabela 21 – Relação entre a idade do contabilista certificado e a facilidade de praticar contabilidade criativa

		Idade	É fácil praticar CC
Idade	Correlação de <i>Pearson</i>	1	,079
	Significância	160	,320
	Número de observações		160
É fácil praticar CC.	Correlação de <i>Pearson</i>	,079	1
	Significância	,320	
	Número de observações	160	160

Através do teste de Qui-quadrado constata-se, na tabela 22, que existe relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$) entre as variáveis área de formação do contabilista certificado e facilidade de praticar CC. O que significa que são os contabilistas certificados formados na área de contabilidade que indicam que é fácil praticar CC, seguindo-se os contabilistas certificados com formação na área de auditoria e gestão.

Tabela 22 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e facilidade de praticar contabilidade criativa

		Área de formação:					Total
		Auditoria	Contabilidade	Economia	Finanças	Gestão	
É fácil praticar CC	Discordo	22%	34%	0%	22%	22%	100%
	Nem discordo nem concordo	7%	39%	0%	39%	15%	100%
	Concordo	9%	69%	4%	4%	14%	100%
	Concordo totalmente	3%	92%	3%	2%	0%	100%

	Valor	Graus de liberdade	Significância
<i>Pearson</i> Qui-quadrado	49,522 ^a	12	,000
<i>Likelihood Ratio</i>	45,476	12	,000
<i>Linear-by-Linear Association</i>	15,794	1	,000
Número de observações	160		

Nota: a. 14 cells (70,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,28.

Questão n.º 17 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da facilidade de se identificar as PCC?

O teste de *Spearman* aplicado às variáveis experiência profissional do contabilista certificado e facilidade de identificar PCC nas DF, para um nível de significância de 5%, indica que não existe correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.086 > 0.05$) entre as variáveis em questão (tabela 23).

Tabela 23 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e a facilidade em identificar práticas de contabilidade criativa

		Experiência profissional	É fácil identificar PCC nas DF
<i>Spearman's rho</i>	Experiência profissional	Coefficiente de correlação	1,000
		Significância	,086
		Número de observações	160
	É fácil identificar PCC nas DF	Coefficiente de correlação	,136
		Significância	,086
		Número de observações	160

O teste de *Spearman* indica que existe uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.001 < 0.05$) entre as variáveis habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de identificar PCC nas DF. Sendo que, a correlação é negativa (-0.269) e fraca (tabela 24). Isto significa que os contabilistas certificados com menos habilitações literárias têm uma maior facilidade em identificar PCC.

Tabela 24 – Relação entre as habilitações literárias do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa

		Habilitações literárias	É fácil identificar PCC nas DF
<i>Spearman's rho</i>	Habilitações literárias	Coefficiente de correlação	1,000
		Significância	,001
		Número de observações	160
	É fácil identificar PCC nas DF	Coefficiente de correlação	-,269**
		Significância	,001
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

O teste de *Mann Whitney* aplicado às variáveis género do contabilista certificado e facilidade de identificar PCC nas DF, evidencia uma variação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.030 < 0.05$). Assim, os contabilistas certificados do género feminino entendem que é mais fácil identificar PCC nas DF do que os do género masculino (tabela 25).

Tabela 25 – Variação na facilidade de identificar contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado

	Género	Número de observações	Posição média	Soma de classificações
É fácil identificar PCC nas DF	Feminino	75	72,97	5472,50
	Masculino	85	87,15	7407,50
	Total	160		

	É fácil identificar PCC nas DF
<i>Mann-Whitney U</i>	2622,500
<i>Wilcoxon W</i>	5472,500
Z	-2,175
Significância	,030

Na tabela 26 apresentam-se os resultados referentes às variáveis idade do contabilista certificado e facilidade de identificar PCC nas DF. No entanto, o teste de *Pearson* evidencia ausência de correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.674 > 0.05$), para um nível de significância de 5%.

Tabela 26 – Relação entre a idade do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa

		Idade	É fácil identificar PCC nas DF
Idade	Correlação de <i>Pearson</i>	1	,034
	Significância		,674
	Número de observações	160	160
É fácil identificar PCC nas DF	Correlação de <i>Pearson</i>	,034	1
	Significância	,674	
	Número de observações	160	160

O teste de Qui-quadrado às variáveis área de formação do contabilista certificado e facilidade de identificar PCC nas DF, indica que existe uma relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$) (tabela 27). E que são os contabilistas certificados com formação em contabilidade, auditoria e gestão, por ordem de relevância, que indicam que é fácil identificar PCC nas DF.

Tabela 27 – Relação entre a área de formação do contabilista certificado e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa

		Área de formação					Total
		Auditoria	Contabilidade	Economia	Finanças	Gestão	
É fácil identificar PCC nas DF	Discordo totalmente	50%	50%	0%	0%	0%	100%
	Discordo	8%	60%	0%	15%	17%	100%
	Nem discordo nem concordo	0%	45%	0%	33%	22%	100%
	Concordo	6%	86%	4%	1%	3%	100%
	Concordo totalmente	10%	70%	10%	0%	10%	100%

	Valor	Graus de liberdade	Significância
<i>Pearson</i> Qui-quadrado	41,643 ^a	16	,000
<i>Likelihood Ratio</i>	38,170	16	,001
<i>Linear-by-Linear Association</i>	8,153	1	,004
Número de observações	160		

Nota: a. 18 cells (72,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,06.

Questão n.º 18 – As características individuais do contabilista certificado influenciam a sua perceção acerca da atenuação da CC?

Na tabela 28 constata-se que, através do coeficiente de correlação do teste de *Spearman*, existe relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$) entre as variáveis experiência profissional do contabilista certificado e a necessidade de atenuar a CC. A correlação é positiva (0.275), mas considerada fraca. Os contabilistas com mais experiência profissional afirmam que a CC deve ser atenuada.

Tabela 28 – Relação entre a experiência profissional do contabilista certificado e atenuação da contabilidade criativa

		Experiência profissional	Atenuação da CC
<i>Spearman's rho</i>	Experiência profissional	Coeficiente de correlação	1,000
		Significância	,275**
		Número de observações	160
Atenuação da CC		Coeficiente de correlação	,275**
		Significância	1,000
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

O teste de *Spearman* evidencia que existe relação estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.001 < 0.05$) entre as variáveis atenuação da CC e habilitações literárias do contabilista certificado. A correlação é negativa (-0.257) e considerada fraca (tabela 29). Ou seja, os contabilistas certificados com menos habilitações literárias indicam que a CC deve ser atenuada, provavelmente, por entenderem que esta é fácil de praticar.

Tabela 29 – Relação entre necessidade de atenuação da contabilidade criativa e habilitações literárias do contabilista certificado

		Atenuação da CC	Habilitações literárias
<i>Spearman's rho</i>	Atenuação da CC	Coeficiente de correlação	1,000
		Significância	-,257**
		Número de observações	160
Habilitações literárias		Coeficiente de correlação	-,257**
		Significância	1,000
		Número de observações	160

Nota: ** Correlação significativa a um nível de 0.01

O teste de *Mann Whitney* para as variáveis género do contabilista certificado e atenuação da CC, indica que não existe variação estatisticamente significativa na necessidade de atenuar a CC tendo em conta o género ($p\text{-value} = 0.704 > 0.05$), para um nível de significância a 5% (tabela 30).

Tabela 30 – Variação na necessidade de atenuação contabilidade criativa tendo em conta o género do contabilista certificado

	Género	Número de observações	Posição média	Soma das classificações
Atenuação da CC	Feminino	75	79,33	5949,50
	Masculino	85	81,54	6930,50
	Total	160		

	Atenuação da CC
<i>Mann-Whitney U</i>	3099,500
<i>Wilcoxon W</i>	5949,500
Z	-,380
Significância	,704

Na relação entre as variáveis atenuação da CC e idade do contabilista certificado, o teste de *Pearson* evidencia ausência de correlação ($p\text{-value} = 0.183 > 0.05$), para um nível de significância de 5% (tabela 31).

Tabela 31 – Relação entre a necessidade de atenuação da contabilidade criativa e idade do contabilista certificado

		Atenuação da CC	Idade
Atenuação da CC	Coeficiente de <i>Pearson</i>	1	,106
	Significância		,183
	Número de observações	160	160
Idade	Coeficiente de <i>Pearson</i>	,106	1
	Significância	,183	
	Número de observações	160	160

O teste Qui-quadrado indica que a relação entre as variáveis área de formação do contabilista certificado e atenuação da CC é estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0.001$). Os contabilistas certificados com formação na área da contabilidade e gestão são os que mais concordam com a necessidade de atenuar as PCC (tabela 32).

Tabela 32 – Relação entre área de formação do contabilista certificado e necessidade de atenuação da contabilidade criativa

		Área de formação:					Total
		Auditoria	Contabilidade	Economia	Finanças	Gestão	
Atenuação da CC	Discordo totalmente	33%	34%	33%	0%	0%	100%
	Discordo	6%	44%	0%	31%	19%	100%
	Nem discordo nem concordo	10%	30%	10%	30%	20%	100%
	Concordo	6%	85%	2%	2%	5%	100%
	Concordo totalmente	6%	63%	6%	6%	19%	100%

	Valor	Graus de liberdade	Significância
<i>Pearson</i> Qui-quadrado	56,004 ^a	16	,000
<i>Likelihood Ratio</i>	41,176	16	,001
<i>Linear-by-Linear Association</i>	5,210	1	,022
Número de observações	160		

Nota: a. 18 cells (72,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,09.

Questão n.º 19 – Os contabilistas certificados que indicam que a CC é fácil de praticar são os que entendem que é fácil de identificar nas DF?

O teste de *Spearman* indica que existe uma relação, estatisticamente significativa ($p\text{-value} = 0.033 < 0.05$), entre as variáveis facilidade de praticar CC e facilidade de identificar CC. A correlação é positiva, mas, por sua vez, fraca (0.169) (tabela 33). Significa que os contabilistas certificados que indicam que é fácil de implementar PCC são os mesmos que indicam que é fácil identificar PCC nas DF.

Tabela 33 – Relação entre a facilidade de praticar contabilidade criativa e facilidade de identificar práticas de contabilidade criativa

			É fácil praticar CC	É fácil identificar PCC nas DF
<i>Spearman's rho</i>	É fácil praticar CC	Coeficiente de correlação	1,000	,169
		Significância	.	,033
		Número de observações	160	160
	É fácil identificar PCC na ICF	Coeficiente de correlação	,169	1,000
		Significância	,033	.
		Número de observações	160	160

Nota: * Correlação significativa a um nível de 0.05

Assim, é possível concluir que as características individuais do contabilista certificado influenciam a sua percepção em relação à CC.

Capítulo V – Conclusões

Neste capítulo apresenta-se as principais conclusões desta investigação. Posteriormente, descreve-se as principais contribuições do estudo e as suas respetivas limitações. Por último, propõe-se linhas de orientação para investigações futuras.

Na contabilidade existe várias ambiguidades, dado que existem algumas opções para a contabilização do mesmo facto patrimonial, às vezes, devido à subjetividade e flexibilidade de determinadas operações contabilísticas (Santos & Silva, 2016). Mas, por sua vez, a aplicação de práticas contabilísticas que não refletem a realidade económica da empresa, ou seja, que estão em desacordo com a transparência exigida pela regulamentação contabilística, é designada de CC (Santos & Silva, 2016). O problema de definir a escolha de uma PC como “manipulativa” e, portanto, “criativa” reside no facto do quadro regulamentar permitir essa escolha (Blake *et al.*, 2000), mas, como refere Vladu e Matiș (2010), a alteração das PC para relatar o verdadeiro desempenho da empresa não é considerada CC, a menos que esta alteração seja consubstanciada com a intenção de distorcer a ICF. Assim, a CC consiste em preparar as DF considerando as diferentes opções, a subjetividade e os vazios existentes no NC, transformando a ICF real na imagem desejada (Gadea & Callao, 1999; Vidal, 2002; Khatri, 2015). Em relação à aceitabilidade da CC, esta varia de autores para autores, contudo, muitas vezes, é percebida como repreensível (Gowthorpe & Amat, 2005), porque têm um efeito falacioso (Knežević *et al.*, 2012), e com consequências para as empresas e para a economia do país.

A presente dissertação tem como objetivos o estudo da CC em Portugal na perspetiva dos contabilistas certificados e a influência das características individuais destes na perceção da CC. Especificamente, analisa-se a legitimidade da CC, as principais PCC e com que frequência estas são adotadas pelas empresas, assim como, os principais intervenientes, as principais motivações e os principais prejudicados com este fenómeno. Este estudo visa ainda identificar os principais meios capazes de atenuar a CC e o impacto de alguns mecanismos de CG na CC. Além disso, analisa-se a relação entre as características individuais do contabilista certificado, como o género, a idade, a experiência profissional, as habilitações literárias e área de formação com a legitimidade da CC, a facilidade de praticar e identificar PCC nas DF e a necessidade de atenuar a CC. Para tal, utiliza-se uma metodologia de natureza quantitativa, assente num inquérito por questionário, reservado exclusivamente aos contabilistas certificados. Na análise estatística dos dados, utiliza-se o *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 20 para Windows.

Com base numa amostra de 160 contabilistas certificados é possível concluir que a maioria dos inquiridos entende que:

- A CC ocorre na flexibilidade, na subjetividade e nos vazios existentes do NC e é considerada legal. Este resultado vai de encontro aos obtidos por Jones (2011) (Reino Unido) e Salome *et al.* (2012) (Nigéria);
- Apesar de em Portugal se desenvolverem PCC, as DF ainda continuam fiáveis, o que está de acordo com os resultados de Knežević *et al.* (2012) (Sérvia), Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão) e Bhasin (2016) (Índia);

- As empresas portuguesas utilizam PCC, estando em conformidade com o estudo Healy (1985) (empresas americanas), Smith (1992) (empresas londrinas) e Amat *et al.* (1996) (espanholas);
- As PCC são desenvolvidas, principalmente, por micro e pequenas empresas e no sector de serviços. O estudo Parada e Sanhueza (2009) indica que no Chile são as empresas de menor dimensão e as cotadas em bolsa que desenvolvem mais PCC;
- As práticas mais frequentes são: aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações; antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar o reconhecimento de gastos; modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual; adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos; antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões; omissão de informações nas DF; compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas e; incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos. Estes resultados estão de acordo com os resultados de Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão), Bhasin (2016) (Índia), Vladu e Grosanu (2011) (Roménia) e Parada e Sanhueza (2009) (Chile), apesar de as práticas serem analisadas numa perspetiva geral;
- A CC tem um impacto significativo nas DF, estando de acordo com a literatura e com os resultados de Salome *et al.* (2012) (Nigéria), Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão) e Bhasin (2016) (Índia);
- É fácil praticar e identificar PCC nas DF. Em relação à facilidade de praticar CC o resultado está de acordo com o estudo Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão). Relativamente à facilidade de identificar PCC nas DF os resultados são contrários aos de Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão) e Bhasin (2016) (Índia);
- Os principais intervenientes são os gestores e as suas principais motivações relacionam-se com a redução do custo de capital e impostos. Os resultados estão de acordo com os estudos de Amat *et al.* (1996) (Espanha) e Kamau *et al.* (2012) (Quénia). Estes resultados justificam-se pelo facto de Portugal estar inserido no sistema *code law*. Neste sistema as principais motivações que levam à CC relacionam-se, essencialmente, com a redução do imposto a pagar e na contratação de empréstimos junto das instituições bancárias (Scott, 2003; Moreira, 2006; Othman & Zeghal, 2006). Por outro lado, como se verifica neste estudo que as empresas de menor dimensão são as que mais desenvolvem PCC, estas, normalmente, de acordo com Marques e Rodrigues (2009) recorrem a PCC para redução do custo de capital e carga fiscal;
- Os principais prejudicados são o Estado e a empresa. Estes resultados não estão em sintonia com os resultados obtidos no estudo de Tassadaq e Malik (2015) (Paquistão), uma vez que identificam os investidores e as empresas como os principais prejudicados;
- As PCC devem ser atenuadas e que os principais mecanismos/formas assentam no estabelecimento de normas mais precisas e concretas, nos mecanismos de CG (controlo interno eficiente, comité de auditoria, membros do conselho de administração

independentes e a divisão de responsabilidade entre CEO e o diretor) e nos princípios éticos. Os resultados estão em conformidade com os resultados de Bhasin (2016) (Índia), excluindo o nível de eficácia dos quatro mecanismos de CG.

Além disso, os resultados também mostram que estatisticamente as características individuais do contabilista certificado influenciam a sua percepção acerca da CC:

- A percepção da legalidade, da facilidade de praticar CC e a necessidade de atenuar este fenómeno é influenciada pelas habilitações literárias, experiência profissional e área de formação do contabilista certificado;
- A percepção do contabilista certificado relativamente à facilidade de identificar a CC nas DF é influenciada pelas suas habilitações literárias, género e área de formação.

Este estudo contribuirá para o desenvolvimento da literatura, dado o número reduzido de estudos nesta área em Portugal. A investigação torna-se também crucial para as entidades que atuam na normalização contabilística, uma vez que com base nos resultados podem desenvolver melhorias no NC. Além disso, é essencial para inculcar conhecimentos aos usuários da ICF sobre as diversas PCC implementadas nas DF das empresas portuguesas e como detetar essas práticas. Por último, o estudo revela-se essencial na medida que pode alertar os preparadores/responsáveis das DF, com recurso à CC, para o impacto de um ato criativo que não represente a verdadeira e apropriada imagem da empresa.

Ao longo desta investigação surgiu algumas limitações. Inicialmente, na literatura constata-se a existência de um número reduzido de artigos científicos alusivos ao âmbito de CC em Portugal, que se estendeu ao estudo empírico. Além disso, a maioria dos estudos são desenvolvidos no sistema contabilístico *common law*, dificultando a percepção e interpretação da CC, nomeadamente, no reconhecimento das PCC nas DF. Em relação ao inquérito por questionário, destaca-se a relutância dos contabilistas certificados no preenchimento do questionário, pelo número de respostas obtidas. Neste sentido, outra limitação que deve ser mencionada, refere-se à impossibilidade de generalizar as conclusões deste estudo, visto que se optou por uma amostra de conveniência.

Em relação às linhas de investigação futuras, sugere-se a aplicação do presente inquérito por questionário aos gestores e auditores e posterior comparação com os resultados obtidos nesta investigação. Desta forma, complementa-se o estudo da magnitude da CC em Portugal através de diversas perspetivas. Nesta linha de raciocínio, também será interessante aplicar o respetivo inquérito por questionário em contextos económicos e legais semelhantes e díspares. Isto é, aplicar em países com o mesmo SC (*code law*) e, simultaneamente, em países pertencentes a outro SC (*common law*). Desta forma será possível analisar as semelhanças e as diferenças dos países de Europa continental e anglo-saxónicos. Por último, seria pertinente averiguar a existência de relação estatística com outras variáveis, como por exemplo, a relação entre o impacto da CC nas DF e a fiabilidade das DF, entre outras.

A CC "(...) as a matter of approach, is not objectionable per se" (Sen & Inanga, 2005, p. 76). A CC em parte está baseada fundamentalmente na aplicação engenhosa das normas

contabilísticas e não em outras formas de manipulação (Parada & Sanhueza, 2009). No entanto, a introdução de elementos antiéticos implica que a ICF resultante se transforme em tudo menos em verdadeira e justa (Sen & Inanga, 2005). O contabilista deve exercer a profissão com competência e ética, onde a competência refere-se ao fazer o certo, e a ética que seja feito de forma correta (Fari & Nogueira, 2007).

Referências Bibliográficas

- Abbott, A. (1983). Professional Ethics. *American Journal of Sociology*, 88(5), 855 – 885.
- Adams, J. & White, M. (2007). Health behaviours in people who respond to a web-based survey advertised on regional news media. *European Journal of Public Health*, 18(3), 335 – 338.
- Amat, O., Blake, J. & Dowds, J. (1999). The ethics of creative accounting (Working Paper), *Department of Economics and Business*, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.
- Amat, O., Blake, J. & Gutiérrez, S. M. (1996). La contabilidad creativa en España y en el Reino Unido: Un estudio comparativo. *Barcelona Management Review*, 3, 68 – 75.
- Amat, O. & Oliveras, E. (2004). Propuestas para combatir la contabilidad creative. *Universia Business Review*, 1, 10 – 17.
- Amat, O., Perramon, J. & Oliveras, E. (2003). Fiabilidad de la información contable. El caso de las empresas incluidas en el IBEX 35. *Em Los trabajos del XII Congreso de AECA: Transparencia empresarial y sociedad del conocimiento*, 29, 107 – 123.
- Ashley, P. A. (2005). *Ética e Responsabilidades Social nos Negócios* (2ª ed). São Paulo, Editora Saraiva.
- Balaciu, D., Bogdan, V., Feleagă, L. & Popa, A. (2014). “Colorful” approach regarding creative accounting. An introspective study based on the association technique. *Accounting and Management Information Systems*, 13(4), 643 – 664.
- Balaciu, D., Bogdan, V., Meșter, I. T. & Gherai, D. (2012). Empirical evidences of romanian auditors’ behavior regarding creative accounting practices. *Accounting and Management Information Systems*, 11(2), 213 – 238.
- Balaciu, D., Bogdan, V. & Vladu, A. B. (2009). A brief review of creative accounting literature and its consequences in practice. *Annales Universitatis Apulensis, Series Oeconomica*, 11(1), 170 – 183.
- Balaciu, D. & Mădălina, P. C. (2008). Is creative accounting a form of manipulation?. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 17(3), 935 – 940.
- Balaciu, D. & Vladu, A. B. (2010). Creative accounting: Players and their gains and loses. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 19(2), 813 – 819.
- Ball, R., Kothari, S. P. & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1 – 51.
- Baraldi, P. (2012). *IFRS, contabilidade criativa e fraudes*. Rio de Janeiro, Elsevier.

- Baralexis, S. (2004). Creative accounting in small advancing countries: The Greek case. *Managerial Auditing Journal*, 19(3), 440 – 461.
- Barata, A. S. (1999). *Contabilidade, auditoria e ética nos negócios*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Barroso, M. A. (2009). *A aquisição de ativos imobilizados e a manipulação dos resultados por via das amortizações: Um estudo para o caso português* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Porto.
- Beasley, M. S. (1996). An empirical analysis of the relation between the board of director composition and financial statement fraud. *The Accounting Review*, 71(4), 443 – 465.
- Beasley, M. S., Carcello, J. V. & Hermanson, D. R. (1999). *Fraudulent financial reporting: 1987-1997. An analysis of U.S. public companies*. New York, COSO.
- Beneish, M. D. (2001). Earnings management: A perspective. *Managerial Finance*, 27(12), 3 – 17.
- Berinde, S. R., Răchișan, P. R. & Groșanu, A. (2012). Qualitative study regarding the relationship between corporate governance and creative accounting. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 21(2), 642 – 647.
- Bhasin, M. L. (2016). Creative accounting practices: An empirical study of India. *European Journal of Accounting, Finance and Business*, 4(1), 10 – 30.
- Blackburn, S. (1997). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa, Gradiva.
- Blake, J., Bond, R., Amat, O. & Oliveras, E. (2000). The ethics of creative accounting: Some Spanish evidence. *Business Ethics: A European Review*, 9(3), 136 – 142.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto, Porto Editora.
- Botsari, A. & Meeks, G. (2008). Do acquirers manage earnings prior to a share for share bid?. *Journal of Business Finance & Accounting*, 35(5-6), 633 – 670.
- Breton, G. & Taffler, R. J. (1995). Creative accounting and investment analyst response. *Accounting and Business Research*, 25(98), 81 – 92.
- Breton, G. & Taffler, R. J. (2001). Accounting information and analyst stock recommendations: A content analysis approach. *Accounting and Business Research*, 31(2), 92 – 101.
- Brown, J. D. (2001). *Using Surveys in Language Programs*. United Kingdom, Cambridge University Press.
- Burgstahler, D. C., Hail, L. & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983 – 1016.

- Cahan, S. F. (1992). The effect of antitrust investigations on discretionary accruals: A refined test of the political cost hypothesis. *The Accounting Review*, 67(1), 77 – 95.
- Chaney, P. K. & Jeter, D. C. (1994). The effect of deferred taxes on security prices. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 9(1), 91 – 116.
- Christie, A. & Zimmerman, J. (1994). Efficient and opportunistic choices of accounting procedures: Corporate control contests. *The Accounting Review*, 69(4), 539 – 566.
- Cieslewicz, J. K. (2014). Relationships between national economic culture, institutions, and accounting: Implications for IFRS. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(6), 511 – 528.
- Cosenza, J. P. (2002). Os efeitos colaterais da contabilidade criativa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 7(2), 63 – 78.
- Cosenza, J. P. (2003). Contabilidade criativa: As duas faces de uma mesma moeda. *Pensar Contábil*, VI(20), 4 – 13.
- Cravo, D. (2001). *Ética e deontologia profissional, Manual de Formação*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Cunha, M. (2013). Métodos empíricos para detetar práticas de manipulação de resultados. *Revisores e Auditores*, 63, 14 – 23.
- Dahya, J., Lonie, A. A. & Power, D. M. (1996). The case for separating the roles of chairman and CEO: An analysis of stock market and accounting data. *Corporate Governance: An International Review*, 4(2), 71 – 77.
- Davidson, R., Goodwin-Stewart, J. & Kent, P. (2005). Internal governance structures and earnings management. *Accounting & Finance*, 45(2), 241 – 267.
- De La Torre, I. (2009). *Creative accounting exposed*. London, Palgrave Macmillan.
- DeAngelo, L. (1986). Accounting numbers as market valuation substitutes: A study of management buyouts of public stockholders. *The Accounting Review*, 61(3), 400 – 420.
- Dechow, P. M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18(1), 3 – 42.
- Dechow, P. M. & Skinner, D. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners and regulators. *Accounting Horizons*, 14(2), 235 – 250.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G. & Sweeney, A. P. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: An analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary Accounting Research*, 13(1), 1 – 36.

- DeFond, M. L. & Jiambalvo, J. (1994). Debt covenant violation and manipulation of accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 17(1), 145 – 176.
- Dellaportas, S., Gibson, K., Alagiah, R., Hutchinson, M., Leung, P. & Van Homrigh, D. (2005). *Ethics, governance and accountability: A Professional Perspective*. Milton, John Wiley & Sons.
- Desai, H., Hogan, C. E. & Wilkins, M. S. (2006). The reputational penalty for aggressive accounting: Earnings restatements and management turnover. *The Accounting Review*, 81(1), 83 – 112.
- Devi, R. U. (2015). Recent trends of creative accounting practices: An analysis. *International Journal of Management and Social Science Research Review*, 1(18), 71 – 76.
- Duarte, M. & Ribeiro, M. (2007). Contabilidade criativa: Algumas abordagens. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, VIII(93), 29 – 35.
- Dumitrescu, A. F. (2014). *Contabilitate creativă: De la idee la bani cu exemple practice*. Bucuresti, Editura Economică.
- Eilifsen, A., Knivsflå IV, K. H. & Sættem, F. (1999). Earnings manipulation: Cost of capital versus tax. *European Accounting Review*, 8(3), 481 – 491.
- Erickson, M., Hanlon, M. & Maydew, E. L. (2004). How much will firms pay for earnings that do not exist? Evidence of taxes paid on allegedly fraudulent earnings. *The Accounting Review*, 79(2), 387 – 408.
- Erickson, M., Hanlon, M. & Maydew, E. L. (2006). Is there a link between executive equity incentives and accounting fraud?. *Journal of Accounting Research*, 44(1), 113 – 143.
- Erickson, M. & Wang, S. W. (1999). Earnings management by acquiring firms in stock for stock mergers. *Journal of Accounting and Economics*, 27(2), 149 – 176.
- Faragalla, W. A. (2015). Creative Accounting Practices from the Accounting Professional's Perspective. *Audit Financiar*, XIII(127), 136 – 149.
- Fari, M. R. & Nogueira, V. (2007). Perfil do profissional contábil: Relações entre formação e atuação no mercado de trabalho. *Perspectivas Contemporâneas*, 2(1), 117 – 131.
- Faria, M. J. S. (2007). Contabilidade criativa navega de acordo com as conveniências. *Jornal de Contabilidade*, XXXI(364), 224 – 228.
- Ferreira, A. S. (2003). Teoria positiva de contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*, LIX(234 – 235), 1 – 78.
- Fontes, A., Rodrigues, L. & Craig, R. (2005). Measuring convergence of national accounting standards with international financial reporting standards. *Accounting Fórum*, 29(4), 415 – 436.

- Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 309 – 319.
- Franzblau, A. (1958). *A Primer of Statistics for Non-Statisticians*. New York, Brace & World.
- Freitas, G. (2007). *As características qualitativas definidas pelo IASB: alterações impostas pelo referencial fair value*. Actas das XVII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica. Coimbra, ISCAC.
- Freitas, G. (2009). *SNC: Estrutura Conceptual, Manual de formação*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Gadea, J. A. L. & Gaston, S. C. (1999). *Contabilidad Creativa*. Madrid, Civitas Ediciones.
- Gherai, D. S. & Balaciu, D. E. (2011). From creative accounting practices and Enron phenomenon to the current financial crisis. *Annales Universitatis Apulensis, Series Oeconomica*, 13(1), 34 – 41.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.ª ed). São Paulo, Editora Atlas.
- Gillham, B. (2000). *Developing a questionnaire*. London, Continuum.
- Gonçalves, C., Gonçalves, G. & Sequeira, L. (2014). *A Profissão de Técnico Oficial de Contas: Enquadramento Normativo*. Porto, Vida Económica.
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J. & Fernandes, S. (2013). *Relato financeiro: Interpretação e análise* (2.ª ed). Porto, Vida Económica.
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1972). *Métodos em Pesquisa Social* (4.ª ed). São Paulo, Nacional.
- Gowthorpe, C. & Amat, O. (2005). Creative accounting: Some ethical issues of macro- and micro-manipulation. *Journal of Business Ethics*, 57(1), 55 – 64.
- Griffiths, I. (1986). *Creative accounting*. Londres, Sidgwick & Jackson.
- Guevara, I. & Cosenza, J. (2004). Los auditores independientes y la contabilidad creativa: Estudio empírico comparativo. *Revista Compendium*, 6(12), 5 – 24.
- Guinea, F. A. (2016). Study regarding the creative accounting techniques in management accounting. *Audit Financiar*, 14(142), 1136 – 1148.
- Gwilliam, D. & Russell, T. (1991). Polly Peck: where were the analysts?. *Accountancy*, 107 (1169), 25 – 26.
- Habib, A. & Hansen, J. C. (2009). Target shooting: Review of earnings management around earnings benchmarks. *Journal Accounting Literature*, 27, 25 – 75.

- Hadani, M., Goranova, M. & Khan, R. (2011). Institutional investors, shareholder activism and earnings management. *Journal of Business Research*, 64(12), 1352 – 1360.
- Halaoua, S., Hamdi, B. & Mejri, T. (2017). Earnings management to exceed thresholds in continental and anglo-saxon accounting models: The british and french cases. *Research in International Business and Finance*, 39, 513 – 529.
- Haniffa, R. & Hudaib, M. (2006). Corporate governance structure and performance of Malaysian listed companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(7-8), 1034 – 1062.
- Healy, P. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1 – 3), 85 – 107.
- Healy, P. M. & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 405 – 440.
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365 – 383.
- Hohwü, L., Lyshol, H., Gissler, M., Jonsson, S. H., Petzold, M. & Obel, C. (2013). Web-based versus traditional paper questionnaires: a mixed-mode survey with a Nordic perspective. *Journal of Medical Internet Research*, 15(8), e173. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23978658>.
- Holthausen, R. W., Larcker, D. F. & Sloan, R. G. (1995). Annual bonus schemes and the manipulation of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 19(1), 29 – 74.
- Jaggi, B. & Leung, S. (2007). Impact of family dominance on monitoring of earnings management by audit committees: Evidence from Hong Kong. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16(1), 27 – 50.
- Jain, P. & Godha, A. (2015). Role of creative accounting in financial scandals: An exploratory study of some high profile companies. *Pezzottaite Journals*, 4(3), 1957 – 1964.
- Jameson, M. (1988). *Practical guide to creative accounting*. London, Kogan Page.
- Jensen, M. C. (1986). Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers. *The American Economic Review*, 76(2), 323 – 329.
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305 – 360.
- Jesus, T. A. (2015). *Contabilidade criativa, ética e responsabilidade social das empresas* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa, Lisboa.

- Jiang, W., Lee, P. & Anandarajan, A. (2008). The association between corporate governance and earnings quality: Further evidence using the GOV-Score. *Advances in Accounting*, 24(2), 191 – 201.
- Jones, J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 19 – 228.
- Jones, M. (2011). *Creative accounting, fraud and international scandals*. England, John Wiley & Sons.
- Kamau, C., Mutiso, A. & Ngui, D. (2012). Tax avoidance and evasion as a factor influencing creative accounting practice among companies in Kenya. *Journal of Business Studies Quarterly*, 4(2), 77 – 84.
- Kaszniak, R. (1999). On the association between voluntary disclosure and earnings management. *Journal of Accounting Research*, 37(1), 57 – 81.
- Khatri, D. K. (2015). Creative accounting leading to financial scams-evidences from India and USA. *Journal of Accounting, Business & Management*, 22(2), 1 – 10.
- Knežević, G., Mizdraković, V. & Arežina, N. (2012). Management as cause and instrument of creative accounting suppression. *Management*, 62(1), 89 – 95.
- Kraemer, M. E. (2005). Contabilidade criativa: Maquiando as demonstrações contábeis. *Pensar Contábil*, VII(28), 1 – 13.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. & Vishny, R. (1998). Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6), 1113 – 1155.
- Lai, L. & Tam, H. (2007). Independent directors and the propensity to smooth earnings: A study of corporate governance in China. *The Business Review*, 7(1), 328 – 335.
- Lei 139/2015 de 7 setembro. Diário da República, n.º 174/2015 – 1.ª Série. Assembleia da República, Lisboa.
- Leuz, C., Nanda, D. & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: An international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505 – 527.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1 – 55.
- Lin, K. Z. (2006). The impact of tax holidays on earnings management: An empirical study of corporate reporting behavior in a developing-economy framework. *The International Journal of Accounting*, 41(2), 163 – 175.
- Lisboa, L. P. (1997). *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*. São Paulo, Atlas.

- Malhotra, A. K. (2013). Curbing creative accounting: Role and effectiveness of ethics. *International Journal of Finance and Policy Analysis*, 5(2), 15 – 26.
- Marques, M. & Rodrigues, L. (2009). A problemática do “Earnings Management” e suas implicações. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, 325-339.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM' SPSS: Saber decidir, fazer e interpretar*. Braga, Psiquilibrios Edições.
- Martins, O. & Moreira, J. (2009). O endividamento bancário e a qualidade da informação financeira: Um estudo para o caso português. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, 388, 217 – 231.
- Matiş, D., Vladu, A. B. & Cuzdriorean, D. D. (2012). Reative disclosure: Feature of creative accounting. *Annales Universitatis Apulensis, Series Oeconomica*, 14(1), 73 – 80.
- Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa de marketing: Edição compacta*. São Paulo, Atlas.
- Mayoral, J. (1998). Un recorrido por la contabilidad positiva. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, XXVII(95), 395 – 426.
- Mckee, T. (2005). *Earnings management: An executive perspective*. Mason, Thomson Learning.
- McKernan, J. & Dunn, J. (2003). Reflection and the destruction of accounting knowledge. *Critical Perspectives on Accounting*, 4(4), 441 – 477.
- Mendes, C. A. & Rodrigues, L. L. (2007). Determinantes da Manipulação Contabilística. *Polytechnical Studies Review*, IV(7), 189 – 210.
- Metcalf, L. (1977). *The Accounting Establishment Staff as The Chairman of the US Senate Subcommittee*. Washington, The United States Government Printing Office.
- Modum, U., Ugwoke, R. O., Onyeanu, E. O., Modebe, N. J., Kodjo, S. N. & Odoh, L. C. (2014). The effect of creative accounting on audit failure: The case of manufacturing companies quoted on the Nigerian Stock Exchange. *Journal of Accounting and Financial Research*, 4(1), 9 – 14.
- Moldovan, R. L., Achim, S. A. & Bota-Avram, C. (2010). Fighting the Enemy of Fair View Principle: Getting to know creative Accounting. *Scientific Annals of the “Alexandru Ioan Cuza” University of Iasi, Ştiinţe Economice*, (Special Issue), 52 – 62.
- Momani, M. A. & Obeidat, M. I. (2013). The effect of auditors' ethics on their detection of creative accounting practices: A field study. *International Journal of Business and Management*, 8(13), 118 – 136.
- Moraes, A. (2004). *Profissional contábil – Uma reflexão à ética* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário de Brasília, Brasília.

- Moreira, J. (2006). Are financing need a constraint to earnings management? Evidence for Private Portuguese firms. Universidade do Porto, Faculdade de Economia.
- Moses, O. D. (1987). Income smoothing and incentives: Empirical tests using accounting changes. *The Accounting Review*, 62(2), 358 – 377.
- Moyer, S. E. (1990). Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks. *Journal of Accounting and Economics*, 13(2), 123 – 154.
- Mulford, C. W. & Comiskey, E. E. (2002). *The financial numbers game: Detecting creative accounting practices*. New York, John Wiley & Sons.
- Nachar, N. (2008). The Mann-Whitney U: a test for assessing whether two independent samples come from the same distribution. *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 4(1), 13 – 20.
- Naser, K. (1993). *Creative financial accounting: Its nature and use*. Hemel Hempstead, Prentice Hall.
- Niyama, J. K. (2005). *Contabilidade internacional*. São Paulo, Atlas.
- Niyama, J. K., Rodrigues, A. M. G. & Rodrigues, J. M. (2015). Algumas reflexões sobre a contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 69 – 87.
- Nobes, C. (1996). *International guide to interpreting company accounts 1996 – 97*. Londres, Pearson Professional Limited.
- Nunes, M. (2012). *Ética e Deontologia, Manual de formação*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Nunes, R. (2014). As implicações das práticas de alisamento de resultados na qualidade da informação. *Revisores e Auditores*, 64, 32 – 40.
- Omurgonulsen, M. & Omurgonulsen, U. (2009). Critical thinking about creative accounting in the face of a recent scandal in the Turkish banking sector. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(5), 651 – 673.
- Othman, H. B. & Zeghal, D. (2006). A study of earnings-management motives in the Anglo-American and Euro-Continental accounting models: The Canadian and French cases. *The International Journal of Accounting*, 41(4), 406 – 435.
- Papanastasopoulos, G. A. (2014). Accounting accruals and stock returns: Evidence from European equity markets. *European Accounting Review*, 23(4), 729 – 768.
- Parada, F. M. & Sanhueza, R. H. (2009). Contabilidad creativa en Chile: Una percepción de estudiantes y profesionistas. *Contaduría y Administración*, 229, pp. 85 – 103.

- Parasuraman, A. (1991). *Marketing research*. USA, Addison-Wesley Publishing Company.
- Parfet, W. U. (2000). Accounting subjectivity and earnings management: A preparer perspective. *Accounting Horizons*, 14(4), 481 – 488.
- Pereira, A. C. & Nascimento, W. S. (2003). Um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do sector privado no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Gestão e de Negócios*, 7(19), 46 – 56.
- Popescu, L. M. & Ashrafzadeh, I. (2013). Detecting creative accounting practices and their impact on the quality of information presented in financial statements. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*, III(6), 1 – 13.
- Ramalho, T. C. (2015). *Contabilidade criativa: A percepção dos técnicos oficiais de contas* (Dissertação de Mestrado). ISCAL, Lisboa.
- Rezaee, Z. (2005). Causes, consequences, and deterrence of financial statement fraud. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(3), 277 – 298.
- Rhoades, D. L., Rechner, P. L. & Sundaramurthy, C. (2001). A meta-analysis of board leadership structure and financial performance: Are “two heads better than one”? *Corporate Governance: An International Review*, 9(4), 311 – 319.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas.
- Rodrigues, J. (2016). *Sistema de normalização contabilística: SNC explicado*. Porto, Porto Editora.
- Rodríguez, M.C. (2001). *Análisis de la fiabilidad de la información contable: La contabilidad creativa*. Madrid, Prentice Hall.
- Salome, E. N., Ifeanyi, O. M., Ezemoyih, C. M. & Echezonachi, O. E. (2012). The effect of creative accounting on the job performance of accountants (auditors) in reporting financial statements in Nigeria. *Kuwait Chapter of the Arabian Journal of Business and Management Review*, 1(9), 1 – 30.
- Saludas, J. M. (1999). El perfil fiscal de la contabilidad creativa: magia financiera o brujería contable?. *Partida Doble*, 9(98), 98 – 107.
- Sancovschi, M. & Matos, F. F. J. D. (2003). Gerenciamento de lucros: Que pensam administradores, contadores e outros profissionais de empresas no Brasil?. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(4), 141 – 161.
- Santos, A. & Grateron, I. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, XIV(32), 7 – 22.

- Sanusi, B. & Izedonmi, P. F. (2014). Nigerian commercial banks and creative accounting practice. *Journal of Mathematical Finance*, 4(2), 75 – 83.
- Schilit, H. (2010). *Financial shenanigans: How to detect accounting gimmicks & fraud in financial reports* (3^a ed). New York, McGraw-Hill Education.
- Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons*, 3(4), 91 – 102.
- Scott, W.R. (2003). *Financial Accounting Theory* (3^a ed). Toronto, Prentice Hall.
- Sen, D. K. & Inanga, E. L. (2005). Creative accounting in Bangladesh and global perspectives. *In Partners' Conference Program Book, Partners' Conference, Maastricht School of Management, Netherlands, 6-8 July* (75 – 87).
- Shah, A. K. (1998). Exploring the influences and constraints on creative accounting in the United Kingdom. *The European Accounting Review*, 7(1), 83 – 104.
- Shah, S., Butt, S. & Tariq, Y. (2011). Use or abuse of creative accounting techniques. *International Journal of Trade, Economics and Finance*, 2(6), 531 – 536.
- Silva, A. (2000). *Administração básica*. São Paulo, Atlas.
- Silva, A. F. & Cravo, D. (2009). Conclusões da conferência internacional sobre planeamento fiscal. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, IX(106), 23 – 26.
- Silva, R. M. & Santos, G. C. (2016). Window dressing: Breach outcomes under rules and principles accounting standards or accounting fraud? An analysis of the biggest fraud worldwide. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 4(13), 144 – 161.
- Sloan, R. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings. *The Accounting Review*, 71(3), 289 – 315.
- Smith, T. (1992). *Accounting for growth*. London, Century Business.
- Spathis, C., Doumpos, M. & Zopounidis, C. (2002). Detecting falsified financial statements: A comparative study using multicriteria analysis and multivariate statistical techniques. *European Accounting Review*, 11(3), 509 – 535.
- Stewart, R. (1991). Chairmen and chief executives: An exploration of their relationship. *Journal of Management Studies*, 28(5), 511 – 528.
- Stolowy, H. & Breton, G. (2004). Accounts manipulation: A literature review and proposed conceptual framework. *Review of Accounting and Finance*, 3(1), 5 – 92.
- Sweeney, A. P. (1994). Debt-covenant violations and managers' accounting responses. *Journal of accounting and Economics*, 17(3), 281 – 308.

- Tabără, N. & Rusu, A. (2011). Considerații privind impactul contabilității creative asupra calității informațiilor prezentate în situațiile financiare anuale. *Audit Financiar*, IX, 37 – 44.
- Tassadaq, F. & Malik, Q. A. (2015). Creative accounting and financial reporting: Model development and empirical testing. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 5(2), 544 – 551.
- Teoh, S. H., Wong, T. J. & Rao, G. R. (1998). Are accruals during initial public offerings opportunistic?. *Review of Accounting Studies*, 3(1), 175 – 205.
- Trotman, M. (1993). *Comptabilite britannique, mod d'emploi*. Paris, Economica.
- Van Gelder, M. M., Bretveld, R. W. & Roeleveld, N. (2010). Web-based questionnaires: The future in epidemiology?. *American Journal of Epidemiology*, 172(11), 1292-1298.
- Velayutham, S. (2003). The accounting profession's code of ethics: Is it a code of ethics or a code of quality assurance?. *Critical Perspectives on Accounting*, 14(4), 483 – 503.
- Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5(1), 179 – 194.
- Vidal, M. A. (2002). Reflexiones en torno a la contabilidad creativa. *Técnica Contable*, 54(647), 833 – 845.
- Vila, A. R. (2002). *A manipulação de resultados contabilísticos: Uma revisão de literatura* (Dissertação de Mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Vladu, A. B. & Grosanu, A. (2011). Some insights regarding creative accounting in Romanian accounting environment: Regulators, financial auditors and professional bodies opinion. *Annals of Faculty of Economics*, 1, 661 – 667.
- Vladu, A. B. & Mătiș, D. (2010). Corporate governance and creative accounting: Two concepts strongly connected? Some interesting insights highlighted by constructing the internal history of a literature. *Annales Universitatis Apulensis, Series Oeconomica*, 12(1), 332 – 346.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112 – 134.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory* (6.^a ed). Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Watts, R. & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131 – 156.
- Weisbach, M. S. (1988). Outside directors and CEO turnover. *Journal of financial Economics*, 20(1), 431 – 460.

Wokukwu, K. (2015). Creative accounting: Unethical accounting and financial practices designed to boost earnings and to meet financial market expectations. *Journal of Business & Economics Policy*, 2(1), 39 – 50.

Wyatt, J. C. (2000). When to use web-based surveys. *Journal of the American Medical Informatics Association*, 7(4), 426 – 430.

Xie, B., Davidson, W. N. & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: The role of the board and the audit committee. *Journal of corporate finance*, 9(3), 295 – 316.

Yadav, B. (2014). Creative accounting: An empirical study from professional prospective. *International Journal of Management and Social Sciences Research*, 3(1), 38 – 53.

Apêndices

Apêndice 1 – Limites que definem as diferentes estruturas empresariais

Rúbrica	Microentidades	Pequenas entidades	Médias entidades	Grandes entidades
Total do balanço	350 000,00 €	4 000 000, 00 €	20 000 000, 00 €	+ 20 000 000,00 €
Volume de negócios líquido	700 000,00 €	8 000 000, 00 €	40 0000 000, 00 €	+ 40 000 000,00 €
Número médio de empregados	10	50	250	+ 250
Nota: considera-se microentidades, pequenas entidades, médias entidades e grandes entidades aquelas que, à data do balanço, não ultrapassam dois dos três limites mencionados na tabela				

Fonte: Adaptado do Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 junho

Apêndice 2 – Sistema contabilístico anglo-saxónicos e europeu continental

Anglo-saxónicos	Europeu continental
Antecedentes	
<ul style="list-style-type: none"> • Direito inglês; • Profissão forte, antiga e de grande dimensão; • Grandes mercados de capitais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Direito romano; • Profissão fraca, recente e de pequena dimensão; • Pequenos mercados de capitais.
Características contabilísticas genéricas	
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação para a imagem verdadeira e apropriada; • Orientada para o investidor; • Muita divulgação; • Separação entre as regras contabilísticas e as fiscais; • Predomina da substância sobre a forma; • Normas elaboradas por profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação para forma legal; • Orientada para o credor; • Pouca divulgação/secretismo; • A fiscalidade domina as regras contabilísticas; • Predomina da forma sobre a substância; • Normas imitadas pelo governo.
Características contabilísticas específicas	
<ul style="list-style-type: none"> • Método da percentagem de acabamento; • Cálculo das amortizações de acordo com período de vida útil; • Não existência de reservas legais; • Não existência de provisões para impostos; • As provisões são independentes dos critérios fiscais; • Reconhecer como custos as despesas do primeiro estabelecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Método do contrato acabado; • Cálculo das amortizações de acordo com as regras fiscais; • Existência de reservas legais; • Existência de provisões para impostos; • As provisões são dependentes dos critérios fiscais; • Capitalização das despesas do primeiro estabelecimento.
Alguns exemplos de países	
<ul style="list-style-type: none"> • Austrália; • Canadá; • Dinamarca; • Hong Kong; • EUA; • Holanda; • Singapura; • Nova Zelândia; • Reino Unido. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alemanha; • Áustria; • Bélgica; • França; • Grécia; • Itália; • Japão; • Portugal; • Turquia.

Fonte: Adaptado de Nobes (1996)

Apêndice 3 – Estrutura do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados

Código Deontológico dos Contabilistas Certificados	
Artigo 1.º	Âmbito de aplicação
Artigo 2.º	Deveres gerais
Artigo 3.º	Princípios deontológicos gerais
Artigo 4.º	Independência e conflito de deveres
Artigo 5.º	Responsabilidade
Artigo 6.º	Competência profissional
Artigo 7.º	Princípios e normas contabilísticas
Artigo 8.º	Relações com a Ordem e outras entidades
Artigo 9.º	Contrato escrito
Artigo 10.º	Confidencialidade
Artigo 11.º	Deveres de informação
Artigo 12.º	Direitos perante as entidades a quem prestam serviços
Artigo 13.º	Conflitos de interesses entre as entidades a quem prestam serviços
Artigo 14.º	Honorários
Artigo 15.º	Devolução de documentos
Artigo 16.º	Lealdade entre contabilistas certificados
Artigo 17.º	Infração deontológica
Artigo 18.º	Sociedades profissionais de contabilistas certificados e sociedades de contabilidade

Fonte: Adaptado do CDCC

Apêndice 4 – Composição da Estrutura Conceptual

Estrutura Conceptual			
Prefácio			
Introdução § 2 a 11	Finalidade	§ 2 a 4	
	Âmbito	§ 5 a 7	
	Conjunto completo de demonstrações financeiras	§ 8	
	Utentes e as suas necessidades de informação	§ 9 a 11	
Objetivo das demonstrações Financeiras § 12 a 21	Posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira	§ 15 a 21	
	Notas às demonstrações financeiras	§ 21	
Pressupostos subjacentes § 22 e 23	Regime de acréscimo (periodização económica)	§ 22	
	Continuidade	§ 23	
Características qualitativas das demonstrações financeiras § 24 a 46	Compreensibilidade	§ 25	
	Relevância	§ 26 a 28	
	Materialidade	§ 29 e 30	
	Fiabilidade	§ 31 e 42	
	Representação fidedigna	§ 33 e 34	
	Substância sobre a forma	§ 35	
	Neutralidade	§ 36	
	Prudência	§ 37	
	Plenitude	§ 38	
	Comparabilidade	§ 39 a 42	
	Constrangimentos à informação relevante e fiável	Tempestividade	§ 43 a 45
		Balanceamento entre benefício e custo	§ 43
		Balanceamento entre as características qualitativas	§ 44
		§ 45	
	Imagem verdadeira e apropriada/apresentação apropriada	§ 46	
Elementos das demonstrações financeiras § 47 a 49	Posição financeira	§ 49 a 51	
	Ativos	§ 52 a 58	
	Passivos	§ 59 a 63	
	Capital próprio	§ 64 a 67	
	Desempenho	§ 68 a 71	
	Rendimentos	§ 72 a 75	
	Gastos	§ 76 a 78	
	Ajustamentos de manutenção de capital	§ 79	
Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras § 80 a 96	Probabilidade de benefícios económicos futuros	§ 83	
	Fiabilidade da mensuração	§ 84 a 86	
	Reconhecimento de ativos	§ 87 e 88	
	Reconhecimento de passivos	§ 89	
	Reconhecimento de rendimentos	§ 90 e 91	
	Reconhecimento de gastos	§ 92 a 96	
Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras		§ 97 a 99	
Conceitos de capital e manutenção de capital § 100 a 108	Conceito de capital	§ 100 e 101	
	Conceitos de manutenção de capital e a determinação dos lucros	§ 102 a 108	

Fonte: Adaptado da EC

Apêndice 5 – NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

NCRF 4		
Objetivos		§ 1 e 2
Âmbito		§ 3 e 4
Definição		§ 5 e 6
Políticas contabilísticas § 7 a 24	Seleção e aplicação de políticas contabilísticas	§ 7 a 10
	Consistência de políticas contabilísticas	§ 11
	Alterações nas políticas contabilísticas	§ 12 a 16
	Aplicar alterações nas políticas contabilísticas	§ 17 a 18
	Aplicação retrospectiva	§ 19
	Limitações à aplicação retrospectiva	§ 20 a 24
Alteração nas estimativas contabilísticas		§ 25 a 31
Erros § 32 a 39	Limitações à reexpressão retrospectiva	§ 34 a 39
Impraticabilidade com respeito à aplicação retrospectiva e à reexpressão retrospectiva		§ 40 a 43
Data de eficácia		§ 44 e 45

Fonte: Adaptado NCRF 4

Apêndice 6 – Perguntas adaptadas de outros questionários

N.º	Questão	Fonte:
7	Em Portugal, é possível confiar na informação contida nas demonstrações financeiras quando envolvem práticas de contabilidade criativa	Knežević <i>et al.</i> (2012) Tassadaq e Malik (2015) Bhasin (2016)
8	Efetuar registos contabilísticos de acordo com as normas, aproveitando-se das várias opções, subjetividade e vazios, é algo que os contabilistas podem fazer por estar no âmbito do quadro regulamentar contabilístico.	Parada e Sanhueza (2009)
9	O aproveitamento das várias opções, subjetividade e vazios resultam em práticas que distorcem a informação contida nas demonstrações financeiras.	Bhasin (2016)
10	Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, as empresas portuguesas praticam contabilidade criativa.	Sen e Inanga (2005)
11	A contabilidade criativa é mais frequente em que tipo de estruturas empresariais: (i) Micro e pequenas empresas; (ii) Medias empresas; (iii) Grandes empresas não cotadas em bolsa; (iv) Grandes empresas cotadas em bolsa.	Amat <i>et al.</i> (1996)
12	A contabilidade criativa ocorre com mais frequência em que sector económico: (i) Primário (Relacionado com a extração e/ou produção de matérias-primas); (ii) Secundário (Relacionado com a transformação de matérias-primas); (iii) Terciário (Relacionado com a prestação de serviços).	Parada e Sanhueza (2009)
13	Com que frequência são implementadas as seguintes práticas de contabilidade criativa: (i) Aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações; (ii) Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual; (iii) Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos; (iv) Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo reavaliação/revalorização; (v) Capitalizar no custo dos ativos despesas com investigação e desenvolvimento sem certeza que o ativo proporcionará benefícios económicos futuros; (vi) Contabilizar os rendimentos/gastos das subsidiárias que estão excluídas da área de consolidação; (vii) Alterar o critério valorimétrico dos inventários; (viii) Antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões; (ix) Antecipar o reconhecimento de rendimentos ou adiar o reconhecimento de gastos/perdas; (x) Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos; (xi) Realizar operações que visam alterar o valor dos rendimentos/gastos entre os períodos contabilísticos (por exemplo, alienação de um ativo e aquisição, imediatamente a seguir, de ativo idêntico em locação financeira ou operacional); (xii) Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas; (xiii) Efetuar transações intragrupo utilizando preços díspares aos praticados no mercado; (xiv) Preferência em emitir obrigações convertíveis (uma vez que podem ser reconhecidas no capital próprio e no passivo); (xv) Omissão de informações nas demonstrações financeiras; (xvi) Transações cronometradas (transações que proporcionam um nível de rendimento/gasto para um determinado período de tempo); (xvii) Adiar/Antecipar o reconhecimento de perdas por imparidade ou contabilizar o ativo por valores superiores ou inferiores ao de mercado; (xviii) Amortizar o <i>goodwill</i> conforme o impacto desejado nos resultados, contudo dentro do número máximo de anos permitido pela legislação vigente.	Amat <i>et al.</i> (1996) Mayoral (1997; citado por Kraemer, 2005) Mulford e Comiskey (2002) Duarte e Ribeiro (2007) Parada e Sanhueza (2009) Jones (2011) Tabără e Rusu (2011) Fragalla (2015) Niyama <i>et al.</i> (2015). Tassadaq e Malik (2015) Bhasin (2016)
15	É fácil praticar contabilidade criativa.	Knežević <i>et al.</i> (2012) Tassadaq e Malik (2015) Bhasin (2016).

N.º	Questão	Fonte:
16	Os principais responsáveis pela implementação de práticas de contabilidade criativa nos relatórios financeiros são: (i) Auditores; (ii) CEO; (iii) Contabilistas; (iv) Gestores; (v) Outro.	Tassadaq e Malik (2015) Bhasin (2016)
17	A prática de contabilidade criativa tem impacto significativo na informação contabilística-financeira.	Salome <i>et al.</i> (2012) Tassadaq e Malik (2015)
18	As práticas de contabilidade criativa são facilmente identificáveis quando consubstanciadas nas demonstrações financeiras.	Tassadaq e Malik (2015) Knežević <i>et al.</i> (2012)
19	Qual o nível de significância das seguintes motivações quanto à decisão das empresas implementar práticas de contabilidade criativa: (i) Influência do mercado de capitais; (ii) Maximização da remuneração dos gestores; (iii) Redução do custo de capital; (iv) Cumprimento dos convénios de dívida (clausulas contratuais); (v) Evitar custos políticos (por meio da regulamentação do Estado, por exemplo, aumentos das auditorias, alterações contratuais); (vi) Minimizar a carga fiscal;	Amat <i>et al.</i> (1996) Marques e Rodrigues (2009) Bhasin (2016) Tassadaq e Malik (2015)
21	Quais das seguintes partes pode sofrer mais consequências resultantes dos efeitos da contabilidade criativa: (i) Acionistas e potenciais acionistas; (ii) Clientes; (iii) Empresa; (iv) Estado; (v) Sociedade; (vi) Outro.	Tassadaq e Malik (2015)
22	Na sua opinião, a prática de contabilidade criativa deve ser atenuada.	Amat <i>et al.</i> (1996) Parada e Sanhueza (2009) Knežević <i>et al.</i> (2012)
23	Tendo subjacente o contexto empresarial português, indique quais são os principais instrumentos capazes de atenuar as práticas de contabilidade criativa: (i) Código de ética ou deontológico; (ii) <i>Corporate governance</i> ; (iii) Estabelecimento de normas contabilísticas mais precisas e concretas; (iv) Sanções; (v) Outro.	Tassadaq e Malik (2015) Sem e Inanga (2005) Knežević <i>et al.</i> (2012)
24	Alguns determinantes de <i>corporate governance</i> ajudam a reduzir as práticas de contabilidade criativa. Em que medida estes determinantes são capazes de mitigar a criatividade: (i) Controlo interno eficiente; (ii) Comité de auditoria; (iii) Membros do conselho de administração independentes; (iv) Divisão de responsabilidade entre o CEO e o Diretor;	Jones (2011) Tassadaq e Malik (2015)
26	No contexto português e de acordo com a sua opinião, a contabilidade criativa é considerada legal.	Tassadaq e Malik (2015) Bhasin (2016)

Fonte: Elaboração própria

A contabilidade criativa em Portugal

O presente questionário encontra-se integrado numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e tem como objetivo analisar a magnitude da contabilidade criativa em Portugal.

Este questionário destina-se exclusivamente aos contabilistas certificados. O questionário é anónimo e os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados no âmbito desta investigação. O tempo previsto para o seu preenchimento corresponde aproximadamente a 7 minutos. A sua participação é muito importante para esta investigação, pelo que muito agradecemos a sua colaboração.

Cordialmente,

José Carlos Rodrigues Figueira

Mestrando em Contabilidade e Finanças

2150081@iscap.ipp.pt

Parte I – Caracterização do inquirido

1 – Exerce a profissão de contabilista certificado?

Marcar apenas uma oval

Não

Sim

2 – Há quantos anos exerce a profissão de contabilista certificado?

Marcar apenas uma oval

< 3 anos

Entre 3 a 5 anos

Entre 6 a 10

Entre 6 a 10 anos

> 10 anos

3 – Género:

Marcar apenas uma oval

Feminino

Masculino

4 – Idade:

5 – Habilitações:

Marcar apenas uma oval

Ensino secundário

Bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

Outra

Qual?

6 – Área de formação:

Marcar apenas uma oval

- Auditoria
- Contabilidade
- Economia
- Finanças
- Gestão
- Outra

Qual?

Parte II – Práticas de contabilidade criativa

Indique o grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.

7 – Em português, é possível confiar na informação contida nas demonstrações financeiras quando envolvem práticas de contabilidade criativa.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

8 – Efetuar registos contabilísticos de acordo com as normas, aproveitando-se das várias opções, subjetividade e vazios, é algo que os contabilistas podem fazer por estar no âmbito do quadro regulamentar contabilístico.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

9 – O aproveitamento das várias opções, subjetividade e vazios resultam em práticas que distorcem a informação contida nas demonstrações financeiras.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

10 – Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, as empresas portuguesas praticam contabilidade criativa.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

11 – A contabilidade criativa é mais frequente em que tipo de estruturas empresariais:

Marcar apenas uma oval

- Micro e pequenas empresas
- Medias empresas
- Grandes empresas não cotadas em bolsa
- Grandes empresas cotadas em bolsa

12 – A contabilidade criativa ocorre com mais frequência em que sector económico:

Marcar apenas uma ova

- Primário (relacionado com a extração e/ou produção de matérias primas)
- Secundário (relacionado com a transformação de matérias primas)
- Terciário (relacionado com a prestação de serviços)

13 – Com que frequência são utilizadas as seguintes práticas de contabilidade criativa:

Marcar apenas uma oval por linha

	Nunca	Raramente	Pouco frequente	Frequentemente	Sempre	Não aplicável
Aumentar ou diminuir gastos com depreciações/amortizações;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Modificar elementos nas políticas de depreciação/amortização: o método, a vida útil e o valor residual;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incluir ou não, determinadas despesas no custo de produção ou no custo de aquisição de ativos;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Selecionar os ativos ou classe de ativos a serem incluídos no processo reavaliação/revalorização;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capitalizar no custo dos ativos despesas com investigação e desenvolvimento sem certeza que o ativo proporcionará benefícios económicos futuros;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Nunca	Raramente	Pouco frequente	Frequentemente	Sempre	Não aplicável
Contabilizar os rendimentos/gastos das subsidiárias que estão excluídas da área de consolidação;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alterar o critério valorimétrico dos inventários;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Antecipar/adiar, aumentar/reduzir gastos/perdas com provisões;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adiar reconhecimento de rendimentos e antecipar o reconhecimento de gastos;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realizar operações que visam alterar o valor dos rendimentos/gastos entre os períodos contábilísticos (por exemplo, alienação de um ativo e aquisição, imediatamente a seguir, de ativo idêntico em locação financeira ou operacional);	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compensar ativos com passivos e rendimentos com gastos/perdas;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Efetuar transações intragrupo utilizando preços díspares aos praticados no mercado;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preferência em emitir obrigações convertíveis (uma vez que podem ser reconhecidas no capital próprio e no passivo);	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Omissão de informações nas demonstrações financeiras;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transações cronometradas (transações que proporcionam um nível de rendimento/gasto para um determinado período de tempo);	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adiar/Antecipar o reconhecimento de perdas por imparidade ou contabilizar o ativo por valores superiores ou inferiores ao de mercado;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Amortizar o <i>goodwill</i> conforme o impacto desejado nos resultados, contudo dentro do número máximo de anos permitido pela legislação vigente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14 – Para além das práticas de contabilidade criativa identificadas anteriormente, existem outras frequentemente utilizadas?

Marcar apenas uma oval

Não

Sim

Quais?

15 – É fácil praticar contabilidade criativa.

Marcar apenas uma oval

Discordo totalmente

Discordo

Nem discordo nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

16 – Os principais responsáveis pela implementação de práticas de contabilidade criativa nos relatórios financeiros são:

Marcar apenas uma oval

Auditores

CEO

Contabilistas

Gestores

Outro

Qual?

17 – A prática de contabilidade criativa tem impacto significativo na informação contabilística-financeira.

Marcar apenas uma oval

Discordo totalmente

Discordo

Nem discordo nem concordo

Concordo

Concordo totalmente

18 – As práticas de contabilidade criativa são facilmente identificáveis quando consubstanciadas nas demonstrações financeiras.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

19 – Qual o nível de significância das seguintes motivações quanto à decisão das empresas implementar práticas de contabilidade criativa:

Marcar apenas uma oval por linha

	Muito insignificante	Insignificante	Nem significativa nem insignificante	Significante	Muito significativa
Influência do mercado de capitais;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maximização da remuneração dos gestores;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução do custo de capital;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cumprimento dos convênios de dívida (clausulas contratuais);	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evitar custos políticos (por meio da regulamentação do Estado, por exemplo, aumentos das auditorias, alterações contratuais);	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minimizar a carga fiscal;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20 – Para além dos incentivos mencionados anteriormente, existe outros que fomentam a aplicação de práticas de contabilidade criativa?

Marcar apenas uma oval

- Não
- Sim

Quais?

21 – Quais das seguintes partes pode sofrer mais consequências resultantes dos efeitos da contabilidade criativa:

Marcar tudo o que for aplicável

- Acionistas e potenciais acionistas
- Clientes
- Empresa
- Estado
- Sociedade
- Outro

Qual?

22 – Na sua opinião, a prática de contabilidade criativa deve ser atenuada.

Marcar apenas uma oval

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

23 – Tendo subjacente o contexto empresarial português, indique quais são os principais instrumentos capazes de atenuar as práticas de contabilidade criativa:

Marcar tudo o que for aplicável

- Código de ética ou deontológico
- Corporate Governance
- Estabelecimentos de normas mais precisas e concretas
- Sanções
- Outro

Qual?

24 – Alguns determinantes de *corporate governance* ajudam a reduzir as práticas de contabilidade criativa. Em que medida estes determinantes são capazes de mitigar a criatividade:

Marcar apenas uma oval por linha

	Ineficaz	Pouco eficaz	Neutro	Eficaz	Muito eficaz
Controlo interno eficiente;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comité de auditoria;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Membros do conselho de administração independentes;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divisão de responsabilidade entre o CEO e o Diretor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25 – Existem outros determinantes no âmbito da *Corporate Governance* capazes de mitigar a contabilidade criativa?

Marcar apenas uma oval

Não

Sim

Quais?

26 – No contexto português e de acordo com a sua opinião, a contabilidade criativa é considerada legal.

Marcar apenas uma oval

Discordo totalmente

Discordo

Nem discordo nem concordo

Concordo

Concordo totalmente